

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CARLOS FREIRE DA SILVA

**Trabalho Informal e Redes de Subcontratação:
Dinâmicas Urbanas da Indústria de Confecções em São Paulo**

São Paulo
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Trabalho Informal e Redes de Subcontratação:
Dinâmicas Urbanas da Indústria de Confecções em São Paulo**

Carlos Freire da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Vera da Silva Telles

São Paulo
2008

Aos meus pais,
Claudionor e Tereza.

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que me receberam em suas casas e locais de trabalho, se dispondo a contribuir com esta pesquisa ao relatarem suas experiências de trabalho e trajetórias de vida.

Aos amigos do grupo de pesquisa Eliane, Daniel, Zé César e Rafael que desde o início estiveram presentes e acompanharam todo o desenvolvimento desta pesquisa.

A Vera Telles minha orientadora, pela confiança e pelos incentivos. Devo muito as suas contribuições e indicações sempre preciosas.

A Robert Cabanes, com quem muito aprendi no trabalho de campo. Devo agradecer do mesmo modo a Isabel Georges, Mônica e Sílvia.

Agradeço também aos meus amigos Daniel, Carlos Henrique, Maurício, Fernanda, Gabriela, Flávia e Gustavo que em momentos distintos se dispuseram a discutir os andamentos da pesquisa.

Esta pesquisa foi viabilizada por uma bolsa financiada pela CNPq nos primeiros 4 meses e pela FAPESP nos 20 meses seguintes.

Resumo

O objetivo da pesquisa é discutir as redes de subcontratação e o trabalho informal no circuito das confecções em São Paulo. A partir de uma região periférica na zona leste da cidade tratou-se de averiguar as relações entre trabalho e o espaço urbano no qual essas confecções vêm se instalando. O processo de reestruturação produtiva da indústria de confecções durante a década de 1990 fez multiplicar as chamadas oficinas de fundo de quintal e o trabalho a domicílio nos bairros das ex-costureiras das fábricas pelas vias de redes de subcontratação e do trabalho informal. As ex-operárias mobilizam familiares e vizinhos no trabalho, estabelecendo redes sociais pelas quais circulam as encomendas de costura. Associado a esta dinâmica, esse circuito também vem mobilizando os fluxos da migração clandestina dos bolivianos que já podem ser encontrados nos locais mais distantes do extremo leste da cidade. O material da pesquisa é composto por trajetórias sociais de pessoas ligadas ao setor, recompostas com entrevistas gravadas e semi-diretivas, e acompanhadas por pesquisa de campo.

Palavras-chave: trabalho informal, indústria de confecções, reestruturação produtiva, migração clandestina, mercado de trabalho, agenciamentos urbanos.

Abstract

The aim of this study is to discuss the sub-hiring and informal labor networks that have been developing in the garment industry of Sao Paulo. Focusing on a suburban eastern area of the city, the research was carried out in order to analyze the labor relations and the urban space in which this informal market is being settled. The productive adjustment process that took place in the garment industry during the 1990s led to an increasing number of small garment workshops and in domicile work in the neighborhoods where dressmakers used to work for factories. This growth in the informal market took place through the sub-hiring and informal labor networks. The ex-dressmakers mobilize relatives and neighbors to work in this field, establishing the social networks that keep the garment orders active. Due to this dynamic process, this circuit has been mobilizing the flow of clandestine migration of Bolivian people, who can be found in the further eastern neighborhoods of the city. The research corpus is composed by social trajectories of people related to this sector, mainly through semi-directive recorded interviews and followed by field research.

Keywords: informal work, garment industry, productive adjustment, clandestine migration, labor market, urban negotiation.

Índice

APRESENTAÇÃO.....	8
1. A PROBLEMÁTICA DA INFORMALIDADE.....	13
1.1 CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NO DEBATE SOBRE O MERCADO INFORMAL.....	15
1.2 REGULAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO.....	30
1.3 CIDADE E TRABALHO: PERSPECTIVA DE ANÁLISE E METODOLOGIA.....	44
2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRABALHO INFORMAL NA INDÚSTRIA DE CONFECCÕES.....	49
2.1 BRÁS, BOM RETIRO E... GUAIANAZES: CIRCUITOS DAS ENCOMENDAS E AS EX-OPERÁRIAS.....	53
2.2 FLEXIBILIDADE NA RESPOSTA ÀS DEMANDAS.....	64
2.3 ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E A QUESTÃO SOCIAL.....	72
3. TRABALHO INFORMAL E OS CIRCUITOS DA IMIGRAÇÃO CLANDESTINA.....	79
3.1 AGENCIAMENTOS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS.....	83
3.2 TRABALHO NAS OFICINAS DE COSTURA.....	93
3.3 INSERÇÕES DOS IMIGRANTES BOLIVIANOS NA CIDADE.....	104
4. O COMÉRCIO INFORMAL DOS VENDEDORES AMBULANTES.....	108
4.1 CIRCULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERCADORIAS.....	109
4.2 DISPUTAS PELOS PONTOS DE COMÉRCIO E MERCADO DE PROTEÇÃO.....	118
CONCLUSÃO.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
DOCUMENTOS.....	140
ANEXOS.....	141

Apresentação

Esta pesquisa teve como ponto de partida minha participação como bolsista (PIBIC-CNPq 2004-2005) junto ao grupo do projeto “*Cidade, trabalho e seus territórios: um estudo sobre mobilidade ocupacional e reconfigurações urbanas na cidade de São Paulo*” (CNPq, 2003-2006); coordenado pela Profa. Dra. Vera da Silva Telles. Este projeto foi realizado em cooperação com o *Institut de Recherche pour le Développement* – IRD (Convênio CNPq-IRD, 2003-2006) contando com a participação do Dr. Robert Cabanes. Tratava-se de uma pesquisa qualitativa que foi realizada junto a famílias moradoras de duas regiões periféricas da cidade na zona sul e leste. Diferentes temáticas foram trabalhadas pelos participantes do grupo com base em uma metodologia de pesquisa comum. Esta metodologia consistia em reconstituir as trajetórias sociais e urbanas (de trabalho e moradia) dos indivíduos e suas famílias. De forma que esta pesquisa se beneficiou das discussões em conjunto com a equipe e do compartilhamento do material de pesquisa.

As questões trabalhadas nesta dissertação formaram formuladas com base na pesquisa de campo realizada nos distritos de Guaianazes, Lagedo e Cidade Tiradentes. Trata-se de uma região situada no extremo leste da cidade de São Paulo, a cerca de 25 km de distância do centro, já na divisa com os municípios de Ferraz de Vasconcelos e Mauá. Até recentemente, esses três distritos compunham uma mesma região administrativa, apenas em 2004 foi dividida em duas subprefeituras: Guaianazes e Cidade Tiradentes. Região antiga que se formou a partir de uma estação de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil, nos anos 1980 e sobretudo na década seguinte, conheceu uma verdadeira explosão demográfica, em grande parte impulsionada pelos grandes conjuntos habitacionais construídos no período pelos poderes públicos (estadual e municipal). Também é uma região marcada por muitas ocupações irregulares e seus distritos são considerados entre os mais pobres da cidade de São Paulo.

A medida em que o trabalho de campo ia se desenvolvendo foram surgindo as evidências da importância da indústria de confecções na região, principalmente

para as mulheres. A partir de diferentes entradas temáticas no campo, desenvolvidas pelos outros participantes do grupo, apareciam recorrentemente os casos de mulheres (geralmente acima de 40 anos) que haviam passado pela experiência do trabalho assalariado nas fábricas do Brás e do Bom Retiro e que agora trabalhavam em pequenas oficinas de costura em casa ou na vizinhança, prestando serviço subcontratado para as mesmas fábricas da região central. Um outro aspecto que também chamava a atenção era a presença marcante de muitos bolivianos nestes bairros mais afastados. Estes imigrantes já eram notórios nas regiões mais centrais e agora sua presença se estendia pelo lado leste da periferia da cidade. Eles também trabalhando da mesma forma que as ex-operárias, em oficinas de costura montadas em suas próprias casas para a prestação de serviços subcontratados. Em ambos os casos, algumas destas oficinas de costura procuravam distribuir parte de uma produção própria junto aos ambulantes de Guaianazes, que se concentravam em uma passarela de uma antiga estação de trem, ou junto aos ambulantes da região central reunidos na chamada 'feiras da madrugada'. Foi possível constatar-se que em torno destas oficinas de costura mobilizavam-se redes sociais profundamente implicadas na região para a circulação das encomendas de trabalho, e que se estabeleciam dinâmicas urbanas que muito concretamente traçavam uma vinculação entre estes bairros da zona leste ao tradicional pólo da indústria de confecções da cidade. A medida em que este assunto foi se definindo, o campo de pesquisa se estendeu também para as regiões mais centrais do Brás e do Bom Retiro.

Além do trabalho de campo também foram realizadas entrevistas com técnicos das subprefeituras de Guaianazes, Cidade Tiradentes e Mooca, representantes do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco e do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal, agentes do Centro Pastoral do Migrante e do Centro de Apoio ao Migrante, e um promotor do Ministério Público do Trabalho, estes diferentes atores compunham o campo e estavam implicadas nas dinâmicas discutidas aqui, de maneira que fornecem informações complementares de grande importância para a compreensão de seu funcionamento. No entanto a principal fonte consistiu nas entrevistas com as costureiras, os imigrantes bolivianos e os vendedores ambulantes. No total foram 27 entrevistas gravadas, realizadas entre o período de novembro de 2004 e junho

de 2008. Foram entrevistas semi-diretivas que procuravam reconstituir as trajetórias sociais de mobilidade ocupacional e deslocamento espacial destas pessoas. As trajetórias mostram as mediações que são construídas em torno destas formas de mobilização do trabalho informal, bem como as inflexões das suas experiências que resultam das transformações da organização produtiva. As trajetórias também fornecem um parâmetro descritivo para pensarmos estas realidades em transformação e repensarmos a maneira como problematizamos a questão do trabalho.

A expansão destas oficinas de costura subcontractadas e do trabalho informal ocorreu principalmente durante os anos 90 e acompanhou a recuperação e o desempenho da indústria de confecções ao longo das últimas duas décadas. Neste período o setor passou por um processo intenso de reestruturação produtiva. As empresas passaram a fabricação de produtos mais variados com séries de menores escalas, diminuíram o tamanho de suas plantas e externalizaram as etapas da produção mais intensivas em mão-de-obra, como a costura. Buscava-se a adaptação das empresas a estruturas mais flexíveis que acompanhassem as oscilações de tendências de mercado, as pressões da demanda ditadas pela moda e resistisse à força da concorrência gerada pela abertura econômica. Neste movimento cresceu o número de oficinas de costura e houve um aumento do peso do trabalho informal, ao mesmo tempo em que diminuíram as vagas de emprego formal nas fábricas deste setor. De modo que a produção e a circulação das riquezas geradas na indústria de confecções passou a depender da interação entre empresas com características bem distintas entre si, e da permeabilidade e diversas formas de passagem entre mercados formais e informais.

Nesta pesquisa procuro discutir o significado desta crescente informalização das relações de trabalho. Diferentemente das décadas anteriores, desde meados dos anos 80 a informalidade teve um crescimento relativo na sua participação do mercado de trabalho. Diante deste contexto alterado pela reestruturação produtiva e pela articulação econômica em escalas cada vez mais globalizadas, a informalidade parece assumir outras dimensões e coloca questões diferentes dos termos nos quais tradicionalmente ela é discutida. Este crescimento aponta para

transformações nas formas de dominação e exploração do trabalho que afetam os modos de regulação constitutivos do mercado de trabalho. Tomando a cidade como perspectiva analítica destas transformações, procuro problematizar os agenciamentos urbanos em torno destas formas de mobilização do trabalho informal na indústria de confecções.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos.

O primeiro capítulo se refere ao campo de debate em torno da informalidade. Ele define o tema as questões que serão trabalhadas no decorrer da dissertação. Procuro retomar as origens deste debate para discutir alguns elementos comuns que o estruturavam e como isto vai se alterando ao longo dos anos. Por um lado, a reorganização dos regimes de produção, com as mudanças nas estratégias de gestão de mão-de-obra, fez com que o trabalho informal tivesse maior participação diretamente nos processos produtivos. Por outro, o aumento na circulação mundial de pessoas, mercadorias, e dinheiro tem afetado a regulação dos mercados nacionais. De modo que os mercados informais estão cada vez mais implicados nas estratégias reprodução do capital. Neste capítulo também apresento e justifico a perspectiva adotada nesta pesquisa, de discutir as relações de trabalho tendo a cidade como prisma de problematização e a escolha das trajetórias sociais como metodologia de pesquisa.

No segundo capítulo discuto como ocorreu a reestruturação produtiva na indústria de confecções e as redes que se estruturam a partir das ex-operárias das fábricas. Procuro dialogar com outras pesquisas sobre o tema a partir do material que foi produzido com a pesquisa empírica de campo e as trajetórias das costureiras, e pontuar algumas características sobre a circulação das encomendas de costura, o modo como se organiza as relações entre as empresas na cadeia produtiva e a maneira como se desenvolve o trabalho nas oficinas de costura.

No terceiro capítulo trato da associação entre trabalho informal e imigração clandestina. A maneira como a reestruturação produtiva no setor de confecções contribuiu para o impulso do fluxo de imigração irregular de bolivianos para a

cidade de São Paulo. As transformações do setor, assim como o cruzamento com outro fluxo migratório de coreanos que se articula em torno das confecções criaram canais específicos para que assumisse as dimensões que tem hoje. Discuto também como as características desta imigração irão marcar as formas de trabalho desenvolvidas por estes imigrantes. As oficinas de costura dos bolivianos associam imigração irregular, trabalho e moradia, e esta associação acaba gerando uma grande abrangência no controle das condições de vida dos empregados por seus empregadores.

No quarto capítulo discuto a importância dos ambulantes nas estratégias de distribuição comercial para a indústria de confecções. Discuto o papel específico que este serviço de distribuição desempenha para a circulação das mercadorias das empresas confeccionistas e para as pequenas oficinas de costura. O comércio de rua é o ponto de encontro de vários tipos de circuitos de mercadorias de procedências as mais variadas que incluem produtos estritamente legais, outros apenas produzidos informalmente e também artigos de contrabando. Em função desta importância do comércio informal para a distribuição de mercadorias e dos arranjos para permitir a ocupação dos pontos nas ruas todo um mercado irregular de proteção se desenvolve. Discuto assim a pluralidade de atores que estão presentes nestes agenciamentos e acabam por regular a ocupação dos espaços na rua.

1. A problemática da informalidade

A informalidade é uma característica marcante do mercado de trabalho das grandes cidades do Brasil. Ao longo dos últimos 20 anos, diversos estudos vêm apontando para o seu peso crescente na estrutura ocupacional dos principais centros urbanos do país. Embora haja divergências sobre como estabelecer parâmetros para dimensionar este fenômeno, e assim criar estimativas mais precisas sobre seu peso estrutural, parece consensual que, no balanço do período, o mercado de trabalho informal cresceu tanto em termos relativos como absolutos. De forma que não há como negar a sua importância como parte constitutiva do mercado de trabalho. No entanto, este aumento da informalidade expressa mudanças que não se restringem apenas às variações quantitativas crescentes da informalidade no mercado de trabalho. Expressam também mudanças qualitativas no tipo de inserção do mercado informal, no centro mesmo das relações produtivas, e remetem às transformações recentes do mundo do trabalho. São mudanças profundas que afetam os parâmetros clássicos a partir dos quais o trabalho é pensado, e mesmo a maneira como o trabalho se relaciona com as dinâmicas urbanas e oferece referências na construção da vida social.

Na primeira seção deste capítulo, procuro retomar as origens do debate em torno da informalidade nos anos 60 e 70, nas discussões sobre a expansão do capitalismo na periferia do sistema, e demonstrar como este debate mudou a partir dos anos 80 e, principalmente, na década de 90, com os processos de reestruturação produtiva, as políticas neoliberais e a abertura econômica. O mercado informal que antes era visto como um aparente desajuste entre industrialização e urbanização, que tenderia a ser superado com o desenvolvimento industrial, passa a ser incorporado como estratégia de gestão de mão-de-obra nos processos produtivos através da terceirização e das redes de subcontratação em cascata. Embora com escalas diferentes, esta mudança aconteceu no mundo inteiro, mesmo nos mercados europeus e nos EUA começa a ser discutida a informalidade, que antes era vista como uma particularidade dos países do terceiro mundo. A apropriação política da noção de informalidade também muda, diante da perspectiva neoliberal. Portanto, procuro demonstrar

que não se trata apenas da continuidade de algo que desde sempre estaria presente no mercado de trabalho brasileiro, existem discontinuidades que implicam novas questões teóricas sobre o tema.

Na segunda seção deste capítulo, discuto a regulação e as transformações do mercado de trabalho. Vemos como tema da empregabilidade e empreendedorismo acompanha o debate sobre informalidade hoje, onde as discussões sobre a geração de emprego e renda se sobrepõem às questões das condições de trabalho e apontam para mudanças nas formas de dominação e exploração do trabalho. Estas mudanças se expressam na tendência à desconstrução da relação de trabalho assalariado pautado num contrato publicamente regulado como a principal característica do mercado de trabalho. A regulação do uso do trabalho tem um impacto direto sobre a vida social, na maneira como o trabalho se articula com outros aspectos do cotidiano e da família, de forma que esta desconstrução tem muitas implicações. Assim, procuro fazer alguns apontamentos sobre estas implicações como: a transferência dos riscos de mercado para os trabalhadores com o fim da proteção de um contrato; um crescente embaralhamento entre trabalho e não trabalho que faz com que o desenvolvimento das atividades econômicas se confunda com os próprios circuitos da mobilidade cotidiana e da vida familiar; e por fim, a individualização e a subjetivação dos modos de controle do trabalho.

Por último, na terceira seção deste capítulo trato da perspectiva analítica e da metodologia adotada nesta pesquisa. Tendo como referência empírica o trabalho informal e as redes de subcontratação na indústria de confecções, busco problematizar os agenciamentos urbanos em torno destas modalidades de trabalho, de modo que o trabalho é analisado do ponto de vista das dinâmicas e história urbana da cidade. Não se trata apenas do processo de produção ou dos encadeamentos produtivos, mas sim das dinâmicas urbanas que estão envolvidas neste processo. A cidade é tomada como perspectiva analítica para problematizar as re-configurações do sentido da experiência de trabalho ao discutirmos a produção e circulação da riqueza e, portanto, a reprodução das desigualdades sob o prisma das dinâmicas da cidade. A metodologia de pesquisa baseia-se em

trajetórias de vida, a partir delas é possível reconstituir as mobilidades entre diferentes tipos de trabalhos e as dinâmicas urbanas nas quais estão inseridos.

1.1 Continuidades e discontinuidades no debate sobre o mercado informal

As origens da noção de informalidade remetem às discussões sobre a expansão do capitalismo industrial na América Latina e na África nas décadas de 60 e 70. Costuma-se atribuir seu primeiro registro a um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre emprego e renda no Quênia em 1972¹, no entanto alguns autores afirmam que mesmo antes deste estudo o termo já vinha sendo empregado². De início, referia-se a atividades econômicas que floresciam nas cidades em paralelo aos processos de industrialização, mas que, no entanto, não eram tidas como atividades tipicamente capitalistas. A noção foi forjada em meio a um debate onde, a princípio, a informalidade foi tida como uma característica peculiar do modelo de acumulação dos países da periferia do sistema. No Brasil em particular, esta temática desempenhou um papel de destaque nos anos 70 pela maneira como, de certo modo, foi herdeira das discussões sobre desenvolvimento nacional e as incompletudes da modernidade brasileira.

Sob a influência do Conselho Econômico para América Latina e o Caribe (CEPAL), a ‘teoria do subdesenvolvimento’³ foi uma das primeiras bases teóricas que nortearam este debate. A partir desta concepção, interpretou-se a informalidade na vida econômica como parte do atraso, corresponderia a um setor onde persistiriam atividades tradicionais caracterizadas pela não separação entre capital e trabalho, e que representariam um empecilho para o desenvolvimento das atividades modernas, capitalistas. De acordo com esta perspectiva, a dependência estrangeira e os baixos níveis de capitalização interna fizeram com

¹ Organização Internacional do Trabalho (OIT), 1972.

² SILVA, Machado da. **Da informalidade a empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho**. Salvador: UFBa, 2002.

³ FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

que fossem priorizados os investimentos na indústria através do processo de substituição de importações. Em decorrência das baixas taxas de inversão da economia brasileira, os investimentos em outros setores foram prejudicados e a industrialização não foi capaz de uma absorção mais ampla dos trabalhadores no mercado assalariado que, por sua vez, inchavam os centros urbanos e o setor terciário. O resultado disto seria uma economia dual marcada por um pólo moderno caracterizado por investimentos de capital estrangeiro e outro pólo atrasado, com baixos investimentos financeiros e pouca separação entre capital e trabalho. O pólo atrasado seria um empecilho para o desenvolvimento do país, porque impediria a formação de uma poupança interna por retrair os salários e colaborar com a concentração de renda. A longo prazo, isto provocaria estagnação econômica pela retração do mercado interno.

Em outra abordagem, a informalidade foi interpretada na perspectiva da ‘teoria da massa marginal’, tal qual elaborada por José Num (1969). Neste caso, a informalidade não seria a persistência de atividades tradicionais, mas sim parte das estratégias de sobrevivência de uma massa marginal produzida pela industrialização e já não absorvida pelo setor hegemônico da economia. A base para esta formulação teórica seria a diferenciação entre os conceitos elaborados por Marx de ‘superpopulação relativa’ e ‘exército industrial de reserva’, ou seja, uma população supérflua que já não mais participaria do mercado de trabalho e nem exerceria pressão sobre os salários. A massa marginal seria a parte afuncional ou disfuncional da superpopulação relativa e, neste sentido, seria distinta do exército industrial de reserva⁴. Para Num, este conceito nos alertaria a respeito do problema da integração do sistema. Essa massa marginal colocaria em discussão as dificuldades da integração social de um contingente populacional, cujas estratégias de sobrevivência (atividades informais) seriam disfuncionais em relação à acumulação capitalista.

A ‘Crítica à razão dualista’ de Francisco de Oliveira (1972), representa uma outra referência clássica que norteou o debate sobre o tema. A partir dela, a

⁴ Este foi um ponto polêmico do autor com Fernando Henrique Cardoso (1971) que negava a possibilidade da existência de uma população supérflua no desenvolvimento capitalista. Para ele não existiria esta distinção entre superpopulação relativa e exército industrial de reserva. Anos mais tarde o assunto foi retomado em um texto recente de José Num sobre a reatualização da teoria da massa marginal mais de trinta anos depois (2000).

informalidade é vista como parte do próprio desenvolvimento capitalista e das dinâmicas urbanas nos principais centros metropolitanos brasileiros. Esta perspectiva marca um rompimento com uma visão dicotômica que opõe economia formal e economia informal. A informalidade corresponderia a um setor ligado à provisão de bens e serviços de baixo custo e de pouca capitalização que seriam essenciais em um processo de rápido crescimento urbano sem investimentos em infra-estrutura, e que, assim, contribuiriam para o rebaixamento dos custos de reprodução da mão-de-obra e, conseqüentemente, para o rebaixamento dos salários⁵. Desse modo, a informalidade seria adequada ao processo de acumulação global, algo confirmado pelo seu crescimento justamente nos momentos de recuperação do dinamismo na indústria. Portanto, a oposição entre setores modernos e atrasados seria apenas formal, uma vez que o processo real mostraria uma ‘simbiose’ e uma ‘organicidade’, uma ‘unidade de contrários’ onde o ‘moderno’ se alimentaria da existência do ‘atrasado’. Seriam estas características que marcariam a especificidade do modo de expansão capitalista no Brasil. A informalidade seria algo típico do caráter desigual e combinado de nosso desenvolvimento:

“A ‘especificidade particular’ de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga ‘periferia’ onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema” (p.69).

A intenção aqui não é reconstituir todo o debate inicial sobre a noção de informalidade, apenas apresentar algumas das principais perspectivas teóricas que pautaram o mesmo e, assim, apontar alguns elementos comuns em torno dos quais se estruturava. De modo geral, é possível dizer que a informalidade era vista como uma configuração peculiar na relação entre industrialização, urbanização e trabalho assalariado estável, que mostraria uma particularidade do crescimento capitalista dos centros metropolitanos dos países subdesenvolvidos.

⁵ O autor exemplifica esta relação com o caso da autoconstrução, base a partir da qual ocorreu, e ainda ocorre em larga medida, o crescimento da área urbana nas periferias dos grandes centros metropolitanos do país. Baseado no sobre-trabalho, esta seria uma condição que viabilizaria a permanência dos trabalhadores nos centros metropolitanos e uma forma de rebaixamento dos custos de reprodução dos trabalhadores, e conseqüentemente dos salários na formação dos mercados de trabalho das grandes cidades. Este mesmo tema foi debatido pelo autor em seminário recente (Oliveira, 2004).

O que assumiria o formato de um aparente desajuste na relação entre estes termos. De acordo com Machado da Silva (2002), o que estava em discussão eram as formas de mobilização ativa da força de trabalho. Analisavam-se as dificuldades e as distorções da incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo e sua articulação com outros aspectos, como a própria formação das cidades. Segundo o autor, o que daria unidade ao debate era a perspectiva representada pelo Estado de Bem Estar Social Europeu, com a manutenção do pleno emprego e o estabelecimento de direitos que tinham a relação salarial como a sua base principal. A informalidade seria sua imagem invertida, a impossibilidade da plena constituição do Estado de Bem Estar Social por causa de uma industrialização incapaz de absorver um amplo contingente de trabalhadores, pelo crescimento desordenado dos centros urbanos não acompanhado de serviços básicos e pela não generalização da relação de trabalho assalariado segundo os direitos trabalhistas.

Neste debate inicial, o desenvolvimento industrial exercia um papel de centralidade na dinâmica econômica e urbana. A indústria, pelo seu peso relativo no mercado de trabalho, era a base do trabalho assalariado formal e dos direitos sociais a ele associados. Conforme o estudo clássico de Wanderley Guilherme dos Santos (1979), os direitos sociais reproduziam as desigualdades do mercado de trabalho, naquilo que o autor chamou de cidadania estratificada ou regulada. No entanto, havia aqui uma maior associação entre o emprego na indústria e o trabalho formal. Assim, a informalidade era vista como uma exceção da indústria, o efeito de um aparente descompasso no desenvolvimento industrial e urbano que resultaria em um desajuste, que criaria um excedente de mão-de-obra não absorvida pelos processos produtivos. Deste modo, se acreditava que com o desenvolvimento industrial a informalidade tenderia a ser superada, ou seja, esta seria como uma etapa do processo de crescimento capitalista dos países subdesenvolvidos que seria suplantada com a industrialização. De fato, ao analisar-se a evolução do mercado de trabalho em paralelo ao processo de industrialização, vemos uma incorporação crescente dos trabalhadores ao mercado assalariado formal nas bases estabelecidas pela legislação trabalhista da década de 1930 até o início dos anos 1980 (Lima, 2000; Pochmann, 2004; Oliveira, 2003; Noronha 2003).

Essa tendência histórica só começa a se reverter nos anos 80. Diferente das décadas anteriores, desde o começo dos anos 80 temos um aumento relativo dos trabalhadores assalariados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria nos grandes centros metropolitanos do país. Na maioria dos setores da economia dos grandes centros urbanos do Brasil registrou-se um aumento da informalidade⁶. E isto não pode ser visto apenas como uma consequência da recessão econômica do período da década de 80, esta reversão antes se reforçou nos anos 90 com a recuperação econômica do que se extinguiu. De modo que esta reversão já mostrava sinais de transformações no desenvolvimento econômico. Em um período de vinte anos, de 1985 a 2005, os empregos assalariados com carteira diminuíram 10,3 pontos percentuais entre a população ocupada da região metropolitana de São Paulo, passando de 51,9% para 41,6% do total de ocupados. Enquanto os empregados sem carteira e os autônomos aumentaram, respectivamente, 5,6 e 5,9 pontos percentuais, sendo que representavam 8,2% e 15,1% e passaram para 13,8% e 21% do total de ocupados. Se levarmos em conta essas duas categorias juntas com o emprego doméstico, tradicionalmente utilizadas como referência para as estimativas sobre o trabalho informal, elas compunham antes 31,5% e depois somavam 43,4% do total de ocupados⁷. Temos que levar em conta que o trabalho informal não é uma categoria estatística, ao contrário do trabalho formal que define um padrão para as relações trabalhistas, o trabalho informal não apresenta este padrão e delimita-se justamente pela sua negativa. O importante a se destacar aqui é a reversão da tendência de crescimento do emprego assalariado com carteira que começa na década de 80 e a tendência ao aumento do trabalho informal que vem se apresentando desde então. Ou seja, o aumento do mercado informal não foi apenas o sintoma da recessão econômica dos anos 80, pois mesmo com a recuperação da economia não houve o seu retrocesso. Cláudio Dedecca (1991) já demonstrava que o movimento do setor informal é pró-cíclico e reflete a dinâmica geral da economia. No entanto, aqui o informal cresce mais que o formal e, mais do que isto, em alguns setores ocorreu uma substituição do primeiro pelo

⁶ A respeito do aumento da informalidade nos anos 80, PIRES, Es. **Metamorfoses e regulação: o mercado de trabalho no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Edusp, 1995.

⁷ Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (tabela em anexo I).

segundo. Portanto, não se trata somente de uma variação quantitativa, o mais significativo foi à mudança qualitativa do tipo de inserção do mercado informal.

A partir de então os elementos que estruturavam o debate em torno da noção de informalidade mudariam. Um primeiro elemento que podemos destacar para estas mudanças é a maior inserção do trabalho informal diretamente nos processos produtivos em decorrência da reestruturação das indústrias na gestão de sua mão-de-obra. De modo que as interações entre o formal e o informal passaram a ser um elemento estratégico da produção e circulação de riqueza e exploração do trabalho. Um segundo elemento desta mudança é que a informalidade deixa de ser um tema dos países 'em desenvolvimento', e cada vez mais é um assunto que passa a fazer parte das agendas de pesquisa dos países 'desenvolvidos'. A informalidade passou a ser um elemento constitutivo da chamada 'economia globalizada'. Por fim, soma-se como um terceiro elemento um aumento da circulação mundial de mercadorias, dinheiro e pessoas nos principais centros urbanos do mundo, afetando a maneira como os mercados são regulamentados. O desenvolvimento de mercados com conexões em lugares diversos e que se baseiam nas vantagens comparativas entre estes espaços, tem afetado o modo como os Estados regulamentam suas economias, assim, a própria maneira como o debate em torno da informalidade é politicamente apropriado também se alterou. São três elementos ligados entre si e que decorrem das características atuais do desenvolvimento econômico, são mudanças em direção a sistemas flexíveis de trabalho que tem se difundido pelo mundo inteiro a partir da pressão gerada pela globalização dos mercados e da produção.

Há algum tempo diversos estudos vêm apontando para as conseqüências do processo de reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho. Um processo que ganhou expressividade no Brasil ainda no final dos anos 80, mas que se efetivou nos anos 90⁸. A partir deste processo, o parque industrial nacional foi

⁸ No Brasil, muitas das greves do começo dos anos 80 surgiram como uma resposta dos trabalhadores às primeiras medidas empresariais no sentido de reestruturarem seus modos de produção. De modo que os anos 80 marcam uma certa resistência dos trabalhadores via sindicatos a este processo. O que se expressa na constituição de 1988, que reafirma os direitos trabalhistas da CLT e amplia sua abrangência a outras categorias não reconhecidas anteriormente. Nos anos 90 a resistência foi menor e a implementação deste processo de reestruturação foi muito mais intenso. As mudanças na legislação trabalhista também tiveram um outro caráter (ex: a regulamentação do trabalho em tempo parcial e das agências de trabalho temporário), muito mais no sentido de adaptações a mudanças do mercado já refletindo este outro momento.

renovado com maiores investimentos em capital de tecnologia intensiva e as formas de gestão da mão-de-obra passaram por profundas transformações. Aquela que teve maiores efeitos sobre o mercado de trabalho foi a intensificação das terceirizações através das subcontratações. A tendência das indústrias concentrarem todos os processos produtivos em uma mesma unidade, a fábrica, para a produção em massa de uma mesma série de produtos se reverteu completamente. Passou-se, então, a uma produção mais variada que se baseia em pesquisas sobre tendências de consumo e que ativa uma série de outras empresas fornecedoras e prestadoras de serviços de acordo com as perspectivas de mercado. Richard Sennet (2006) fala destas mudanças na produção, como a passagem de estruturas burocráticas e hierarquizadas para as redes horizontais e informais que se modulam a partir das demandas virtuais projetadas para o mercado; esta seria uma das bases da cultura do novo capitalismo contemporâneo. Pode se dizer que a indústria deixou de ter a fábrica como modelo de organização, e passou a se estruturar a partir da interação de inúmeras empresas⁹ que se apropriam de momentos específicos da produção¹⁰. É o controle dos momentos estratégicos da produção que diferenciam estas empresas entre si e restabelece uma hierarquia entre elas.

Um dos resultados desta mudança na organização da produção foi o crescimento relativo do mercado de trabalho no setor de serviços. Em 1989 a indústria respondia por 33% do total de ocupados da região metropolitana de São Paulo, em 2005 este número diminuíra para 19,1%. Entre 1985 e 2005, a proporção dos empregados com carteira de trabalho na indústria passou de 52,1% para 31,2%, enquanto os empregados com carteira nos serviços aumentaram sua participação de 31,7% para 49,5% no mesmo período. Mesmo entre os ocupados sem carteira e os autônomos verifica-se esta mesma tendência de crescimento do emprego nos serviços em detrimento da indústria. Nestes 20 anos, os empregos sem carteira na indústria caíram de 30,1% para 20,2%, já nos serviços passaram de 40% para 55,2%. Os autônomos mantiveram-se estáveis na indústria oscilando

⁹ DELEUZE, Gilles. 1992.

¹⁰ Há diversas denominações na sociologia do trabalho para estas mudanças: acumulação flexível, produção modular, modelo japonês, toyotismo, pós-fordismo, pós-indústria.

apenas de 13,1% para 13,2%, no entanto cresceu sua participação nos serviços de 54,1% para 60,6%¹¹.

Por certo estas alterações na composição do mercado de trabalho não podem ser atribuídas exclusivamente à reorganização produtiva, outros fatores como o aumento da produtividade com o incremento tecnológico nas indústrias também tiveram peso nisto. No entanto, com as mudanças na gestão da mão-de-obra muitas das atividades que antes eram classificadas como parte da indústria, depois de terceirizadas, passaram a fazer parte dos serviços. O que antes era desempenhado pelo quadro de funcionários de uma mesma empresa passa a ser realizado por outra empresa subcontratada. Assim, mesmo com o crescimento dos serviços, ao contrário das teses da desindustrialização, o que se vê é uma transformação na maneira como a indústria se organiza. Conforme a pesquisa de Álvaro Comin (2003) sobre as mudanças na estrutura ocupacional de São Paulo, apesar de uma desindustrialização do emprego, a participação da indústria na economia da metrópole paulistana não caiu na mesma medida. Comin demonstra que ocorreu um deslocamento das ocupações na indústria para empresas de menor porte de setores classificados como serviços e a maior informalização dos vínculos resultante deste movimento.

Deste modo, a produção de uma mercadoria passa por diversas empresas que vão desde unidades familiares operando no próprio domicílio até grandes corporações internacionais que fragmentam sua produção em busca das melhores oportunidades de mercado no mundo inteiro. Nestas condições que o mercado informal cresce e ganha um outro significado nos últimos anos. Estas empresas negociam em mercados formais, informais e inclusive, ilegais. De forma que a produção e a circulação de riquezas e, portanto, a reprodução das desigualdades, depende destas interações entre empresas com características muito distintas nos mercados e das passagens entre formal, informal e ilegal.

Estas características estão presentes nos mais diversos ramos da indústria de transformação, com pesos diferenciados de acordo com as peculiaridades de

¹¹ Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (tabela em anexo II e III).

cada setor. A indústria de confecções em São Paulo talvez seja um dos casos mais exemplares sobre estas transformações. Um segmento da indústria que tem uma relação histórica com a formação da cidade, em especial com a região leste, e que passou por profundas mudanças ao longo das últimas duas décadas. Ainda hoje é o segmento da indústria de transformação que mais emprega na cidade e foi um dos que mais se destacaram nos últimos anos, de forma que São Paulo concentra hoje um terço da produção nacional e constitui um dos maiores aglomerados mundiais do setor das confecções (Kontic, 2007). No entanto, a produção da indústria de confecções em São Paulo e os resultados que ela atingiu na última década, não passam apenas pelas empresas formalmente constituídas do Brás e Bom Retiro, mais próximas ao centro da cidade, a partir de onde tradicionalmente o setor se desenvolveu. Passam também por uma rede complicada de oficinas de costura informais que se organizam através de relações de vizinhança nos bairros das antigas costureiras das fábricas na zona leste da cidade, assim como pelos fluxos migratórios de bolivianos e coreanos que se dinamizaram a partir da reestruturação deste setor, e por onde se produzem riquezas postas em circulação tanto pelo comércio de alto padrão da rua Oscar Freire, como também no comércio popular por vendedores ambulantes da cidade inteira. Trabalham informalmente sendo remunerados por produção e requisitados de acordo com as oscilações de mercado.

Estas condições da indústria de confecções não são exclusivas de São Paulo ou mesmo do Brasil. No mundo inteiro muito destes mesmos aspectos do setor se repetem. O que inclui os principais centros mundiais da indústria de confecções como as cidades de Nova York (Sassen, 1989), Los Angeles (Bonnachi, 1991), Paris (Kontic, 2001) e Milão (Ruggiero, 2001). Seja nas periferias, nos '*suburbis*', ou nas '*banlieues*', se repetem as características de uma produção domiciliar, com o trabalho de imigrantes, clandestinos em sua maioria, e a presença mundial, não por acaso, de coreanos, nos principais centros confeccionistas mundiais de produção de moda. E isto não acontece como a característica de um setor atrasado, mas justamente na medida em que estes setores se articulam em escala global e cresce sua importância na participação da economia de suas cidades.

Embora com diferenças de escala, e com maiores ou menores resistências, este processo esteve presente no mundo inteiro, de forma que a informalidade deixou de ser um tema dos países em desenvolvimento. Os mercados informais ganharam outras dimensões também nos países desenvolvidos. Ainda no começo da década de 80, Alejandro Portes, Lauren Benton e Manuel Castells (1989) lançaram as bases de uma pesquisa que a princípio buscava levantar o que se sabia sobre o fenômeno nos países do terceiro mundo. Mas logo se percebeu que este tema também estava presente nas principais metrópoles dos Estados Unidos, apresentando alguns traços comuns como a pequena escala dos empreendimentos, o contornamento das regulamentações estatais, a flexibilidade do trabalho e o emprego de mão-de-obra familiar, entre outros. O que diferenciaria os mercados informais seria o tipo de relação mantida com a economia formal na qual estariam inseridos.

Em um primeiro momento tentou-se atribuir o aumento da informalidade nos países desenvolvidos como consequência do aumento da imigração, e a importação e reprodução de estratégias de sobrevivência típicas do terceiro mundo. Identificava-se o florescimento da informalidade a presença de comunidades imigrantes. No entanto, os resultados das pesquisas de Portes e Castells (1989) e Saskia Sassen (1989) apontavam que este aumento resultava de um modelo econômico e das transformações nos próprios países que recebiam estes imigrantes, e não da transposição de modelos econômicos dos seus lugares de origem. Verificou-se que o aumento da imigração antes se apoiava nas possibilidades abertas com o aumento da informalidade do que o contrário. A associação entre trabalho informal e comunidades imigrantes não é necessária, embora esta seja uma mediação importante para os principais fluxos de imigração clandestina dos dias atuais.

Em uma outra perspectiva, David Harvey (1989) discutia os efeitos destas transformações na organização da produção, da distribuição e do consumo. Segundo o autor, tratar-se-ia de mudanças no próprio regime de acumulação, estaríamos na transição de um regime fordista para um regime de acumulação flexível. Este último seria marcado com o confronto direto a rigidez do fordismo. Apoiaria-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho,

dos produtos e padrões de consumo. O aumento das subcontratações seria um dos seus elementos principais. Segundo o autor, este aumento:

“permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalista revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo (...) O rápido crescimento de economias ‘negras’, ‘informais’ ou ‘subterrâneas’ também tem sido documentado em todo o mundo capitalista avançado, levando alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho ‘terceiromundistas’ e capitalistas avançados” (p.145).

Para Harvey, esta transição de regimes de acumulação teria um efeito direto sobre os modos de regulamentação, de onde decorre este crescimento de mercados irregulares.

A partir dos anos 90 com a globalização dos mercados e da produção, este tema das regulamentações dos mercados ganhou importância. Estas mudanças acompanharam a abertura dos mercados internacionais e o aumento da circulação em escala global de pessoas, mercadorias e capital. Fazem parte dos ajustes as novas condições de competitividade que a implementação das políticas de liberalização dos mercados implicou. Este aumento na circulação mundial vem afetando a maneira como os Estados nacionais regulam suas economias. Saskia Sassen (2004) discute o papel das grandes cidades neste contexto, transações transnacionais como pontos de ancoramento para o atual desenvolvimento econômico. Para a autora, a dita ‘economia global’ seria caracterizada por uma rede de grandes cidades marcadas pela disposição de serviços altamente especializados voltados para as empresas. Seriam cidades cuja condição de entrada no sistema global seria a desregulamentação dos mercados internos e a transferência de importantes funções de coordenação da economia do setor público para o setor privado.

No final dos anos 90 e início de 2000, outras temáticas ganharam força junto à discussão sobre informalidade como o contrabando e a pirataria, os produtos e serviços ilícitos e os mercados ilegais. A partir de seus estudos sobre práticas criminais e mercados ilícitos, Vincenzo Ruggiero (2000) trata da aproximação dos

temas da informalidade e da ilegalidade, ao demonstrar uma correlação entre as mudanças no sistema produtivo e como elas geraram novas possibilidades de ilegalidades diversas e transformaram o perfil dos crimes. Para o autor, com as mudanças na organização da produção oficial e com o processo de descentralização, o informal tende a ser absorvido pelo formal no sentido de que práticas ocultas, produção paralela e formas ilícitas de conduzir a economia são crescentemente requisitadas para *'trazer frutos à economia oficial'*, e que neste movimento as fronteiras entre o formal e o informal tornam-se menos nítidas e os seus limites são constantemente negociados. Ruggiero argumenta que na nova rede de produção subordinada, gerada pela descentralização, onde salários são baixos e falta seguridade, firmas grandes recrutam suas subsidiárias e se beneficiam das condições características da economia informal em que operam, resolvendo problemas de custo, coordenação, gerencia, como segmentos que são contratados fora dos padrões formais dos negócios oficiais.

Deste modo, um tema que era uma prerrogativa dos países da periferia do sistema, tornou-se foco de problematização também nos países do centro do sistema capitalista. E embora se argumente que a informalidade sempre foi um tema presente nas discussões sobre desenvolvimento no Brasil, o debate atual em torno da informalidade parece ter ganhado um novo impulso nos últimos anos. Este debate atualmente se concentra no papel e no efeito das regulamentações do Estado sobre a economia e aponta para perspectivas bem distintas. De um lado os estudos que tendem a identificar a informalidade como sinônimo de precarização do mercado de trabalho, ou de flexibilização e desregulamentação, onde se discute a deteriorização das condições de trabalho ao longo das cadeias produtivas ou as transformações na estrutura ocupacional diante destes novos arranjos de trabalho. Podemos citar os trabalhos dos economistas Cláudio Dedecca (1996), Eduardo Noronha (2003), Márcio Pochman (2004) e Maria Cacciamali (1989, 2000), e dos sociólogos Jacob Lima (2000), Élson Pires (1995), Álvaro Comin (2003) e Manuel Malaguti (2000).

Do outro lado, estão as perspectivas neoliberais onde a noção de trabalho informal é apropriada politicamente para exaltar o empreendedorismo popular contra o intervencionismo do Estado, o mercado informal passa a ser visto e

celebrado como resposta ao chamado 'custo Brasil', que impediria o crescimento econômico e o aumento do emprego. Um dos autores mais citados e influentes dentro desta perspectiva é o economista José Pastore (1994), ele compara os custos relativos aos encargos sociais entre o Brasil e diversos outros países do mundo. O custo dos encargos do Brasil seria um dos maiores do planeta. Atribui-se a este fator uma grande desvantagem competitiva e a principal causa para o enorme peso da informalidade na estrutura ocupacional do país.

Há ainda uma terceira perspectiva de autores que questionam o valor heurístico desta noção de informalidade (Machado da Silva, 2002; Oliveira, 2003). Machado da Silva argumenta que em suas origens a noção desempenhou um papel importante, em torno da qual se desenvolveu um debate estruturado e eminentemente crítico sobre as condições de mobilização ativa do trabalho, mas agora o seu papel teria sido esgotado, solapado pelo tema do emprego e desemprego. Em seu lugar teríamos o par empregabilidade e empreendedorismo que apontam para uma problemática de outra ordem.

De fato, a informalidade é uma noção imprecisa que engloba atividades com características muito distintas entre si. Sobretudo nos últimos 20 anos em que sua abrangência aumentou, o seu significado ficou ainda mais confuso. Não é mais possível identificá-la estritamente de acordo com os limites estabelecidos no princípio do debate em torno desta noção, seja como um resquício do atraso, ou como estratégia de sobrevivência de uma massa marginal, ou ainda apenas como forma de rebaixamento dos custos de reprodução da mão-de-obra. Embora muitas destas questões persistam e os rendimentos dos trabalhadores informais costumem ser mais baixos do que dos trabalhadores formais¹², a informalidade é um processo que afeta também setores da classe média¹³, e não poderia deixar de ser pensado como parte das estratégias gerais de acumulação. Da mesma forma, não é possível identificá-la com um setor ou como algum tipo de atividade específica. Nem mesmo como uma economia paralela, haja visto que ela é incorporada na economia oficial através das diversas formas de passagens e

¹² PIRES, Es. **Metamorfoses e regulação: o mercado de trabalho no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Edusp, 1995.

¹³ A respeito da informalização em setores da classe média, SILVA, Luis Machado da. **Velhas e novas questões sobre a informalidade do trabalho no Brasil atual**. Rio de Janeiro: IEC, 1997.

permeabilidade entre formal e informal. Tornou-se antes uma forma específica de relação de mercado que atravessa a economia como um todo. Assim, ocorre uma mudança da discussão sobre informalidade como aspecto da pobreza ou um problema de exclusão. De acordo com José Num, a expansão dos empregos informais e dos trabalhos precários,

“diz menos da exclusão em sentido estrito que da segmentação dos mercados de trabalho e do aumento de novas formas de retenção e de exploração de mão-de-obra: uma coisa é estar fora e outra estar dentro ainda que mal ou muito mal” (2000, p.57).

Trata-se antes de um aspecto da regulação das formas de circulação e produção de riqueza e uma forma particular de participação no desenvolvimento econômico atual. Boa parte do debate sobre informalidade se concentra nos critérios que a caracterizariam e a dificuldade de uma definição em torno desta noção é o que faz com que muitos autores questionam o seu valor heurístico.

Bruno Lautier (1997) destaca que este debate em torno da definição da economia informal tem sido tratado freqüentemente como um problema técnico de como fornecer critérios para a produção estatística, quando na verdade é um problema político e teórico, em que a concepção da relação entre o Estado e a atividade econômica seria o que determinaria a definição do mercado informal. Afinal, é preciso considerar que as distinções entre mercado formal e informal só podem ser pensadas do ponto de vista do papel que o Estado desempenha sobre a economia. Somente quando o Estado desenvolve suas funções de regulamentação das relações de mercado, que tem sentido as distinções entre mercado formal e informal. De modo que a relação com o Estado está na base da definição do mercado informal. A ação do Estado estabelece estas distinções, ao mesmo tempo em que reúne em um mesmo grupo indistinto uma multiplicidade de atividades muito diferentes entre si. Mudanças nas fronteiras da regulação produzem um rearranjo da relação entre formal e informal. Antes de um problema técnico, a definição do formal e informal é um problema político. De forma que o

desenvolvimento dos mercados tem uma relação muito próxima ao desenvolvimento do Estado¹⁴.

Alguns autores ressaltam elementos condicionantes da estrutura produtiva para a caracterização da informalidade, tais como a pouca separação entre capital e trabalho e o pequeno grau de capitalização dos empreendimentos, adotando os conceitos de processo de informalização e de setor informal (Cacciamali, 2000). No entanto, o que parece decisivo para a distinção entre mercado formal e informal, incluindo os mercados criminais ou ilegais, é a ação regulatória do Estado sobre as atividades econômicas. Deste modo, o mercado informal é pensado como a troca de bens e serviços lícitos cujas condições de produção e distribuição ocorrem de maneira ilícita, enquanto o mercado ilegal é pensado como a produção e distribuição de bens e serviços definidos como ilícitos (Portes, 1989; Latieur, 1997; Ruggiero, 2000; Misse, 2007). Assim, a distinção básica entre formal e informal não depende da característica do produto final, mas sim da maneira que ele é produzido e trocado, e em relação ao mercado ilegal ela depende da criminalização do produto ou serviço que é oferecido. Estes critérios não são adotados aqui como definições conceituais, pois não estabelecem fronteiras claras e bem definidas entre estes mercados, mas chamam a atenção para o peso diferencial que o Estado exerce sobre os diversos mercados e das sanções com a maior ou menor criminalização para cada um deles. De modo que apesar da permeabilidade e simbiose entre o formal e informal, legal e ilegal, isto não quer dizer, no entanto, que haja uma indistinção entre estes mercados. Pois operar em um ou outro destes mercados tem profundas implicações sobre a maneira como os negócios e suas relações internas são construídos, e a permeabilidade e a simbiose entre eles se fazem justamente das vantagens diferenciais de cada um.

O fato é que um tema há muito tempo discutido volta a ser debatido, mas agora incluindo outros tipos de problemáticas. Por um lado o argumento de que haveria uma simbiose entre formal e o informal, a unidade de contrários que faz com que um se sustente da existência do outro como meio de crescimento esteja mais

¹⁴ Sobre as relações entre desenvolvimento do Estado, formação das cidades e regulação dos mercados: TILLY, Charles. *War Making and State Making as Organized Crime*. Cambridge: University of Cambridge, 1995.

presente do que nunca (Oliveira, 1972). Mas agora não mais como a especificidade de um modo de expansão do capitalismo dependente, que tenderia a ser superado com o desenvolvimento industrial (Oliveira, 2003). O mercado informal é um elemento constitutivo das novas modalidades de capital globalizado (Sassen, 1999; Portes, 1997; Ruggiero, 2001). Está ligado às próprias características do desenvolvimento econômico atual de versatilidade na resposta as demandas e flexibilidade dos processos produtivos.

1.2 Regulação e as transformações do mercado de trabalho

Regulação e mercado geralmente são tratados como temas opostos e antagônicos. Em *Economia e Sociedade*, Max Weber (1999) destaca uma dupla característica das relações de mercado que não necessariamente opõem um ao outro: por um lado uma relação associativa porque baseada na pluralidade de interessados que competem por oportunidades de troca, por outro lado uma relação comunitária pela observância de garantias e direitos recíprocos na expectativa da continuação das relações de troca. Seria esta dupla propriedade das relações de mercado que as diferenciam de uma simples troca que acaba no ato da troca em si e estabeleceria a perenidade das relações mercantis e propriamente estruturaria um mercado¹⁵.

Neste sentido, podemos dizer que as regulamentações não têm apenas um sentido antagônico à ação do mercado. Elas são elementos constitutivos do desenvolvimento de um mercado. Nenhum mercado real é feito apenas da concorrência econômica em torno da oferta e procura de produtos e serviços baseada apenas no mecanismo dos preços. Também são disputados os termos de troca, as regras de concorrência, as normas de produção, as garantias de circulação, as condições de consumo, os usos legítimos do trabalho, as reservas de mercado, enfim, os elementos que permitem a regularidade, a normalidade, alguma previsibilidade e garantias sem as quais nenhum mercado existiria. E estes componentes são disputados não apenas tendo em vista uma racionalidade

¹⁵ Bruno Reis (2003) se detém na análise teórica das relações constitutivas entre mercado e regulamentação.

estritamente econômica, valores sociais são colocados em jogo para o estabelecimento dos termos nos quais as relações de mercado serão constituídas. A regulação teria um sentido de orientar as bases legítimas dos conflitos de interesse e dos jogos de concorrência. Isto também ocorre para o mercado informal, a informalidade não seria sinônimo de desregulamentação. Neste caso as regulamentações se dão por outros agentes e de outras formas que não institucionalizadas pelo Estado, mas tendo em vista as restrições que o Estado coloca. As regulamentações e o cumprimento das mesmas expressam relações de poder. A maneira como hoje se relacionam os mercados formais e informais refletem o estado do campo de força das disputas econômicas e dos modos historicamente constituídos desta regulação.

Em relação ao mercado de trabalho, este aumento da informalidade que surge das oportunidades criadas pelas transformações econômicas e reestruturação dos modelos de produção discutidos anteriormente, sugere mudanças dos modos de dominação e exploração do trabalho. A relação de trabalho assalariado pautado em um contrato publicamente regulado é um elemento que marca uma especificidade deste mercado em relação aos outros, e a base principal a partir da qual se estruturam as relações entre capital e trabalho. Vemos atualmente uma transformação das formas de produção em que há uma fragmentação dos modos de dominação e exploração da mão-de-obra e a desconstrução do contrato de trabalho assalariado como sua principal referência.

Ao problematizar as origens da economia de mercado, Karl Polanyi (2000) estabeleceu a formação do mercado de trabalho como um de seus elementos fundamentais, juntamente com desenvolvimento do mercado de terras e de dinheiro. Para o autor, a formação do mercado de trabalho assalariado teria mudado simultaneamente a organização do sistema de mercados e a organização da própria sociedade. Juntamente com o advento do sistema fabril o assalariamento tornou o trabalho uma esfera de atividade separada das outras atividades da vida cotidiana e autônoma aos costumes e tradições que normatizavam as atividades produtivas anteriormente. Enquanto se ampliava a liberdade de contrato para a compra e venda da mercadoria força de trabalho, outras formas de organização do trabalho não contratuais com base em

parentesco, vizinhança, corporações de ofício e credos religiosos foram sendo superadas. No entanto, Polanyi observa que apenas sobre certas condições muito específicas foi possível fazer do trabalho uma mercadoria. Longe de um aspecto natural do desenvolvimento econômico, ele descreve a extrema artificialidade do desenvolvimento da economia de mercado e discute como o princípio de um mecanismo auto-regulável pela oferta e a demanda, supõe todo um aparato institucional para o seu funcionamento. De modo que as regulamentações e os mercados cresceram juntos:

“enquanto, de um lado, os mercados se difundiam sobre toda a face do globo e a quantidade de bens envolvidos assumiu proporções inimagináveis, de outro lado uma rede de medidas e políticas se integravam em poderosas instituições destinadas a cercear a ação do mercado relativa ao trabalho, à terra e ao dinheiro.” (p. 98)

O mercado de trabalho apresenta uma série de peculiaridades na sua regulação. Seguindo a mesma linha de Polanyi sobre o caráter específico do trabalho enquanto mercadoria, Claus Offe (1989) argumentou que no mercado de trabalho há uma desigualdade estrutural na disponibilidade das estratégias racionais de mercado, que resulta em um diferencial de poder favorável ao lado da demanda e desvantajoso para a oferta. Segundo o autor, a rigidez nas possibilidades estratégicas de oferta no mercado de trabalho, em termos de quantidade, qualidade e de tempo resultariam em uma relação assimétrica entre demanda e oferta no mercado de trabalho. De modo que as condições de oferta de trabalho devem ser facilitadas e garantidas pela regulação política. O contrato de trabalho, diferente dos outros contratos de venda, não estipula com exatidão a quantidade e a qualidade daquilo que é trocado. O contrato estabelece um tempo determinado no qual o empregado deve permanecer sobre a autoridade do empregador e dentro das regras institucionais da empresa.

Enquanto a forma básica de proteção das relações de mercado pelo Estado é o direito civil, em suas derivações do direito comercial, o direito do trabalho rege a oferta e demanda por mão-de-obra. Desde o final do século XIX, este foi se desenvolvendo a partir da Europa como uma forma própria de direito que regulamenta as relações de trabalho no mercado e que aos poucos se

disseminou por praticamente todo o mundo capitalista. Conforme Alan Supiot (2001), a diferença básica do direito do trabalho em relação ao direito civil é que este último pressupõe uma relação entre iguais, enquanto o primeiro pressupõe uma relação entre desiguais. Esta diferença se expressa na idéia de subordinação que caracteriza uma relação de trabalho e que fundamenta o direito trabalhista, ela estabelece um contrato marcado pela dependência entre empregado e empregador, assim como uma série de obrigações mútuas entre eles. Este contrato cria proteções para o desenvolvimento das atividades relacionadas com o trabalho e garantias para que o trabalhador possa reproduzir condições dignas de vida a partir de seu emprego. Ao mesmo tempo o contrato estabelece a tutela no âmbito do Estado e dos sindicatos para que estes possam fiscalizar e intervir nesta relação a fim de que sejam cumpridas as obrigações que o contrato estabelece. Seria uma forma de direito antiliberal por excelência e não burguês, porque não parte da idéia de uma relação de igualdade. Segundo Supiot, a promoção do trabalho autônomo e da exteriorização ou terceirização do trabalho para empresas dependentes ajudaram a fazer com que esta relação escape da tipificação jurídica que identifica um vínculo empregatício, de modo a descaracterizar a relação de subordinação que determina este modelo de contrato de trabalho. Neste sentido, as terceirizações apontam para a tendência a redução do escopo do direito trabalhista, já que muitos profissionais acabam perdendo o status jurídico de empregado da empresa para quem presta serviço. O resultado é a desconstrução da relação de trabalho assalariado pautado num contrato publicamente regulado e uma maior fragmentação do mercado a partir de outras formas de trabalho.

O aumento da informalidade, sobretudo no mercado de trabalho, parece estritamente relacionado com esta questão descrita por Supiot. Ao terceirizar-se parte do trabalho para uma outra empresa subcontratada, a relação que se mantém com quem executa esta demanda não é mais uma relação de trabalho, mas sim uma relação de prestação de serviços. Não é mais uma relação entre empregador e empregado, mas sim uma relação entre empresas supostamente autônomas. Vemos que as terceirizações descaracterizam juridicamente a relação de subordinação. Ainda que a rigor à subordinação exista. Mas as implicações disto estão para muito além do meramente jurídico. A maior inserção do mercado

de trabalho informal nos processos produtivos parece ser um de seus reflexos. Segundo Supiot, na Europa esta questão tem levado a um debate sobre a necessidade de apresentar novas formas institucionais diante destas tendências de mercado para pensar as relações de subordinação entre empresas e caracterizar o trabalho de acordo com uma perspectiva mais ampla. No Brasil, a tônica tem sido o efeito de uma possível desregulamentação do mercado de trabalho e o seu papel sobre as possibilidades de geração de emprego e renda.

Neste ponto o tema da empregabilidade e empreendedorismo¹⁶ passa a fazer parte das discussões sobre regulação do mercado de trabalho. Nesta perspectiva a questão do trabalho perde lugar no debate público e nas formas de intervenção política e desloca-se para a questão da geração de emprego e renda e, no limite, gestão da pobreza. As políticas para o mercado de trabalho se organizam tendo em vista muito mais a facilitação da demanda por trabalho em que, do lado da oferta, só resta a sua capacidade de se adequar.

Dentro desta concepção liberal o trabalho informal passa a ser apropriado de uma outra forma, seria expressão de um potencial de geração de emprego e de uma capacidade empreendedora que estariam reprimidos e poderiam despertar, não fossem as barreiras impostas pelo Estado. A informalidade passa a ser crescentemente invocada como reforço de argumentos econômicos liberais contra o excesso da ação estatal. O trabalho do economista peruano Hernando De Soto (1987) é bem significativa dentro desta perspectiva, não só pelo debate acadêmico, mas pela maneira como este trabalho influenciou também alguns programas políticos de liberalização na América Latina e nos Estados Unidos. Com base em simulações de criação de empresas ele procura demonstrar os custos não só fiscais, mas também burocráticos do excesso de regulação estatal para a economia e seus efeitos sobre a geração de empregos. Em função destes custos os atores econômicos seriam constrangidos a refugiar-se na informalidade. Mas De Soto argumenta que o mercado informal também teria seus custos, como a produtividade limitada pela falta de garantias e pelas exigências da clandestinidade. Portanto, nesta concepção, a desregulamentação poderia multiplicar um potencial reprimido expresso pelo trabalho informal.

¹⁶

Sobre o tema da empregabilidade e empreendedorismo SILVA, 2002.

Nesta questão clássica sobre a intervenção na dinâmica dos mercados, Bruno Lautier (1997) apresenta um argumento diferente sobre a relação entre o Estado e o mercado informal na atualidade. Ora apresentado como sinal de fraqueza dos governos e ora como efeito do seu excesso, o autor destaca as afinidades entre o desenvolvimento dos mercados informais e a reprodução dos sistemas políticos. Trata-se das ambivalências da relação do Estado com o mercado informal. Segundo ele, o desenvolvimento da economia informal atualmente seria, ao mesmo tempo, o sinal e a causa de uma transformação da relação do Estado com a sociedade. Antes do que um sintoma de fraqueza, ou do excesso de intervenção, o Estado teria uma relação de tolerância com múltiplas formas de ilegalidades. Esta tolerância para além dos motivos econômicos também traria consigo motivos políticos. A tolerância com formas de trabalho que freqüentemente desrespeitam as legislações trabalhistas, responderia aos imperativos políticos do desenvolvimento econômico, da geração de emprego e renda. Um paradoxo onde o Estado permite o desrespeito às regulamentações que ele mesmo normatiza. Mas, por outro lado, argumenta o autor que a ilegalidade cria uma situação de precariedade, gerando dependência e individualização dos comportamentos, propícios à perpetuação das formas clientelistas ou paternalistas de poder.

O problema da geração de emprego e geração de renda hoje se sobrepõe ao problema das condições de trabalho. E esta sobreposição afeta diretamente o estatuto do trabalho assalariado e protegido. Isto ocorre não só com a tolerância do Estado, mas às vezes também com o seu incentivo e promoção. É o caso de muitos dos programas de geração de emprego e renda empreendidos por governos locais. Um exemplo vem da pesquisa de Jacob Lima (2000) sobre cooperativas de trabalho no nordeste do Brasil. Trata-se de empreendimentos criados com incentivos dos governos locais como parte de políticas de geração de emprego e renda em regiões com pouca diversificação econômica e baixíssimos índices de assalariamento. São, sobretudo, os setores de confecções e calçados que lançam mão desse expediente de trabalho mal remunerado, sem encargos trabalhistas e à margem da representação sindical. A ausência de uma base salarial anterior, combinada com a falta de perspectiva de outras fontes de renda,

fazem das cooperativas um grande pólo de interesse e atração de mão-de-obra local. É dessa forma que, em algumas cidades nordestinas, os poderes públicos vêm tentando atrair as empresas e incentivar a atividade econômica da região. Assim discute a proliferação de cooperativas de trabalho, mas bem distante de uma linha crítica, muito mais como um formato que fornece uma alternativa ao contrato de trabalho assalariado.

Desde os anos 80 estas transformações no mercado de trabalho têm sido tratadas sobre diferentes perspectivas teóricas, como o tema da 'desfiliação' e da desconstrução da chamada 'sociedade salarial', tal qual abordado por Robert Castel (1998). No Brasil, por mais que se fale que o trabalho assalariado e protegido nunca chegou a se universalizar, este aspecto do mercado de trabalho serviu como uma referência fundamental que pautava as discussões, e mesmo que seja do ponto de vista de sua incompletude, o seu peso relativo no mercado de trabalho foi capaz de pautar uma série de aspectos importantes da maneira como o trabalho foi pensado, sobretudo nos grandes centros urbanos do país. Para retomar a questão da cidadania regulada (Santos, 1979), é esta perspectiva de acesso a direitos sociais através do ingresso no mercado de trabalho regular que parece cada vez mais uma referência distante. Mas não é apenas isto, além de se ligar com aspectos importantes da cidadania a regulação do uso do trabalho tem um impacto direto para a vida social da população, em seu cotidiano e em sua vida familiar, principalmente nos grandes centros metropolitanos, e tem a capacidade de influenciar a longo prazo o perfil da distribuição de renda. De forma que a desconstrução desta referência que o trabalho assalariado regulamentado pelo Estado representa, tem impactos profundos sobre a maneira como as pessoas constroem suas vidas.

Diante destas transformações do mercado de trabalho, cabe nos perguntarmos sobre quais as bases de exploração e dominações do trabalho se estabelecem a partir destas mudanças. Ainda que tenhamos uma fragmentação do mercado de trabalho e o assalariamento esteja sendo profundamente redefinido, e mesmo que no plano das relações subjetivas as atividades produtivas não ocupem o lugar que tinha antes (Zarifian, 2000), o trabalho permanece como uma temática fundamental e estruturante da vida nas grandes cidades contemporâneas.

Nesta pesquisa procuro discutir as formas de trabalho que se estruturam a partir da desconstrução deste padrão do contrato de trabalho assalariado regulado pelo Estado. Tendo como referência empírica o trabalho informal e as redes de subcontratação na indústria de confecções, procuro problematizar os agenciamentos urbanos em torno dos quais outras modalidades de trabalho são mobilizadas. O trânsito entre os mercados formais e informais se apresenta cada vez mais como um elemento marcante nas estratégias de reprodução do capital contornando as regulamentações estatais. Neste sentido, as relações de dominação e exploração do trabalho se constroem a partir de outra base de princípios, diferentes do trabalho assalariado pautado em um contrato. Se antes o trabalho informal era discutido em termos daquilo que estava aquém das regulações do mercado trabalho, no sentido de relações que tenderiam a ser superadas pelo desenvolvimento econômico, agora podemos ver o trabalho informal como aquilo que está além destas regulações, justamente como expressão das reconfigurações do capitalismo contemporâneo.

Assim, parece cada vez mais presente um tipo de trabalho que prolifera no mercado em que os trabalhadores não vendem diretamente sua força de trabalho, mas se engajam em uma série de atividades contingentes nas quais eles são parte dependente de processos de produção e circulação de riqueza, se envolvendo apenas em momentos específicos destes processos. São formas de dominação e exploração do trabalho que não estão diretamente ligadas ao assalariamento, ou o transferem para pequenas unidades produtivas ou comerciais em que há pouca separação entre capital e trabalho.

Destaco a seguir alguns elementos que caracterizariam estas formas de trabalho que proliferam no mercado informal, particularmente ligados a indústria de confecções, e que serão trabalhadas ao longo desta dissertação com base nos resultados da pesquisa empírica. São hipóteses de pesquisa vistas como implicações do aumento do mercado de trabalho informal e levantadas a partir da descrição de como estes mercados funcionam. Estes elementos marcam grandes diferenças em relação ao trabalho com carteira assinada em que a informalidade não pode ser tratada apenas como um ataque ao salário indireto ou sonegação

dos direitos trabalhistas. Estas implicações da quebra do contrato não têm um significado homogêneo em todo o mercado informal, elas têm pesos variados de acordo com o tipo de atividade e o circuito em que se esta inserido.

A primeira delas seria a transferência dos riscos de mercado das empresas para os trabalhadores. O contrato de trabalho assalariado estabelecia uma remuneração de acordo com a jornada de trabalho que era independente das oscilações do mercado. As formas de trabalho que se constituem no mercado informal, como trabalho familiar, por conta própria, cooperativado e até mesmo os assalariados sem carteira associam crescentemente a remuneração à produtividade do trabalho e aos ganhos das empresas para quem presta serviço. Esta é uma tendência no mercado de trabalho como um todo, expressa nos prêmios por produtividade e nos abonos por comissão, que muitas vezes representam a maior parte dos salários também no mercado formal. No mercado informal isto é ainda mais expressivo. Uma das vantagens da terceirização reside justamente nesta transferência de riscos. As empresas subcontratadas são acionadas apenas na medida em que haja demandas de mercado e em vez de estarem submetidas a uma autoridade que discipline o trabalho, são submetidas apenas a objetivos e resultados. A inexistência de um contrato e de compromissos com as terceirizadas permite que as empresas respondam as exigências atuais de uma produção flexível. Em uma perspectiva marxista, Francisco de Oliveira (2003) argumenta que o contrato de trabalho estabelece as medidas para o valor dos salários e é a base para a diferenciação entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta pela fixação dos limites da jornada de trabalho. Já o trabalho informal funde a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta com a implosão dos limites da jornada de trabalho, de forma que os salários passaram a depender diretamente da realização do lucro na venda das mercadorias. Decorre que o trabalhador não tenha um contrato fixo e nem direitos associados, que seriam obstáculos à realização do valor. Segundo o autor, desmanchou-se a materialidade da relação de trabalho expressa no contrato.

Em outra perspectiva, seguindo o argumento de Supiot (2001), como exposto acima, que o contrato de trabalho assalariado parte do princípio de uma relação de subordinação que, ao caracterizar a dependência do empregado com o

empregador, faz com que este esteja comprometido com a manutenção mínima do padrão de vida do trabalhador. E além disto, cria mediações públicas para garantir que isto ocorra. O trabalhador informal seria supostamente autônomo, pois quem presta serviços terceirizados escapa a esta tipificação jurídica, já que não mantém um vínculo e nem está submetida diretamente à autoridade de quem contrata os serviços. Mas esta autonomia tem a contrapartida da transferência dos riscos de mercado com os quais este trabalhador tem que arcar. De fato, na maioria dos empreendimentos informais não existe nenhuma autoridade externa pautando o trabalho, razão pelo qual muitos autônomos expressam preferência pelo trabalho informal a se tornarem empregados. No lugar da disciplina da fábrica temos o controle por produtividade. Veremos no capítulo II que muitas das costureiras que trabalham como autônomas e que já passaram pelas fábricas de roupas colocam a ausência de uma autoridade que discipline o trabalho como uma das grandes vantagens, na possibilidade de fazer seus horários e estabelecer seu ritmo próprio. No entanto o que acaba pautando o ritmo de trabalho são as urgências das encomendas, que pode intensificar e muito o trabalho em certas épocas, e ser motivo de preocupação pela falta em outras. Não cumpri-las a tempo pode significar a perda de encomendas futuras e afetar bastante os rendimentos. Na prática esta autonomia fica comprometida pela dependência da manutenção de um fluxo constante de encomendas a qual a renda está diretamente vinculada. Deste modo, as mesmas costureiras destacam a perda da estabilidade na fábrica e o risco de ficar sem as encomendas como a principal desvantagem. Além das oscilações de mercado na demanda por encomendas, no capítulo III veremos que entre os bolivianos os riscos assumem outras conotações, como a incerteza sobre um anúncio de trabalho em um outro país que pode se tratar apenas de um golpe. Ou pelas próprias condições em que eles se encontram na cidade, como imigrantes não documentados são constantemente ameaçados. É uma dinâmica migratória associada com um tipo de trabalho e que se baseia na confiança, por isto mesmo é marcada por um alto grau de risco. De acordo com o tipo de inserção que se tenha no mercado estes riscos podem ser bem graves. Variam de acordo com o tipo de repressão a que estas atividades informais estão sujeitas. No caso das costureiras ela é quase inexistente, mas ocorre quando uma das costureiras rompe uma espécie de acordo tácito entre as oficinas da vizinhança (o emprego em troca dos direitos do

trabalho) e aciona a justiça reclamando os direitos trabalhistas (rompimento que implica a exclusão do circuito ou então ter que buscar outros vínculos para permanecer no setor). Entre os bolivianos há os riscos inerentes à clandestinidade na qual se apóia a migração e o trabalho nas oficinas, de terem de pagar multas e no limite serem deportados e, no caso dos donos das oficinas, até mesmo presos dependendo da situação em que mantém seus empregados. Mesmo estes riscos são distribuídos desigualmente entre os atores envolvidos¹⁷. No capítulo IV, entre os vendedores ambulantes será discutido, por exemplo, um mercado complicado de proteção e uma disputa pelos pontos de comércio na cidade que muitas vezes resulta em violência. Um mercado que se desenvolve com base em acordos instáveis que, quanto maiores as garantias para o andamento normal dos negócios, maiores os valores que devem ser investidos.

A segunda implicação que acompanha o aumento da informalidade é a crescente indistinção entre trabalho e não trabalho. O contrato de trabalho estabelece os limites do tempo de trabalho, usualmente também associados com um espaço determinado. Um dos aspectos atrelados à informalidade é à fragmentação das formas de trabalho. Assim, vemos ganhar importância no mercado o trabalho familiar a domicílio, pequenas unidades produtivas que tem a vizinhança como base ou então que estão ligadas a associações comunitárias; e a crescente necessidade de mobilização de contatos pessoais para o desenvolvimento das atividades econômicas. Neste contexto as marcações que distinguem o que é trabalho e o que não é, se tornam menos nítidas, o que implica freqüentemente em uma intensificação do trabalho. Marc Bessin (1999) comenta a maneira como as mudanças para tornar os sistemas produtivos mais flexíveis vêm afetando as formas de articulação do trabalho com os outros aspectos da vida social. O trabalho assalariado fornecia os parâmetros que delimitam as distinções entre tempo de trabalho e não trabalho através do estabelecimento de uma jornada, mas também a distinção entre um espaço de produção e um espaço doméstico usualmente também associado, respectivamente a um espaço masculino e a um espaço feminino. Hoje muitas vezes se confundem o espaço da produção e o

¹⁷ A respeito distribuição social dos riscos no mercado, Rugierro (2000) fala em uma divisão do trabalho nos mercados ilegais e de uma correlação entre o desenvolvimento atual de crimes populares e crimes de elite, onde os riscos são distribuídos hierarquicamente, sendo que no primeiro caso muitas vezes estes riscos são letais.

espaço doméstico. As considerações de Philippe Zarifian (2000) sobre modulação do trabalho vão no mesmo sentido. Segundo o autor, há um rearranjo das relações de dominação onde o trabalho se liberta dos horários legais no sentido de uma variação de sua efetividade e intensidade que extrapolam os limites de uma jornada, e com o auxílio de novas tecnologias de comunicação, o trabalho pode alargar os locais onde é desenvolvido.

Além dos aspectos temporais e espaciais deste embaralhamento, entre trabalho e não trabalho, também existe os aspectos pessoais expressos no fato das pessoas terem que mobilizar os seus contatos entre amigos, parentes e vizinhos para desenvolver o seu trabalho. Este tipo de mobilização não é apenas aquela para conseguir indicações de emprego, mas para o próprio cumprimento das atividades ligadas ao trabalho, seja servindo-se dos contatos pessoais como principal clientela para a venda de produtos e serviços, ou mesmo subcontratando conhecidos para conseguir atingir metas de produção. São formas de trabalho que exigem um outro tipo de engajamento de seus trabalhadores, onde as próprias redes sociais nas quais estão inseridos são requisitadas no desempenho de suas tarefas. A habilidade em conseguir mobilizar vizinhos, parentes e amigos quando as encomendas extrapolam a capacidade de uma oficina é uma característica marcante entre as costureiras. Através das mulheres costureiras que trabalhavam nas fábricas, a família (nuclear e extensa) vai se envolvendo com a atividade de costura, muitas vezes os maridos também entram na atividade, na medida em que não conseguem outro emprego. É pelas vias das indicações pessoais que são direcionadas as encomendas e são transmitidas as competências ligadas à produção. Este aspecto confere também toda uma dinâmica urbana às encomendas, ele define uma rede por onde estas encomendas circulam ligadas as ex-costureiras das antigas fábricas. Entre os bolivianos há uma associação muito forte entre trabalho e moradia. A casa e a oficina se confundem numa só. No entanto, a casa não corresponde necessariamente a uma unidade familiar, o que faz com que este embaralhamento possa ser ainda mais problemático. A abrangência dos donos de oficina sobre as condições de vida dos costureiros bolivianos, com o custeio da viagem, a moradia e alimentação é um dos aspectos do controle do trabalho. Os requisitos da atividade econômica cada vez mais se misturam com os circuitos da

mobilidade cotidiana, de maneira que as oportunidades de trabalho se misturam também com os elementos das dinâmicas da cidade.

Por fim, como terceira implicação da desconstrução do trabalho assalariado protegido, e como uma mudança mais geral das relações de trabalho, seria a individualização e a subjetivação dos modos de controle do trabalho. Esta tendência expressa uma concepção liberal de relação trabalhista que é a relação individualizada entre empregador e empregado. Uma relação direta e personalizada sem nenhum outro agente mediador público, em que os termos da relação sejam estabelecidos unicamente pela negociação entre ambos. Cada um se relacionando como parte independente e igual. Para Machado da Silva (2002), a individualização e a subjetivação seriam as características fundamentais dos discursos sobre empregabilidade e empreendedorismo, onde, nas palavras do autor:

“projeta-se a imagem do ‘novo trabalhador’ como um ser que substitua a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da venda de sua força de trabalho (ou da alocação de seu esforço como produtor direto) em uma série de atividades contingentes, obtidas através da demonstração pública da disposição e competência para práticas econômicas em constante mudança – isso é, sempre como empresário de si mesmo.” (p. 105)

Para o autor estaríamos diante da formação de uma nova cultura do trabalho, adaptada ao risco, à insegurança e ao desemprego.

Nesta perspectiva, a situação do trabalhador passa a ser vista como o resultado de sua capacidade empreendedora para engajar-se no mercado. A informalidade prepara o terreno para que a imagem deste ‘novo trabalhador’ que o tema da empregabilidade-empreendedorismo anuncia possa se concretizar. Citando Francisco de Oliveira (2003), *“o trabalho informal apenas anuncia o futuro do trabalho formal”*. O que se espera do trabalhador é que ele tenha o mesmo *ethos* do empresário. Assim vemos programas de emprego e renda insistirem em cursos de re-qualificação, que teriam por objetivo tornar os indivíduos capazes de mobilizar as virtudes subjetivas necessárias para tornarem-se empregáveis ou

criar as suas próprias oportunidades de mercado. Nas confecções, tanto no caso das ex-costureiras das fábricas como dos imigrantes bolivianos, é muito presente uma concepção de que a situação de cada um é o resultado dos seus próprios esforços e capacidade de mobilizar bons contatos que rendam boas encomendas. É assim que as costureiras desempregadas buscam superar sua condição, e em suas estratégias de recolocação no mercado, acabam fornecendo uma alternativa de gestão de mão-de-obra para os empresários do setor, longe das regulamentações do mundo da fábrica e dos direitos associados ao trabalho assalariado. Entre os bolivianos a situação de clandestinidade é justamente o que fornece um diferencial para as relações de trabalho, pela impossibilidade de mobilização de um agente público para intervir na relação.

Esta individualização e subjetivação dos modos de controle do trabalho não quer dizer, no entanto, que não existam regulamentações no mercado informal. Outros agentes acabam regulamentando estes mercados que se estruturam com uma outra base de princípios, embora influenciadas pelas restrições colocadas pelo Estado. Como argumenta Bruno Lautier,

“(...) a falta de aplicação das leis estatais, mais do que levar a uma regulamentação da economia informal puramente mercantil ou concorrencial, gera códigos privados que estruturam relações neo-paternalistas, cujo caráter basicamente simbólico não reduz o peso das sanções que as sustentam (...) Estes códigos privados são de uma natureza diferente da que teriam na ausência de qualquer direito trabalhista, fiscal ou comercial.” (p. 80)

O fato é que o mercado de trabalho informal não corresponde à imagem do mercado livre de regulamentações propagada pelos liberais. Remete a uma problemática que diz respeito às disputas políticas em torno dos termos de troca no mercado e à concepção de relação do Estado com a economia. Mas em si, a noção de trabalho informal não oferece nenhum elemento que caracterize as dinâmicas que lhe são constitutivas, nem mesmo um aspecto particular que seja comum a toda gama de atividades diversas que compõe este mercado, ou estes mercados. É preciso procurar descrever como estes mercados de trabalho se

constituem e se perguntar como é possível que eles permaneçam enquanto meio de dominação e exploração, a partir de outras formas de regulação.

1.3 Cidade e trabalho: perspectiva de análise e metodologia

Vemos que estas transformações do mercado de trabalho alteram as formas como as relações de trabalho são construídas na negociação entre os agentes e nas articulações com os outros aspectos da vida cotidiana. Estas mudanças afetam também os parâmetros a partir dos quais o tema é tradicionalmente analisado. Isto pode ser uma indicação importante para repensarmos a maneira como construímos o trabalho enquanto campo de problematização. Nesta pesquisa procuro discutir as relações de trabalho tendo a cidade como perspectiva, não simplesmente como contexto onde tudo acontece, mas como campo analítico que considera o trabalho em uma perspectiva mais ampla, menos restrita às organizações hierárquicas do interior das fábricas ou dos encadeamentos produtivos, abordando sua relação com as dinâmicas urbanas e os processos de constituição dos mercados em questão. Se atualmente as relações de dominação e exploração do trabalho extrapolam a domínio da fábrica e a produção de riqueza não tem mais no modelo fabril o seu principal modo de organização, as atividades produtivas podem ser pensadas em uma relação mais direta com as dinâmicas urbanas e as oportunidades e interditos colocados pela cidade. Tal perspectiva pode ser importante para pensarmos as re-configurações do sentido da experiência de trabalho ao discutirmos a produção e circulação da riqueza e, portanto, a reprodução das desigualdades, sob o prisma das dinâmicas da cidade.

O impacto da desconstrução do contrato de trabalho assalariado como a principal referência do mercado de trabalho é bem perceptível nas economias urbanas. É nas grandes cidades que vemos proliferar as novas modalidades de trabalho do capitalismo contemporâneo, seja nas agências de trabalho temporário ou nos empregos em tempo parcial, nas atividades ligadas ao desenvolvimento de novas tecnologias, na alta variedade de serviços terceirizados e na miríade de atividades

informais dos centros metropolitanos. As cidades ocupam um lugar central nas novas estratégias de circulação da economia global. Saskia Sassen (1998) defende que, retomar a cidade na análise da economia global, permite recapitular processos de globalização como economias concretas situadas em lugares específicos. Esta perspectiva permite enxergarmos a multiplicidade da economia que compõe o cenário dos mercados atualmente, e segunda a autora, podemos ver as cidades como o lugar das contradições da internacionalização do capital e como terreno estratégico para toda uma série de disputas e conflitos.

De acordo com Sassen (2006), as grandes cidades, em todos os níveis da hierarquia urbana, estão se tornando locais para a produção de serviços voltados para as empresas que requerem infra-estrutura de atividades, firmas e empregos necessários para o funcionamento da economia corporativa. Ao falar destes serviços altamente especializados, sem os quais esta economia global não seria possível, a autora traz para o centro da discussão as condições das grandes cidades em oferecer tais serviços. Uma ligação física entre fluxos financeiros internacionais e alguns grandes centros urbanos capazes de oferecer tais condições. As cidades globais seriam caracterizadas justamente por esta disposição de serviços voltados para as empresas. A crescente intensidade das terceirizações de serviços nas economias avançadas demonstraria este papel das cidades. Sassen argumenta ainda que esta economia globalizada interfere na capacidade regulatória dos Estados nacionais, com a transferência de um complexo de funções de coordenação e gestão para o setor privado. O foco nos lugares e nas principais indústrias das cidades globais nos permitiria elaborar e especificar o significado de alguns conceitos chave nos discursos sobre globalização, como a perda na capacidade de regulamentação do Estado e o crescimento da informalidade.

Em outro sentido, Vincenzo Ruggiero (2000) também fornece um plano de referências importante para as questões trabalhadas nesta pesquisa. Ao tratar a questão do desenvolvimento atual da economia irregular, o autor parte da noção de cidade como um lugar de mercado, e mais precisamente como um bazar, marcado pela multiplicidade, incessante barganha, negociação e manobras em uma variedade de trabalhos e empreendimentos que oscilam entre atividades

legais e ilegais. Segundo Ruggiero, este bazar contemporâneo seria caracterizado por uma rede que oferece arranjos de parcerias assim como contratos de emprego, onde as pessoas ouvem sobre oportunidades potências e setores econômicos emergentes. Neste bazar, as pessoas se encontram, estabelecem vínculos, troca de informações, e se capacitam para suas atuações. Elas procuram identificar demandas, criar outras novas e estabelecer canais de suporte para as já existentes. Para o autor, a característica principal do bazar seria esta mistura de atividades oficiais e ilegais em um fluxo de mercadorias cuja origem pode ser legal ou não, ambas estas formas de práticas sendo adotadas tanto pelos empresários e como pelos trabalhadores envolvidos.

A idéia de uma mobilidade entre legalidade e ilegalidade na produção e circulação da riqueza é a referência principal nesta perspectiva da cidade como um bazar. Esta mobilidade compreende a coexistência da legalidade e da ilegalidade e a troca permanente das fronteiras entre elas. Ruggiero argumenta que neste bazar urbano não é surpresa que as definições das categorias de ocupações e atividades nas estatísticas do mercado de trabalho não seja uma tarefa fácil: trabalho em tempo parcial, empregos temporários, auto-emprego, ocupações semi-legais, e atividades obscuras conduzidas na economia paralela se combinam para borrar as distinções convencionais entre emprego e desemprego. O ponto a ser retido como referência é que a cidade, tomada nesta perspectiva, é o lugar em que legalidade e ilegalidade se encontram, se sobrepõe e se misturam.

Colocar a cidade como perspectiva de análise, no entanto, não é considerá-la em termos genéricos. De acordo com Vera Telles e Daniel Hirata (2007), reter a cidade como plano de referências na análise destas realidades em mutação supõe uma estratégia descritiva das práticas, mediações e conexões de circuitos e redes de extensão variada sempre como processos situados. Segundo Vera Telles (2006, 2007), as mutações do mercado de trabalho e também da própria questão urbana afetam os parâmetros que constroem os indicadores do mundo social, de modo que muitas das categorias cognitivas nas quais trabalho e cidade foram pensados, ficam deslocadas neste cenário atual. Telles indica a necessidade de repensarmos a maneira como construímos nossos 'objetos' de

pesquisa, de maneira a propormos estratégias descritivas que permitam problematizarmos estas novas configurações da relação cidade e trabalho.

Com isto pretendo entender as dinâmicas locais e os agenciamentos urbanos que tornam estes mercados de trabalho informais possíveis. Segundo Telles e Hirata (2007), os agenciamentos são como pontos de ancoramento para a circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro que estabelecem conexões com outras localidades diversas. Tais agenciamentos vão traçando uma cartografia da cidade, pois esta circulação entre mercados formais e informais, legais e ilegais, depende de configurações territorializadas de práticas, de relações, de acordos e de conflitos que se estabelecem na constituição destes mercados em diferentes espaços da cidade. Vistas sobre este prisma estas formas de trabalho do mercado informal colocam a cidade em perspectiva, e sobre esta perspectiva podemos problematizar o sentido destas experiências de trabalho. Telles e Hirata indicam que é nas suas conexões com redes e circuitos transnacionais da economia global que o tema do mercado informal se redefine e coloca questões diferentes da mera reposição e atualização de uma história já conhecida.

Partindo desta perspectiva analítica, a metodologia de pesquisa adotada aqui se baseia em trajetórias de vida de pessoas que transitam nestes mercados e entre eles. Com estas trajetórias buscam-se parâmetros para descrever o mundo social que se arma a partir destas formas de produção e circulação de riqueza. Com as trajetórias de vida é possível reconstituir as mobilidades entre diferentes tipos de trabalho e as dinâmicas urbanas nas quais estão inseridos. As trajetórias oferecem um referencial temporal e espacial que reflete a própria história e dinâmica urbana da cidade. Elas mostram também o peso das transformações do mercado de trabalho em que carreiras lineares pegadas por estas mudanças sofreram grandes inflexões e agora seguem os rumos incertos da 'viração' cotidiana em atividades instáveis e inconstantes. De forma que as trajetórias não são apenas ilustrações de questões previamente definidas, mas sim uma fonte para a problematização e uma base a partir da qual podemos descrever como ocorrem as passagens entre mercados formais, informais e ilegais, como eles se sobrepõem e se combinam, quais são as mediações em jogo e como são construídos os vínculos e os agenciamentos urbanos que os fazem possíveis.

Com base nestas referências, que problematizo o trabalho informal e as redes de subcontratação na indústria de confecções. Trata-se de algo mais do que a reconstituição dos processos de produção ou dos encadeamentos produtivos. Podemos dizer que seu desenvolvimento recente depende de uma dinâmica urbana que se estabelece na circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro, onde a permeabilidade e as diversas formas de passagem entre mercados formais e informais (por vezes ilegais), tornam-se elementos centrais do processo de exploração do trabalho e acumulação capitalista no setor das confecções.

O ponto de partida para esta análise são trajetórias de mulheres costureiras, de imigrantes bolivianos e de vendedores ambulantes. Sem que, no entanto, seja este especificamente um estudo sobre trabalho feminino, embora discuta a difusão das competências ligadas à produção através das ex-costureiras das fábricas e as redes sociais que se formam e são mobilizadas pelas mulheres para conseguir cumprir as encomendas de costura nos prazos estipulados. Também não é um estudo sobre imigração ou sobre bolivianos, apesar de tratar da relação entre a intensificação deste fluxo migratório e as mudanças no setor de confecções, e as especificidades que a situação de imigrante irregular coloca para suas inserções na cidade. Nem é um estudo sobre os ambulantes, ainda que considere sua importância para o escoamento de mercadorias voltadas ao comércio popular e a formação de mercados de proteção que exploram a ocupação dos pontos na rua. Trata-se um estudo sobre os agenciamentos urbanos em torno do trabalho informal na produção e distribuição de riquezas, e reprodução das desigualdades, geradas na indústria de confecções.

2. Reestruturação produtiva e trabalho informal na indústria de confecções

A indústria de confecções é parte importante e tradicional do mercado de trabalho na cidade de São Paulo, caracterizado por um processo de produção intensiva em mão-de-obra que emprega principalmente mulheres. Estabeleceu-se na cidade, junto à indústria têxtil na região do Brás e do Bom Retiro desde o final da década de 30. Compõe ainda hoje um dos segmentos da indústria de transformação que mais emprega na cidade de São Paulo e é um dos setores que mais cresceram ao longo dos últimos 10 anos (Kontic, 2001; 2007). No entanto, o processo de reestruturação produtiva no setor, decorrente das crises econômicas dos anos 80 e da abertura dos mercados nacionais no início dos anos 90, afetou profundamente suas formas de emprego. Analisando os efeitos da reestruturação produtiva, Márcio Pochmann (2004) indica que em um período de aproximadamente 20 anos, estima-se que o setor de confecções da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) diminuiu o número de trabalhadores formais de 180 mil trabalhadores em 1981 para apenas 80 mil em 2000, ou seja, menos da metade. Mas a estimativa do total de trabalhadores ocupados no setor para o mesmo ano de 2000 era de 200 mil pessoas¹⁸, de modo que podemos presumir que a maior parte destes trabalhadores encontra-se na informalidade. Antes que sinal de uma desindustrialização ou uma saída em massa das empresas de confecção da região, estes números revelam transformações nas formas de produção com a introdução da assim chamada produção flexível e as alterações na forma de gestão da mão-de-obra.

As mulheres foram as maiores afetadas por estas mudanças¹⁹. Neste processo de reestruturação, justamente a costura, função geralmente ocupada por elas e maior responsável pelos empregos no setor, foi terceirizada para oficinas subcontratadas externas às empresas confeccionistas. Embora terceirização não

¹⁸ Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, 2000.

¹⁹ Veremos no capítulo seguinte de que modo a reestruturação produtiva do setor contribuiu para intensificar o fluxo imigratório de bolivianos para a cidade de São Paulo. Entre os bolivianos a questão de gênero não se coloca da mesma forma para o trabalho com costura: homens e mulheres são empregados nas confecções com uma leve preferência para os homens.

seja sinônimo de trabalho informal, o seu resultado tem sido uma ampla desregulamentação da atividade das costureiras e a proliferação de oficinas de costura irregulares na periferia da cidade nos bairros das ex-operárias das fábricas. De modo que um setor que sempre constituiu parte importante do mercado de trabalho formal para as mulheres tem sido em grande medida realocado para a informalidade. No entanto, elas também são atores importantes desta mudança, pois a partir da sua experiência no setor e da difusão das competências ligadas à produção que se espalham por seus bairros, as oficinas de costura que irão realizar o trabalho subcontratado pelas empresas. Mais que isto, é com base nas redes sociais mobilizadas por elas entre vizinhos e parentes, cuja extensão varia de acordo com o volume e o ritmo das encomendas, que as empresas garantem a flexibilidade na produção para lidar com as oscilações de mercado.

Existem diversos estudos a respeito das redes de subcontratação ao longo da cadeia produtiva da indústria de confecções e a situação das mulheres em diferentes contextos metropolitanos, como Rio de Janeiro (Abreu, 1986; Abreu e Sorj, 1993), Campinas (Amorin e Araújo, 2001; Amorin 2003), Belo Horizonte (Neves e Pedrosa, 2007) e também São Paulo (Leite, 2004). Em geral, estas pesquisas partem da discussão sobre a deteriorização do trabalho ao longo da cadeia produtiva que mostra a precarização do trabalho feminino nas pontas mais vulneráveis das redes de subcontratação. Interpretam a desvalorização do trabalho feminino como estratégia de rebaixamento de custos em um mercado marcado pela alta competitividade e baixos índices de investimentos em capital, e como adaptação às exigências de uma produção flexível que acompanhe as oscilações nas tendências de consumo. Também enfatizam o papel da divisão sexual do trabalho e da identidade de gênero como elemento fundamental na constituição destas redes de subcontratação. Embora estes elementos tenham ganhado maior notoriedade com a reestruturação produtiva no setor (Amorin e Araújo, 2001; Leite, 2004), argumenta-se que tais condições de trabalho sempre estiveram presentes no setor de confecções e seriam características constitutivas deste segmento tradicional da indústria, que remontariam aos processos de *putting out* dos princípios da revolução industrial (Abreu, 1986; Abreu e Sorj, 1993).

De fato, é possível traçar paralelos entre a indústria de confecções contemporâneas e as redes de subcontratação nas quais ela se apóia e o trabalho a domicílio envolvendo mulheres e também crianças, amplamente empregado no momento de formação do modelo industrial tradicional de acumulação capitalista. Em muitos aspectos podemos notar semelhanças com as descrições de Karl Marx (1988) sobre acumulação primitiva, ou de Friedrich Engels (1988) sobre a situação do trabalho a domicílio em Manchester na Inglaterra, ou ainda com as descrições de E. P. Thompson (1987) sobre a formação da classe operária inglesa em um momento em que o trabalho externo era tão importante quanto o trabalho interno para as fábricas. No entanto, o próprio desenvolvimento posterior do sistema fabril e do assalariamento havia relegado ao *putting out* um papel pouco expressivo. E neste momento de formação da sociedade industrial se recrutava mulheres e crianças em larga escala em um contexto anterior a regulamentação legal. O processo de regularização dos modos de exploração do trabalho e a legislação trabalhista tiveram como efeito a sua gradual retirada do mercado de trabalho. As leis que regulamentaram os direitos trabalhistas exerceram pesos diferentes para homens e mulheres e de início acabaram por consolidar um modelo de divisão sexual do trabalho que relegava às mulheres o espaço privado da casa e os cuidados com a família.

Apesar disto, as mulheres continuaram tendo um papel importante em alguns segmentos da indústria em atividades vistas como complementares e com remunerações mais baixas. Atualmente, podemos ver que de modo concomitante ao processo de transformação do mercado de trabalho, a participação das mulheres vem aumentando ao longo das últimas duas décadas, ao contrário da participação dos homens. Em 2005, a taxa de ocupação das mulheres na RMSP era de 44,7% contra 55,3% dos homens, em 1986 esta taxa era de 36,9% das mulheres e 63,1% dos homens²⁰. Este crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho é um fenômeno nas principais metrópoles do mundo e, de acordo com Alan Supiot (2000), o que marcaria a especificidade na sua maior

²⁰ Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, 2005.

participação hoje seria este contexto de mudanças produtivas e tecnológicas que geram novos tipos de organização do trabalho e sua inserção ocorria na medida em que se constrói uma pressão contra a regulamentação ou pela desregulamentação das relações de trabalho²¹.

Embora seja possível traçar estes paralelos, o modelo atual de desenvolvimento da indústria de confecções e as formas de trabalho que este mobiliza não representam anacronismos. Antes que uma marca do atraso, as redes de subcontratação e as condições de trabalho das oficinas de costura se ligam ao desempenho recente que o setor tem atingido. Segundo Branislav Kontic (2007), este foi um dos segmentos da indústria de transformação que mais se destacou na cidade nos últimos anos sendo marcado pela inovação constante no desenvolvimento de novos produtos, com altos investimentos em design e nas estratégias de distribuição dos produtos. De modo que este seria o segundo setor da indústria de transformação que mais agrega valor na cidade e São Paulo concentraria um terço da produção nacional, sendo um dos maiores aglomerados de confecções do mundo (Kontic, 2001). Estas formas de gestão de mão-de-obra através de trabalho subcontratado e abaixo das restrições trabalhistas não são avessas a tal desempenho. Mesmo nos principais centros produtores de artigos de vestuário do mundo, que se articulam em escala global, vemos muitas destas características de uma produção domiciliar baseada em trabalho irregular como Nova York (Sassen, 1989), Los Angeles (Bonnachi, 1991), Milan (Ruggiero) e Paris (Kontic, 2001). Saskia Sassen (1998) nos lembra que no desenvolvimento de muitos setores estratégicos da economia global uma larga parte dos trabalhos envolvidos são serviços manuais e mal pagos, muitas deles envolvendo mulheres e imigrantes, e que estes trabalhos nunca são representados usualmente como parte da economia global, mas fazem parte da infra-estrutura que implementa o sistema econômico global. Para a autora estaríamos presenciando a formação de novos tipos de segmentação do mercado de trabalho em que duas características sobressaltam: primeiro, o enfraquecimento da função da firma em estruturar as

²¹ Se, de um lado as mulheres tiveram acesso de maneira mais expressiva a setores da economia e a profissões que antigamente não tinham, como a engenharia, a advocacia, etc. (Bruschini e Lombardi, 2003); de outro, parece ser significativa a sua inserção em empregos em tempo parcial e temporários e em atividades informais dos mais diversos tipos, como serviços subcontratados, comunitários e domésticos.

relações de emprego; e segundo, a transferência de funções do mercado de trabalho para a casa/família e a comunidade (op. cit., p. 90).

Considerando estes elementos, vemos a seguir como a partir da reestruturação produtiva se estabelecem dinâmicas urbanas nas quais o setor das confecções está ancorado e como as mulheres participam desta dinâmica. Esta reestruturação da indústria de confecções se apóia na história da relação do setor com a formação da cidade e se desenvolve a partir da experiência das ex-operárias no trabalho nas fábricas. Assim, discutiremos os tipos de agenciamentos entre as costureiras que permitem fazer circular as encomendas de costura nas oficinas e as mediações em torno destas formas de mobilização do trabalho.

2.1 *Brás, Bom Retiro e... Guaianazes: circuitos das encomendas e as ex-operárias*

Na região de Guaianazes é grande a concentração de pequenas oficinas de confecções. As evidências estão na frequência com que estas aparecem na trajetória de trabalho de muitas das pessoas dessa região, sobretudo das mulheres. Estas pequenas confecções terceirizadas não são propriamente uma novidade, já são conhecidas há muito tempo na região do Brás e do Bom Retiro. A novidade está na sua expansão, chegando até os pontos mais distantes da zona leste da cidade, e isso através de uma rede informal de subcontratação que, muito concretamente, faz a ligação entre o extremo leste e o tradicional centro têxtil da cidade de São Paulo. Do Brás e Bom Retiro, onde se concentram as fábricas, as peças de tecido cortadas são distribuídas entre as várias oficinas de costura de Guaianazes e região. O produto acabado faz, depois, o caminho de volta para a comercialização.

Essa expansão do circuito têxtil na zona leste não se dá por acaso. As principais vias de acesso da região ligam Guaianazes ao Brás e ao Bom Retiro, seja pela avenida Radial Leste, seja pelo trem metropolitano. Esta região da cidade se

formou em compasso com o desenvolvimento do centro expandido da cidade (Villaça, 2001). O Brás, em especial, há muito tempo polarizou-se como lugar de convergência para a zona leste. Desde as primeiras décadas do século XX já concentrava o comércio popular e, as primeiras indústrias de São Paulo ligadas à produção têxtil e às confecções se instalaram ali. De modo que no Brás e no Bom Retiro se concentravam os empregos mais acessíveis para quem morava nos bairros mais distantes do lado leste da cidade. Para as mulheres desta região o circuito das confecções é marcante em suas trajetórias de trabalho. Muito freqüentemente, são elas próprias que abrem pequenas oficinas de confecções ou reativam o trabalho a domicílio na tentativa de se recolocarem no mercado de trabalho, às vezes, ou nos dois casos, com máquinas emprestadas por seus ex-patrões. As mulheres fazem uso dos contatos estabelecidos anteriormente no trabalho nas fábricas para conseguir as encomendas, ou então para conseguir se empregar nestas oficinas. Esta expansão se faz por uma rede mediada por estes conhecimentos sócio-técnicos e pela experiência adquirida ao longo de uma trajetória de trabalho no setor de confecção.

O crescimento destas pequenas oficinas de costura deu-se principalmente na década de noventa. Esta expansão está estreitamente vinculada ao processo de reestruturação produtiva pela qual a indústria do vestuário passou nesta década. Essa mudança aparece com nitidez nas trajetórias de trabalho das mulheres. É fácil encontrar mulheres com larga experiência de trabalho nas fábricas de roupas do centro da cidade e que agora estão trabalhando nas oficinas de costura terceirizadas pelas antigas empresas onde trabalhavam. Ou então, partem para uma espécie de sub-subcontratação, em que umas passam as encomendas para outras.

Branislav Kontic (2001) chama a atenção para o modo como a reconfiguração deste setor em São Paulo está em estreita relação com o seu ancoramento espacial e territorial na cidade. Segundo ele, essa reconfiguração, que vem se dando desde o final dos anos 1980, se apóia em um tecido socioeconômico construído com base em uma rede de competências e conhecimentos sócio-técnicos que veio se formando nas levas sucessivas de migrantes que, nos diversos períodos históricos, tomaram a frente do circuito de confecções nesse

tradicional centro têxtil da cidade. Portanto, essas competências e conhecimentos sócio-técnicos tem uma forte ligação com comunidades de migrantes territorialmente situadas na cidade, em particular no Brás e Bom Retiro. Essas comunidades funcionam como uma rede de sociabilidade que permite disseminar competências ligadas à produção e por onde circulam as informações sobre tendências, contatos com fornecedores e a manutenção de nichos de mercado.

Primeiro foram os libaneses, ainda na década de 30, que se instalaram na rua 25 de Março, no Centro e na rua Oriente, no Brás, onde já havia fábricas e comércio atacadista de tecidos. Começaram produzindo roupas íntimas e peças de padrão básico. Depois, foram os judeus que concentraram seus negócios na região do Bom Retiro. Investiram principalmente em moda feminina e logo formaram grandes aglomerados industriais, que envolviam desde a fabricação dos tecidos até grandes lojas atacadistas e varejistas. Os nordestinos também se destacaram como empresários no setor, passaram de representantes de vendas a produtores de artigos populares em larga escala no final da década de oitenta. Primeiramente se instalaram no Brás, depois se estabeleceram em Guarulhos e ao longo da zona leste. Os coreanos começam a se fazer presentes desde a década de 60, mas foi no correr dos anos 80 que começaram a se destacar. No início, dedicavam-se ao comércio atacadista, à produção de produtos populares e também artigos mais sofisticados. Utilizavam-se do próprio trabalho familiar ou então utilizavam a mão-de-obra de seus compatriotas coreanos. Mais recentemente, começaram a utilizar mão-de-obra boliviana e que de início eles próprios tratavam de agenciar a sua migração, no mais das vezes clandestina²². Os coreanos beneficiam-se dos avanços técnicos da indústria têxtil coreana, pois contam com facilidades de relacionamento com o bloco asiático, passando também a atuar como fornecedores de tecidos e máquinas importadas da Coreia. Apontados como os “campeões da inovação” (Kontic, op. cit.; Garcia e Moreira, 2004) e como o grupo que mais se destacou no setor, também são citados como aqueles que mais se apóiam na subcontratação.

De acordo com Kontic, dadas as novas condições de mercado a partir dos anos 90, essas características locais e territorializadas apresentaram vantagens

²² Voltarei a esta discussão no capítulo seguinte.

importantes para disputar espaço em um mercado cada vez mais marcado pela produção flexível, que combina alta produtividade, pequenas escalas de produção, diversificação de produtos e exploração de nichos de mercado em função das variações de tendências da moda. Mas a configuração das redes de subcontratação nos bairros das antigas costureiras também teve um peso importante neste processo. E o desempenho atual do setor foi acompanhado por um profundo rebaixamento do trabalho das costureiras.

A trajetória de Silmara²³, de 47 anos, casada e com três filhos, mostra o peso destas mudanças nas inflexões de sua carreira. Ela sempre morou em Guaianazes e começou a trabalhar com costura quando tinha 14 anos de idade. Atraída por um anúncio um emprego como auxiliar de costura em uma fábrica no Brás, Silmara foi uma das 50 escolhidas entre 250 candidatas. Era uma indústria de roupas de grande porte que produzia peças íntimas femininas. Nesta empresa ela aprendeu o ofício de costureira, logo nos primeiros meses recebeu treinamento do Senai em 8 tipos de máquinas diferentes e logo passou a ser costureira de tipo “A”. Foram nove anos trabalhando ali, de 1972 a 1981, sendo avaliada como uma funcionária de bom comportamento, pontual e altamente produtiva, de modo que ela chegou a ser considerada operária padrão. No auge de sua carreira chegou a receber o valor de 5 salários mínimos, somando o salário, as comissões, os prêmios por produtividade, por comportamento, as horas extras, etc. Em sua carreira Silmara nunca chegou a ser demitida, entrava e saía do mercado de trabalho de acordo com as exigências familiares como o nascimento dos filhos ou por motivos de saúde. A saída do primeiro emprego ocorreu quando Silmara se casou com Arlindo. O casal mudou-se para Santos, onde teve seu primeiro filho, Arlindo iria trabalhar como pedreiro na construção de prédios da Cohab. Ela fez um acordo com a empresa para ser demitida e ter acesso ao fundo de garantia. Ficaram três anos ali, e Silmara não trabalhou neste período. Depois voltaram a morar em Guaianazes. Ela novamente conseguiu emprego no circuito Brás - Bom Retiro. Passou cinco anos trabalhando em uma fábrica de malharias. Saiu desta fábrica em 1989 quando do nascimento dos seus filhos gêmeos por não ter quem cuidasse deles. No começo da década de noventa volta a trabalhar como costureira, agora em uma fábrica de acessórios

²³

Todos os nomes de pessoas entrevistadas nesta pesquisa foram alterados.

para segurança de trabalho (aventais, uniformes, luvas, calçados, etc.). A permanência neste emprego foi de pouco mais de 3 anos, fez acordo para sair por ter que cuidar da mãe que estava doente. Até então sempre havia trabalhado devidamente registrada.

A partir desde período Silmara ficou seis anos trabalhando somente em casa ou nas pequenas oficinas de sua vizinhança. O começo da década de 90 foi marcado por uma forte crise no setor e ela não conseguiu voltar ao trabalho da mesma forma que fazia antes. Nos períodos em que esteve desempregada sempre realizava pequenos serviços de costura para os vizinhos. Mas este momento reflete as mudanças em curso na indústria de confecções. Primeiramente Silmara entrou em uma oficina que produzia bolsas na própria vizinhança de Guaianazes. Faziam bolsas encomendadas que copiavam o modelo de marcas conhecidas. Era um emprego informal e ela começou a ter atritos com sua patroa, dona da oficina, por não estar recebendo devidamente. Acabou saindo depois de ameaçar denunciar para a justiça do trabalho as condições da oficina e só assim conseguiu receber o que lhe deviam. Não foi a única vez em que teve problemas deste tipo. Conseguiu emprego temporário de três meses em uma outra destas oficinas e não queriam lhe pagar o que trabalhou no terceiro mês. Como a remuneração era realizada de acordo com a produtividade, os momentos de contabilizar o quanto tinha produzido e o quanto deveria receber eram sempre problemáticos. Decidiu então não trabalhar mais nestas oficinas e passou a trabalhar apenas em casa com sua máquina profissional de costura reta. Continuou a receber encomendas que eram repassadas pelas oficinas, mas apenas para costurar em casa. Ela é reconhecida onde mora como boa costureira e não lhe faltavam pedidos de serviços. Silmara até conseguiu voltar a ter um emprego registrado em 1999 no qual permanece até hoje. Desta vez está em uma grande oficina em Guaianazes que produz calças jeans para uma marca bastante conhecida no mercado. Leva quarenta minutos a pé para chegar ao trabalho. Mesmo que seja prestando serviço para uma empresa grande e de maneira formal, trabalhar nesta oficina já não oferecia mais as mesmas perspectivas de antigamente. Ela não conseguia ganhar o que ganhava antes e o ritmo de produção era muito mais intenso.

Ainda assim, a volta de Silmara para o mercado formal fez bastante diferença para ela. Em função do trabalho intenso, Silmara começou a desenvolver problemas de saúde. Sentia fortes dores nos costas, nos joelhos e nos punhos. Pediu o primeiro afastamento em 2002, ficou quatro meses em casa. No ano seguinte os problemas de saúde se agravaram e Silmara conseguiu uma licença médica que permanece até hoje: tendinite e lesão por esforços repetitivos. Uma trajetória inteira de trabalho na indústria de confecção está marcada fisicamente em Silmara. Sua rotina agora é marcada pelas limitações que seu problema de saúde lhe impõe. Continua recebendo o salário através do INSS. Com seus muitos anos de experiência, recebe um salário de R\$ 580,00. Ela espera conseguir se aposentar por invalidez.

Vale ressaltar que não foi nenhuma inovação tecnológica de grande impacto sobre o processo de trabalho que atuou neste sentido de desvalorização da atividade das costureiras²⁴. A mudança foi principalmente na gestão da mão-de-obra e na organização produtiva. A produção passou a depender da interação entre várias empresas de status muito diferenciados no mercado. A tendência de indústrias que concentravam todas as etapas da fabricação de um produto no interior de uma mesma empresa para a produção em massa sofreu profunda reversão. A exigência de uma produção variada, de pequena escala e que fosse capaz de acompanhar as mudanças nas tendências da moda, fez com que o processo produtivo se tornasse mais flexível. Estas adaptações da produção às novas condições do mercado foram acompanhadas de significativas transformações na gestão da mão-de-obra, nas quais as oficinas de costura terceirizadas tiveram um peso fundamental. Enquanto as atividades mais especializadas ligadas à criação de novos produtos, ao design das peças, à definição das coleções e as estratégias publicitárias para a produção das marcas são altamente valorizados, as atividades mais rotineiras como a costura foram profundamente desprestigiadas. De modo que isto acompanha uma fragmentação no processo produtivo entre empresas de acordo com os tipos de serviços prestados. Saskia Sassen (1998) argumenta que enquanto alguns serviços

²⁴ A mudança tecnológica que mais afetou o trabalho foi na área de corte dos tecidos, onde se introduziram máquinas computadorizadas que calculam e cortam os tecidos para o melhor aproveitamento possível. As máquinas de costura também foram modernizadas e tornadas mais velozes, mas a costura continuou intensiva em mão-de-obra.

especializados lideram a economia, contribui-se para a desvalorização da manufatura e dos serviços que agregam pouco valor, mas que são momentos indispensáveis dos mesmos processos de produção e circulação de riquezas dos setores de liderança. Sassen descreve uma polarização entre os serviços ligados ao desenvolvimento industrial em um processo de desvalorização, valorização e sobrevalorização de certos tipos de terceirizadas, trabalhadores, firmas e setores. Para a autora esta polarização favoreceria o crescente da informalidade, uma vez que certos serviços só conseguiriam operar no mercado informal.

As empresas que compõem o processo de produção e distribuição de artigos de vestuário e acessórios apresentam uma distribuição espacial pela cidade de acordo com esta fragmentação da produção.

Entre as empresas que lideram a 'cadeia de confecções' estariam aquelas ligadas à distribuição. Seriam grandes magazines como: C&A, Riachuelo, Renner, Besni, Marisa, entre outras. Elas dominam o comércio varejista estando presentes nos principais centros de consumo dispersos pela cidade inteira. Controlam redes de centenas de fornecedores, em que apenas uma destas magazines chega a ter mais de 400 fornecedores somente no setor de confecções. Elas também possuem marcas comercializadas exclusivamente nas suas lojas. Outras empresas detentoras de marcas alto valor no mercado também estariam no topo desta cadeia. São empresas que se dedicam a criação da moda e a construção da marca como estratégia de competição. Neste caso, são marcas que agregam maior valor aos seus produtos e fornecem um diferencial em que estas empresas contam suas próprias redes de distribuição. Cada vez mais as empresas detentoras das grandes marcas se dedicam aos aspectos ligados ao desenvolvimento das marcas, o que inclui as estratégias de distribuição²⁵,

²⁵ Parte das diferenças entre produtos populares e produtos ligados à moda está muito mais ligada às estratégias de distribuição do que a produção em si. Por isto mesmo as diferenças entre as oficinas que trabalham com produtos populares ou com a moda não são proporcionais às diferenças de valores de cada tipo de produto. De modo que estas oficinas de costura e as condições de trabalho que nelas se desenvolvem não são especificidade de um ou outro tipo de produto. Especificamente em termos da costura pode ocorrer de uma peça popular ser mais trabalhosa que uma peça de roupa ligada à moda. Mas a participação do valor da costura na composição do valor roupa é muito baixa.

contratando empresas confeccionistas para produzir suas peças²⁶. Branislav Kontic (2007) analisa que a partir dos anos 90 houve uma especialização em que:

“(...) o detentor da marca e do conceito do produto terceiriza não apenas parcela do processo produtivo, mas a fabricação no seu conjunto o que significa gestão do suprimento de matéria-prima, controle de qualidade, corte, costura, embalagem e em alguns casos a logística. A contra-face deste processo foi a especialização no desenvolvimento do produto e na rede de distribuição na forma de lojas próprias, franquias”. (p. 51)

Este é o momento estratégico deste processo onde se realizam os maiores lucros. É na distribuição que atuam as empresas de capital estrangeiro que vieram investir no país e principalmente na cidade de São Paulo desde a década de 70. As estratégias diferenciadas de distribuição agregam valor aos produtos, principalmente em segmentos onde a distinção e o estilo são elementos fundamentais do valor. Além disto, são as expectativas de consumo e as tendências criadas por estas empresas que orientam a produção. De acordo com Márcia Leite (2004), diferentemente de outros setores na indústria de confecções, as empresas que comandam a cadeia em geral não se encontram na produção e sim na distribuição. Leite demonstra que são as grandes distribuidoras que definem as tendências de mercado por meio das escolhas dos temas das coleções e dos pedidos para as empresas confeccionistas.

Por sua vez, as empresas que propriamente fabricam as roupas se concentram no Brás e no Bom Retiro, mas também se dispersaram pela zona leste e até para outros municípios da região metropolitana de São Paulo, como Guarulhos. Elas procuraram tornar suas estruturas adaptadas às flutuações de mercado e à pressão das distribuidoras através da flexibilização da produção. Estas empresas diminuíram o tamanho de suas plantas, cuja maioria é de pequeno e médio porte, concentraram-se nos processos de criação, modelagens e cortes de tecidos. Muitas delas mantêm linhas de comercialização de produtos, seja por tentar disponibilizar no mercado sua marca própria ou por não fazer parte das redes

²⁶ Muitas das roupas de marcas famosas que circulam entre as oficinas de costura não carregam os aviamentos e as etiquetas que trazem o nome da marca, isto para evitar que as peças sejam desviadas e comercializadas em circuito paralelo.

destas grandes distribuidoras, como pode ser visto de maneira recorrente nas ruas do Brás e do Bom Retiro com as lojas-fábrica que atraem muitos revendedores para a região.

Estes locais continuam sendo os principais centros produtores da cidade. Podemos notar uma especialização das empresas em linhas de produtos de acordo com as ruas que ocupam. No Bom Retiro, enquanto a rua José Paulino concentra as lojas-fábrica que vendem roupas femininas mais populares no atacado e varejo, a sua paralela, rua Aimoré, se dedica ao comércio atacadista de moda feminina mais sofisticada, com roupas que irão abastecer shoppings e butiques de alto padrão de outros lugares da cidade. No Brás, cujo número de empresas confeccionistas é mais expressivo, vemos uma maior diversidade de linhas de produtos populares espalhadas entre várias de suas ruas, enquanto a rua Xavantes dispõe de produtos no atacado direcionados ao público de renda mais elevada. Em qualquer uma destas ruas, nas mesmas vitrinas que expõem as roupas, podemos encontrar facilmente os anúncios: 'precisa-se de oficinas de costura'²⁷, pois a costura das roupas, justamente à parte da produção mais intensiva em mão-de-obra, e função geralmente ocupada por mulheres foi, terceirizada para oficinas de costura externas às empresas confeccionistas.

Práticas de terceirização mediante a utilização de trabalho informal a domicílio sempre estiveram presentes neste setor. A pesquisa de Alice Abreu (1986) sobre trabalho a domicílio na indústria de confecções no Rio de Janeiro, demonstra como nos anos 70 e 80 as empresas ligadas à produção de moda com artigos de séries de pequenas escalas, já empregavam este tipo de expediente. As fábricas concentravam-se na produção de artigos básicos e roupas íntimas, enquanto a moda era produzida por empresas de pequeno porte que subcontratavam oficinas de costura nas favelas e periferias cariocas. No entanto, é notável como a subcontratação passou a ganhar um novo impulso a partir da reestruturação produtiva nos anos 90 (Araújo e Amorim, 2001; Leite, 2004). Em São Paulo, as grandes fábricas que trabalhavam com a produção em larga escala de uma mesma série diminuíram sua participação no mercado, sendo que em alguns

²⁷ Principalmente nos meses que antecedem as vendas de final de ano. Em alguns casos os anúncios exigem CNPJ das oficinas, mas isto não depende do tipo de produto que é que a empresa trabalha.

casos deixaram a cidade ou encerraram suas atividades e em outros, tiveram que adaptar suas estruturas. Séries mais variadas e de menores escalas se tornaram o padrão de mercado e a subcontratação foi a forma de lidar com esta produção.

As oficinas de costura que prestam serviços terceirizados se espalharam pela periferia da cidade. Esta distribuição não ocorre de uma maneira uniforme pelo espaço urbano, sua disposição reflete a própria dinâmica de funcionamento destas redes de subcontratação.

A experiência de Madalena, 65 anos, solteira, com sua oficina nos ajuda a entender como se desenvolvem estas redes. Ela trabalhou na indústria de confecções desde os 22 anos de idade. Passou por diversas empresas de portes variados no Brás e no Bom Retiro, uma delas tinha mais de 5 mil funcionários. Na maioria dos casos foi registrada trabalhando em máquinas de costura reta, de overloque, ou como piloteira, costureira que faz as peças que servem de modelo para as demais. Tornou-se encarregada nas últimas empresas que passou. Em meados dos anos 80 ela montou sua primeira oficina de costura com o objetivo de trabalhar por conta própria. Ela comprou oito máquinas de tipos variados e se instalou na própria casa onde morava de aluguel no distrito da Vila Maria, na zona norte da cidade. No entanto, com pouco tempo de funcionamento suas máquinas foram roubadas e ela teve que voltar a trabalhar como assalariada em uma confecção no Brás. Ficou sete anos na mesma empresa até que no começo dos anos 90, em função da crise econômica do governo Collor, ela seria demitida e a empresa fechada. Madalena foi quem fez a proposta de ficar com as máquinas, pagá-las aos poucos e fazer as costuras na sua casa recebendo de acordo com a produção. Recrutou suas vizinhas e amigas da Igreja Universal, da qual participa, algumas já com experiência, outras ela mesma instruiu para trabalharem. Logo ela já recebia encomendas de outras empresas que entregavam o serviço em sua casa ainda no distrito da Vila Maria. Mas o aluguel foi aumentando a ponto de tornar o negócio inviável, teve até que começar a vender algumas máquinas. Em 2001, através de um movimento de moradia ela conseguiu um apartamento na Cohab em Perus, no outro extremo da zona norte. Ela tentou remontar a oficina, mas só conseguia pequenos trabalhos de reparo de roupas, pois os contatos que ela tinha não entregavam serviços onde ela foi morar. A mudança de distrito

implicou a sua saída do circuito das encomendas. Madalena conseguiu se aposentar em 2004.

As costureiras que trabalharam nas fábricas difundem as competências ligadas à produção e isto define um perímetro por onde as encomendas circulam. É a partir da experiência prévia das costureiras no trabalho nas fábricas do Brás e do Bom Retiro que o processo de terceirização via redes de subcontratação vem se constituindo. Mulheres, que na maioria dos casos foram qualificadas nas fábricas e nos cursos profissionalizantes realizados nas empresas, agora difundem as competências acumuladas com a atividade de costura por meio de relações de vizinhança. São competências profissionais de saber lidar com máquinas industriais de tipos variados, que fazem milhares de pontos por minuto, escolher o uso adequados dos pontos de acordo com os tecidos ou do efeito que é pedido para determinada peça, etc. Às vezes inclui até o conhecimento sobre manutenção e conserto das máquinas. Mas também um conhecimento sobre os lugares onde procurar as encomendas, comprar as máquinas, com quem fazer a manutenção, um certo saber circular neste circuito, enfim, algo dado pela experiência acumulada. Estas redes se constituem através de um conhecimento profissional e da sua difusão na medida em que é necessário agregar mais pessoas para cumprir as encomendas de costura. Nada que se possa atribuir apenas a uma suposta habilidade natural ligada à socialização feminina²⁸.

Nesse contexto, as pequenas oficinas de costura vêm se multiplicando em regiões como São Miguel, São Mateus, Itaim Paulista, Itaquera, Guaianazes, Lajeado, Cidade Tiradentes, extremo leste da cidade, mas também na zona norte, na Vila Maria, Vila Guilherme, Casa Verde, entre outros bairros onde se concentram as antigas costureiras das fábricas²⁹. Juntamente com o Brás e o Bom Retiro, estas regiões formam o eixo da produção da indústria de confecções de São Paulo. Oficinas de costura podem ser encontradas na cidade inteira, mas é

²⁸ Conforme Leite (2004): "(...) o fato de o aprendizado de costura ser adquirido informalmente, como parte da socialização feminina, em geral no universo doméstico e não em cursos de formação profissional, confere a esse conhecimento o valor de uma qualidade pessoal da trabalhadora e não de uma qualificação profissional". Apesar disto, o fato desses circuitos passarem pelos bairros de moradia das antigas costureiras das fábricas atesta a importância dos saberes adquiridos na experiência profissional, através do emprego formal anterior e da formação nas empresas, assim como sua difusão posterior na vizinhança, ao inverso das assim chamadas 'qualificações femininas', às quais a costura costuma ser atribuída.

²⁹ Ver mapa dos distritos de São Paulo em anexo IV.

sobretudo nestas regiões da cidade, que as encomendas de trabalho subcontratado circulam.

As encomendas circulam entre as oficinas através das indicações mútuas das empresas, ou dos anúncios nas vitrinas das lojas-fábrica do Brás e do Bom Retiro. Em outras situações, o contato se dá através de antigos trabalhadores que abriram pequenas confecções e, em certos casos, essas oficinas podem ser abertas com o empréstimo das máquinas de costura pelos antigos padrões. Por vezes as encomendas chegam por intermediários sem que se saiba qual o destinatário final das roupas produzidas. E isso acarreta problemas, também freqüentes. Há casos relatados em que apenas uma parte da encomenda foi paga, não havendo nenhuma forma de cobrar o restante. Assim os negócios são predominantemente à vista. Os negócios são desenvolvidos informalmente com acordos baseados apenas no empenho da palavra, sem nenhum outro tipo de garantias. Os 'calotes' são freqüentes tanto na relação entre as empresas e as oficinas, como na relação entre oficinas e seus trabalhadores. A remuneração pelo trabalho se dá de acordo com a produtividade, as oficinas recebem pelos lotes de encomendas e os trabalhadores são pagos pelo número peças que cada um costura. Desta forma não há uma delimitação da jornada de trabalho. O tempo de trabalho e o seu ritmo oscilam conforme a intensidade das demandas, geralmente as encomendas são maiores nos últimos meses do ano, motivadas pelas vendas de final de ano, já nos primeiros três meses diminui bastante o movimento e em alguns casos pode até faltar trabalho.

São encomendas que mobilizam toda uma rede de oficinas subcontratadas que são remuneradas por peça ou lotes produzidos. As oficinas recebem os cortes de tecido com pequenas marcas, indicando o local da costura e têm um tempo determinado para confeccioná-las. As empresas distribuem as peças cortadas e depois recolhem o produto acabado, que faz o caminho de volta para a comercialização. É uma produção que abastece tanto o comércio popular dos vendedores ambulantes da cidade, como a indústria da moda e as empresas que participam dos desfiles da "*São Paulo Fashion Week*".

2.2 Flexibilidade na resposta às demandas

As oficinas de costura forneceram a flexibilidade necessária para os fabricantes lidarem com uma produção variada, de pequenas escalas e que muda constantemente de acordo com as novas tendências da moda. Nestas oficinas, as formas de controle sobre o processo de trabalho e sobre o tempo de trabalho são bem diferentes daquelas das fábricas. Em termos formais, no lugar de uma relação de trabalho das empresas com empregados assalariados, temos uma relação de prestação de serviços onde as encomendas de costura das fábricas circulam nos bairros entre oficinas de costura supostamente autônomas. Elas representam a disponibilidade de trabalho longe das regulamentações canônicas do mundo da fábrica e dos direitos associados ao emprego assalariado. No entanto, a subcontratação de oficinas significa para as empresas algo mais que apenas uma estratégia de rebaixamento de custos de uma série de despesas, com a produção que é transferida para as costureiras, como os gastos com linhas, com a alocação espacial da produção, a compra máquinas de costura e a energia elétrica consumida por elas. Também vai além do ataque ao salário indireto dos trabalhadores, já que com a atividade informal não são respeitadas uma série de benefícios que compõem os rendimentos ligados ao assalariamento formal. Vemos na subcontratação uma técnica de gestão de mão-de-obra que substitui o controle direto sobre trabalhadores, através de uma autoridade que discipline o exercício do trabalho pelo controle indireto na prestação de serviços pautados por objetivos e resultados ligados à produção.

A flexibilidade que a subcontratação proporciona está ligada à possibilidade das empresas acionarem as oficinas de costura de acordo com as oscilações na demanda de mercado. De maneira que as empresas não correm o risco de ter que manter uma estrutura e trabalhadores ociosos nos momentos de baixa produção. Do ponto de vista das costureiras, esta flexibilização significa uma rotina marcada pelas oscilações no ritmo das encomendas em que o sucesso do empreendimento depende em grande medida de sua capacidade de mobilizar os seus contatos pessoais, seja para garantir as encomendas das empresas e de

seus intermediários, seja para mobilizar outras pessoas para o trabalho em períodos de muitos pedidos e assegurar a continuidade da chegada das encomendas. A extensão da rede das pessoas mobilizadas na produção pelas costureiras, da própria família nuclear e extensa, passando pela vizinhança e outros conhecidos, é variável no tempo em função do ritmo e do volume das encomendas. Uma questão que está implicada nesta mudança da fábrica para as oficinas terceirizadas e que confere toda uma dinâmica urbana para esta circulação.

A trajetória de Meire, 38 anos, explicita alguns destes aspectos das redes de subcontratação. Ela mora em uma casa de três cômodos em Cidade Tiradentes com seu marido Ernesto, 60 anos, e seus quatro filhos. Em um galpão improvisado no fundo do seu quintal funciona uma oficina de costura que presta serviço a uma grande indústria fabricante de bolsas. Meire é paraibana, estudou o ensino fundamental completo e veio para São Paulo no início dos anos 90. Antes de ser costureira, ela trabalhava como faxineira em uma empresa especializada em prestar serviços terceirizados. Ernesto é mineiro e está em São Paulo desde 1981. Ele sempre trabalhou como segurança até o ano de 1994, quando não conseguiu mais nenhum emprego registrado. Meire começou a trabalhar com costura em 1996. O casal havia se mudado para Cidade Tiradentes três anos antes e ambos estavam desempregados. Passavam por dificuldades financeiras e dependiam da ajuda dos familiares e dos amigos. Uma vizinha avisou Meire sobre uma amiga que precisava de ajuda para fazer encomendas de costura. Foi quando ela entrou nas redes de subcontratação que existem na região. Ela não tinha experiência alguma. Aprendeu a costurar roupas graças à dona da oficina que lhe ensinou o ofício e desde então ela só trabalha com costura. Passou por várias oficinas no bairro por meio de indicações das mulheres na vizinhança, vivendo experiências sempre muito instáveis e sensíveis às flutuações da demanda por encomendas, alternando momentos em que ficava até de madrugada na casa das donas das oficinas trabalhando, e momentos em que a falta de encomendas eram motivos de preocupação, pois o volume de serviços afetava diretamente seus rendimentos. Diferente da outra geração de costureiras, Meire não havia passado pela atividade nas fábricas anteriormente, teve apenas uma curta experiência no trabalho registrado, fazendo o caminho inverso de

muitas costureiras: a partir de uma oficina de costura conseguiu uma indicação em uma fábrica. Trabalhou neste emprego durante quase um ano, até que a empresa declarou falência e dispensou seus funcionários.

Depois disto, com a ajuda de Ernesto, comprou a primeira máquina industrial em 1999. No começo, ela recebia encomendas 'quarteirizadas' de uma outra oficina da região, pois as empresas repassam as encomendas de costura de acordo com a capacidade produtiva de cada oficina e o número de máquinas e costureiras sinaliza esta capacidade. Mas logo passou a receber as encomendas sem intermediários, a medida em que ia expandindo o seu negócio. Desde então, já prestou serviço para diversas empresas, a maioria delas especializadas em bolsas. Ela trabalhava durante o dia inteiro prestando serviço a mais de uma empresa ao mesmo tempo, pois eram os seus rendimentos que sustentavam a família. Chegou a ter inclusive uma produção própria de estojos escolares. Trabalhava de manhã e de tarde com as encomendas, e à noite produzia seus próprios produtos. Usava as peças das encomendas que recebia como modelo, comprava o material necessário e cortava mais peças. Ernesto ficava responsável por vender os produtos junto aos ambulantes que se concentravam em uma passarela de Guaianazes, da feira da madrugada da rua 25 março e entre os lojistas do seu próprio bairro. Aos poucos o casal foi aumentando sua oficina, comprando outras máquinas de tipos diversificados e agregando mais pessoas. Primeiramente os familiares: o marido, a irmã, os dois filhos mais velhos de 16 e 14 anos, a cunhada, um sobrinho, todos foram instruídos por ela. Depois alguns vizinhos no bairro, homens e mulheres, com ou sem experiência. Ela mesma também começou a repassar encomendas para outras mulheres para cumprir prazos e metas de produtividade.

A capacidade de Meire em corresponder às demandas lhe rendeu um contrato em 2005 com a empresa produtora de bolsas e, quando foi entrevistada em 2006, sua produção era vendida para duas das maiores empresas de cosméticos do país. O que reflete que algumas empresas procuram manter relações mais estáveis com as oficinas que atendem bem aos seus pedidos. Meire teve que reconhecer firma para formalizar o contrato, mas não nos termos de uma relação de trabalho, e sim como uma prestação de serviços. Pelo contrato, a empresa se

compromete a não deixar faltar encomendas, a oficina deve cumprir metas de produção mensal estabelecidas de acordo com o modelo das bolsas e trabalhar exclusivamente para esta empresa. A cada bolsa perdida no processo de costura ela deve pagar o correspondente ao seu valor no mercado final de consumo, o que é uma característica comum neste tipo de trabalho terceirizado para evitar os desvios na produção. Cerca de 10 pessoas trabalham com Meire na oficina. Não são registrados, mas recebem um pagamento fixo por recomendação da empresa: R\$ 250,00 aos ajudantes, R\$ 400,00 às costureiras de máquina reta e R\$ 500,00 para quem costurar na máquina de braço, em uma jornada de segunda a sábado das 7 às 17 horas. Além disto, ela mobiliza outras costureiras externas de acordo com a necessidade de sua oficina, estas recebem por produção. Com este recurso ela consegue garantir que os serviços sempre sejam realizados dentro dos prazos. Meire calcula que seu rendimento familiar, junto com o trabalho de Ernesto e dos filhos com a oficina, varie entre mil e três mil reais nos períodos de maior volume de encomendas. Apesar de ser a dona da oficina, Meire continua trabalhando como costureira. Sua atividade envolve não só a família, como boa parte do espaço da casa e suas relações de vizinhança.

Este caso mostra o caráter variável da extensão destas redes de subcontratação. De modo que algumas oficinas e costureiras trabalham o ano todo, enquanto outras são recrutadas sazonalmente. Com estas formas de mobilização de trabalho as empresas transferem boa parte dos riscos da produção ligados às oscilações das demandas e as incertezas de mercado para as próprias costureiras³⁰. Como os rendimentos das oficinas dependem da sua produção, os ganhos das costureiras estão diretamente vinculados às oscilações de volume de atividade das empresas que demandam as encomendas. Os pagamentos nas oficinas são feitos majoritariamente de acordo com a produção e não por jornada de trabalho. Por um lado, isto permite maior autonomia das costureiras para a determinação dos horários de trabalho, o que é um elemento importante freqüentemente representado por elas como uma das vantagens do trabalho com encomendas de costura. Por outro lado, como o preço pago por peça é

³⁰ Araújo e Amorim em sua pesquisa sobre as “redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas” (2001) chegaram a resultados parecidos ao definirem a transferência dos riscos e dos custos de produção para as subcontratadas como uma das principais propriedades dessa modalidade de organização do trabalho e de gestão da mão-de-obra (*op. cit.*, p. 274).

invariavelmente baixo e o volume de encomendas é flutuante, o tempo dedicado à produção é intenso e inconstante, alternando-se períodos de muita 'correria' com épocas em que faltam encomendas. A produção é incerta, varia conforme a época do ano e não há nenhuma garantia de que as encomendas terão continuidade. Geralmente no segundo semestre as encomendas são mais freqüentes, motivadas pelas vendas do final de ano. Já no período de janeiro a maio caí bastante o volume de encomendas.

Desta forma cria-se uma situação de dependência em que o volume de encomendas irá determinar o ritmo de trabalho nas oficinas. Não há necessidade de um controle físico da qualidade e do ritmo da produção, em parte por causa do alto nível de qualificação das costureiras formadas pelo trabalho fabril e pela difusão das competências ligadas à produção nestas redes de subcontratação³¹, e em parte porque garantir um bom serviço no tempo hábil é uma maneira de assegurar as futuras encomendas. Assim as empresas mantêm a dependência das oficinas e o ritmo das encomendas, pautam o seu cotidiano de trabalho sem necessidade de nenhum controle direto, apenas respondendo às exigências de produtividade. No limite, é isto o que confere flexibilidade à produção. E é isto o que vai controlar indiretamente o processo de trabalho e o tempo de trabalho. Tudo é estabelecido pelo ritmo das encomendas e a expectativa por sua continuidade ou não, diferentemente do que ocorre quando existe um vínculo empregatício de trabalho assalariado. O controle direto sobre o trabalho estaria re-allocado para a gestão no interior das oficinas, onde recorrentemente não se observam as restrições da legislação de trabalho.

A maneira como se desenvolvem as relações de trabalho no interior das oficinas mostram um crescente embaralhamento entre trabalho e não-trabalho nestas redes de subcontratação. A ausência da delimitação de uma jornada de trabalho, combinada com as oscilações de demanda e o fato das mulheres terem que mobilizar seus próprios contatos pessoais entre parentes, amigos e vizinhos para realização da atividade profissional, contribui para que não haja definições claras

³¹ Na pesquisa de Jacob Lima (2002) sobre a implementação de cooperativas de costura no Ceará, apesar da terceirização, as empresas necessitavam manter um controle direto sobre a produção para assegurar a qualidade dos produtos e o treinamento das costureiras. Tratava-se de uma região sem nenhuma tradição anterior deste setor da indústria.

entre o tempo de trabalho e o de não trabalho nas oficinas de costura. Além disto, como as oficinas são montadas nas próprias casas, as mulheres podem trabalhar sempre que houver encomendas disponíveis, articulando, assim, o trabalho doméstico e de confecção conforme a urgência dos pedidos. Por vezes, a família inteira é envolvida na atividade de costura, e parece ser cada vez mais freqüente os casos onde a atividade das mulheres se torna a principal fonte de renda da família. O trabalho a domicílio das mulheres marca presença no ambiente doméstico: na medida em que os maridos enfrentam dificuldades em se empregar, vão se envolvendo com o serviço de costura, que também mobiliza os filhos e outros parentes. Estes vão aprendendo a trabalhar com costura em meio à própria família ou com os vizinhos.

Esta inconstância entre momentos de trabalho e não trabalho, juntamente com a dependência das mulheres em relação ao ritmo das encomendas, faz com que a intensidade do trabalho padronize a sua vida cotidiana. Mais concretamente, isso implica uma disposição constante para o trabalho que faz o tamanho das redes de subcontratação alterarem-se de acordo com os próprios arranjos que as mulheres acionam para cumprir as demandas de serviços.

Um último elemento a se destacar a respeito da atividade informal das costureiras nestas redes de subcontratação diz respeito à maneira como as relações de trabalho são construídas. As relações hierárquicas e de autoridade características do trabalho assalariado são atenuadas nesse universo, seja porque as costureiras se estabelecem como autônomas ou porque os vínculos são construídos a partir de relações mais personalizadas. De modo que temos uma tendência à individualização e subjetivação das relações de trabalho. As observações de Robert Cabanes (2006) seguem o mesmo sentido ao discutir o lugar do trabalho na relação entre espaço público e privado. Para o autor, nas configurações atuais o capital produtivo promove uma segmentação do mercado de trabalho calcada na idéia de uma empregabilidade individual e na base de um trabalho supostamente mais participativo e autônomo, mas que exclui a maior parte das mediações coletivas das atividades produtivas. O conjunto desses deslocamentos provoca novos patamares das relações entre o espaço público e privado, de modo que o trabalho deixa de ser pensado como uma relação publicamente

regulada e passa a ser cada vez mais algo privado e pessoal, dificultando formas de organização coletiva.

Por um lado, as oficinas representam para os contratantes dos serviços a disponibilidade de trabalho longe das regulamentações canônicas do mundo da fábrica e dos direitos associados ao trabalho assalariado, assim como dos seus custos. Por outro lado, vemos que as oficinas de costura se inserem freqüentemente em estratégias das próprias mulheres de (re)colocação no mercado de trabalho. Apesar da precarização percebida e conscientizada pelas próprias costureiras, principalmente entre as ex-operárias que tiveram a experiência do trabalho fabril, a situação de cada uma passa a ser vista como o resultado de sua capacidade empreendedora para engajar-se no mercado. A medida em que a remuneração depende da produtividade e da manutenção de um bom volume de encomendas, a situação das costureiras é interpretada do ponto de vista de sua competência e aptidão na costura e da sua habilidade em mobilizar bons contatos para conseguir as encomendas e para garantir a execução dos serviços nos prazos estipulados através da mobilização de outras costureiras³². Isto vai de encontro às observações de Philippe Zarifian (2000), para quem estes novos arranjos de trabalho que acompanham a flexibilização pressupõem um tipo de engajamento subjetivo de seus trabalhadores, em que eles próprios acionam sua atividade de trabalho e modulam os momentos e os modos como serão executadas as tarefas.

No mesmo sentido, a indistinção entre as relações privadas e de trabalho que se desenvolvem nestas redes de subcontratação, diferente do que ocorre numa relação salarial, faz com que qualquer tipo de conflito, em vez de um assunto de uma relação contratual publicamente regulada, implicando os direitos das diversas partes, se transforme em um conflito pessoal, podendo chegar a situações de violência, agressão física e moral.

³² Certas formas de resistência a exploração do trabalho como greves, operação padrão, ou a sabotagem que eram desenvolvidas no interior da fábrica não fazem o menor sentido no caso das oficinas de costura remuneradas por produção, as possibilidades de algum tipo de negociação coletiva neste contexto são bastante reduzidas. O contrato de trabalho garantia aos trabalhadores algum grau de isolamento em relação aos riscos de mercado e isto é o que possibilitava certas formas de resistência coletivas.

No caso de Meire, problemas com as costureiras e outras oficinas sempre estiveram presentes e refletem esta questão. Certa vez, ela descontou R\$ 25,00 do pagamento de duas funcionárias por causa das agulhas quebradas das máquinas e elas abandonaram o serviço por não concordar com o desconto. Meire passou a não recomendar estas costureiras às outras oficinas do bairro. Em outro caso, uma costureira que havia sido dispensada pegou o contato da firma para quem a oficina trabalhava e tentou receber encomendas, ao ser consultada pela empresa Meire desaconselhou o repasse de serviços. Em outro episódio, uma outra oficina de bolsas vinda de fora surgiu no bairro e conseguiu levar alguns dos seus funcionários após oferecer um pagamento melhor, posteriormente este concorrente foi embora sem pagar as pessoas. Houve também o caso de um rapaz a quem Meire ensinou a costurar, mas que discutia constantemente com ela e foi demitido. Ele ameaçou processá-la por não pagar os direitos trabalhistas e exigiu 5 mil reais de indenização. Fizeram um acordo informal e ela lhe pagou um valor para não ser processada. No entanto, depois ele não conseguiu mais emprego em nenhuma das oficinas da região. Nos atritos a questão dos direitos trabalhistas aparece pela ausência, como recurso de pressão para quem trabalha na oficina de outra pessoa, e como quebra de uma espécie de 'acordo tácito' firmado na hora de entrar no emprego para os donos das oficinas: abre-se mão dos direitos em troca do emprego. O apelo aos direitos neste contexto deriva muito mais daquilo que Eduardo Noronha (2003) define como as concepções populares do justo e injusto, do que as clivagens jurídicas entre o legal e o ilegal.

2.3 Associações, cooperativas e a questão social

Diante deste quadro de pequenas oficinas de confecção que se espalham pela periferia da cidade, é possível encontrar casos em que as encomendas de costura, por vezes, assumem um tratamento social e são incorporadas como políticas de geração de renda. Neste aspecto vemos um deslocamento das discussões sobre os direitos do trabalho em que o apelo à questão social é mobilizado para promover o trabalho informal. Na região de Cidade Tiradentes

vários formatos de oficinas de costura podem ser encontrados. Vão desde o trabalho a domicílio de mulheres que individualmente recebem encomendas diretamente das fábricas ou ‘quarterizadas’ de outras oficinas da região. Até casos de oficinas grandes com mais de 20 funcionários que trabalham recebendo por produção ou por jornada de trabalho. Incluindo ainda as oficinas de costura dos bolivianos. Mas também existem casos de cooperativas de costureiras criadas com o apoio de programas de emprego e renda da prefeitura municipal, e associações comunitárias que promovem as encomendas de costura como uma forma de ‘trabalho social’.

Temos um exemplo em uma associação comunitária de um bairro do distrito Cidade Tiradentes que tem entre as suas atividades a distribuição de cestas básicas e funciona também como oficina de costura. No bairro existem muitas oficinas que fazem serviços de costura sob encomenda, a presidente da associação decidiu então investir na compra de máquinas profissionais de costura e trabalhar com encomendas terceirizadas. Desta forma, a associação passou a gerar emprego para as mulheres que freqüentam o lugar, além da possibilidade de ter uma fonte extra de renda para a manutenção da entidade. A presidente escolheu entre as beneficiadas da associação cinco mulheres já com experiência como costureiras e passou a receber encomendas de um coreano dono de uma fábrica no Brás.

Vânia, 54 anos, foi uma destas escolhidas e trabalha na associação desde de 2003, onde antes já era beneficiada com a distribuição de cestas básicas. Desde que a associação passou a receber encomendas de costura, ela trabalha como overloquista. Em 2004 quando foi entrevistada, ela recebia a cesta básica e mais R\$ 250,00 por mês se, junto com mais 4 mulheres que faziam a costura reta, garantisse uma produção diária de 100 peças de jaquetas forradas: *“E não pode ter nem um defeitinho... Tem que ser perfeito senão o serviço volta. E se o serviço voltar, você não recebe”*. Vânia não tinha uma jornada definida, trabalhava de segunda a sexta e o que importava era garantir este mínimo de produção. Em sua trajetória, já trabalhou como costureira registrada durante mais de 10 anos no Bom Retiro, entre as décadas de sessenta e setenta. Trabalhou também um curto período na linha de produção de uma indústria metalúrgica em São Bernardo. Foi

faxineira em casas de família e em uma empresa de limpeza terceirizada. E vendedora ambulante de legumes e verduras. Mas sempre considerou como seu ofício a profissão de costureira. Vânia só voltou ao mesmo através de oficinas de costura por encomenda em 1996 no próprio bairro, 2 anos em uma oficina que prestava serviço a uma empresa de São Mateus e 6 anos em outra, onde ela chegava a fazer 300 camisetas por dia. A partir de 2002, desempregada, tornou-se público alvo dos programas de emprego e renda da prefeitura, recebia uma bolsa mensal e passou por cursos de requalificação. Depois a associação comunitária foi a sua forma de acesso a um emprego.

A promoção das encomendas de costura como trabalho social também toma forma em políticas públicas. Em 2005 a subprefeitura de Cidade Tiradentes fez um acordo com a Associação de Lojistas do Brás (ALOBÉRÁS) para atrair as encomendas de costura terceirizadas para a região. Com o objetivo de acabar com os atravessadores que pegam as encomendas nas empresas e simplesmente as redistribuem, a proposta era de que a subprefeitura serviria como um intermediário no contato entre as costureiras da região e as empresas de confecção do Brás, fazendo a receptação e o repasse das encomendas entre as oficinas para a promoção do trabalho autônomo em uma das regiões mais pobres da cidade, marcada por altos índices de desemprego e por baixos rendimentos familiares. Só que esta intermediação não tinha o sentido de assegurar o respeito às condições mínimas de garantias trabalhistas previstas em lei, mas sim para a geração de emprego e renda com incentivos para o direcionamento das encomendas para a região independentemente das condições de trabalho. A proposta pretendia envolver ainda cursos de requalificação e empreendedorismo para aumentar o potencial da região e torná-la mais atrativa para as empresas confeccionistas. A princípio, 120 costureiras foram cadastradas para receber as encomendas, e algumas chegaram a receber serviços nos poucos meses em que a idéia foi adiante. A iniciativa, porém, foi frustrada pela intervenção do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco que protestou acusando a subprefeitura de fazer intermediação de mão-de-obra para as empresas.

O caso mais significativo encontrado nesta região refere-se à cooperativa da Associação dos Mutuários e Moradores do Conjunto Santa Etelvina (ACETEL). Trata-se de uma associação criada em 1993 para negociação de dívida dos mutuários do conjunto habitacional junto a COHAB. Aos poucos a associação foi aumentando sua área de atuação e passou a abranger diversos tipos de iniciativas, que vão desde a promoção de atividades recreativas para as crianças até a geração de emprego e renda para a população local. Segundo um dos responsáveis pela associação, atualmente ela conta com algo entre 7 e 8 mil associados. Desde 2005, a ACETEL desenvolve uma parceria com o Ministério do Esporte do Governo Federal: o projeto 'Pintando a Cidadania', onde a cooperativa administrada pela entidade passou a produzir materiais esportivos para o Ministério.

A cooperativa que funciona dentro da associação já existia antes deste projeto, sempre realizando serviços de costura partindo da 'vocação' do lugar para este tipo de serviço. O começo da cooperativa foi através da prestação de serviços para a fábrica de brinquedos Estrela. O setor de costura desta empresa foi desativado e repassado para a cooperativa. Durante quase dois anos, ela produziu as roupas das bonecas desta marca. Mas freqüentemente tinha problemas para receber o valor de 10 centavos pagos por cada peça. Também já costurou bolsas para uma empresa especializada e produziu brindes que eram oferecidos na compra dos lanches da rede Mcdonald's. Segundo o presidente da associação, depois de trabalharem com estes brindes, chegaram a cogitar a idéia de um produto próprio da cooperativa: o brinde social. Seria uma parceria com empresas que comprariam os brindes produzidos pela cooperativa e os repassariam adiante com este 'valor agregado' de 'trabalho social', por gerar renda em uma das regiões mais pobres da cidade. Entraram em contato com a Associação Brasileira das Indústrias Têxteis (ABIT) para levar a idéia adiante, mas não obtiveram êxito. O projeto não teria prosseguido por interferência da prefeitura junto a ABIT, alegando que a associação opera irregularmente em um terreno ocupado do município.

Atualmente a cooperativa trabalha com o projeto 'Pintando a Cidadania', uma iniciativa do Ministério dos Esportes em parceria com organizações não

governamentais, que tem como objetivo a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes com o trabalho na produção de material esportivo³³. São mais de 30 parcerias deste tipo no Brasil inteiro e a ACETEL seria uma das maiores fornecedoras do ministério. A parceria é feita através de convênios por períodos determinados para a produção de quantidades estipuladas de camisetas, bonés, bolsas, bandeiras e bolas de vários tipos. O ministério calcula os custos da produção e envia os recursos³⁴ para a cooperativa pagar as despesas, comprar os materiais e pagar o trabalho dos cooperados de acordo com a produtividade de cada um. Quando os convênios acabam os trabalhadores não recebem. Em 2006 a cooperativa ficou 6 meses parada esperando que o convênio fosse renovado. Neste período a maior parte dos cooperados saíram, apenas 15 costureiras permaneceram na cooperativa recorrendo às encomendas de costura das lojas do Brás por iniciativa própria. Em 2008, renovado o convênio, cerca de 90 pessoas trabalham diretamente na cooperativa como cooperados. Em geral são mulheres acima de 40 anos já com experiência no trabalho com costura e, jovens (homens e mulheres) que trabalham com o corte dos tecidos, estamparia, arremates dos produtos finais, etc. De acordo com informação da ACETEL, os cooperados teriam uma renda mensal entre 500 e 2 mil reais.

A cooperativa domina todo o processo de produção, em um amplo galpão dispõe de mais de 30 máquinas de costura de todos os tipos necessários para a produção de camisetas e bolsas, aparelhos e bancadas para o corte de tecidos e equipamentos de estamparia. Neste caso não se trata de uma prestadora de serviços, ao contrário, ela é quem demanda serviços externos. São montados kits com peças cortadas de couro e linhas para a confecção de bolas que são distribuídas para as pessoas da região que vão buscar o serviço. Estes kits também são repassados para os presídios para as bolas serem costuradas pelos presos em outro programa do Ministério do Esporte (Pintando a Liberdade). No auge da produção a cooperativa chega a mobilizar 300 pessoas.

³³ Este material esportivo é distribuído gratuitamente por outros programas desenvolvidos pelo ministério como o projeto 'Segundo Tempo', nas quais as entidades parceiras desenvolvem atividades esportivas para as crianças nos períodos em que não estão na escola. A ACETEL também é parceira neste projeto.

³⁴ De acordo com a prestação de contas sobre os convênios do Ministério do Esporte divulgadas em 10/08/2008 pela sua página na internet (www.esporte.gov.br/pintando) foram destinados a ACETEL 5.009.532,43 de reais celebrado em 19/6/2006 com prazo de execução até 13/6/2008 e mais 5.043.966,08 de reais celebrado em 31/12/2007 com prazo de execução de 30/6/2009.

Leandro é um dos cooperados há cinco meses. Segundo ele, não houve nenhum critério de entrada definido especificamente por se tratar de uma cooperativa. Ele viu o anúncio em um jornal, se inscreveu e depois de três dias de experiência foi contratado. Assinou um contrato no qual reconhecia que não seria registrado, não teria direito a férias e nem a décimo terceiro. Ele deveria receber de acordo com a produção do setor, mas não sabe como é contabilizada a produção e os rendimentos de cada setor por quem faz este controle:

“Então, a pessoa que quer costurar bola vai lá na fábrica e faz um teste e se ela costurar bola bem costurada ai fica um contratinho com ela, e é pago mesmo pelo que ela costurar. Ali é o governo que ta pagando mesmo. Agora quem esta dentro da fábrica, ai é controlado por esse homem, ai não tem como, ai ele paga o quanto ele quer e ninguém sabe de nada e ele faz o que ele quer”.

É grande a rotatividade na cooperativa, também não existe um critério para a saída. As opiniões sobre o trabalho na cooperativa são dúbias: por um lado fala-se da falta de transparência e até de uma disciplina autoritária por parte da administração, por outro são sempre colocados os benefícios e facilidades de se trabalhar perto de casa, poder contribuir com os rendimentos familiares, e em alguns casos ter conseguido retornar ao mercado de trabalho. Na prática esta verdadeira fábrica não opera de acordo com o estatuto de uma cooperativa tradicional, mas sim como um dos projetos sociais da ACETEL e seus cooperados seriam como seus beneficiados.

Através destas parcerias as associações se tornam gestoras de políticas públicas. No lugar de organizações sociais que teoricamente disputariam o conteúdo e o sentido das políticas públicas, elas passam a disputar a execução de projetos de governo. Com estas atribuições e parcerias, estas organizações não governamentais acabam assumindo uma grande importância nestes bairros de periferia dentro dos agenciamentos práticos da vida cotidiana e se tornam referências para a população local:

“... é por isso que a gente fala que nós somos o poder público dentro da Cidade Tiradentes. Por que? O subprefeito aqui, ele diz que nós queremos ser um poder paralelo. Não, poder paralelo é você, porque você entrou agora. A subprefeitura é recente, nós já estávamos aqui fazendo o trabalho. Você pega o conselho tutelar, toda a criança que eles pegam na rua eles mandam para cá. Você pega mãe com n dificuldades, o cara manda para cá. Então eu sou o que? O poder público aqui sou eu”.

Vemos assim que associações comunitárias podem se tornar agenciadoras de mão-de-obra ou distribuidoras de trabalho terceirizado. E isto acontece não só com encomendas de costura, bijuterias e brinquedos, entre outros também são confeccionados desta forma. E as cooperativas, por sua vez, constituem um formato jurídico freqüentemente mobilizado para contornar as regulamentações trabalhistas e viabilizar parcerias formais, inclusive com o Estado. De modo que estas entidades associativas e, por vezes o próprio poder público, também configuram os agenciamentos locais que canalizaram encomendas e demandas produtivas e financeiras para a região, e regulam as formas de sua distribuição.

Neste contexto, este apelo à questão social não só se sobrepõe aos direitos trabalhistas como também é mobilizada para justificar e promover estas formas de trabalho. Em nome da geração de emprego e renda o conteúdo mesmo do trabalho vai se deteriorando em condições mais precárias. É o deslocamento da questão dos direitos do trabalho para a problemática da empregabilidade e, no limite, gestão do social e da pobreza. De modo que o crescimento do trabalho ‘autônomo’ e ‘cooperativado’ que acompanha o desenvolvimento destas redes de subcontratação, ganha um significado bem diferente de seu caráter crítico original como forma alternativa de trabalho; e assume, cada vez mais, uma forma funcional de ‘geração de emprego e renda’ (Georges e Silva, 2007).

3. Trabalho informal e os circuitos da imigração clandestina

O mercado de trabalho informal desenvolve ligações com várias dinâmicas presentes na economia urbana. Uma delas é a imigração, particularmente a imigração clandestina. De um certo modo, podemos traçar uma relação entre trabalho informal e imigração clandestina. Não é o caso de dizer que haja uma relação de causa e efeito entre ambos, mas parece existir uma afinidade entre o crescimento das imigrantes recentes e o crescimento do mercado informal. Por um lado, os imigrantes clandestinos têm um espaço de atuação restrita no mercado e suas oportunidades de inserção na vida econômica das cidades que os recebem costumam ser bem limitadas; por outro lado, a reestruturação das atividades produtivas fez crescer a demanda por trabalhos mal remunerados e abaixo das restrições trabalhistas onde geralmente os imigrantes não documentados são empregados, e por fim, o aumento da circulação mundial de pessoas, mercadorias e dinheiro criou uma série de oportunidades para negócios baseados nestas transações transnacionais e nas vantagens comparativas entre os países.

Nos principais centros metropolitanos do mundo, o aumento da informalidade parece vir acompanhado do aumento da imigração clandestina. Trata-se de um assunto que levanta polêmicas que muitas vezes acabam por acirrar preconceitos. Na Europa e nos Estados Unidos esta associação tem sido muito discutida, pois com a maior tendência à universalização dos direitos trabalhistas no mercado interno, a informalidade costumava ser associada aos imigrantes, razão pela qual muitas pesquisas realizadas nestes contextos tratam dos dois temas em conjunto. No entanto, embora com perspectivas diferenciadas, as pesquisas apontam que são mudanças internas às economias destes próprios países que ajudam a entender estes fluxos migratórios. Não sendo possível assim, atribuir o aumento da informalidade à importação das estratégias de sobrevivência típicas dos países destes imigrantes, e nem mesmo atribuir como condição suficiente para esta mobilidade apenas ao argumento clássico das

diferenças econômicas os lugares de origem e destino. De modo que para entendermos muitos destas correntes migratórias contemporâneas devemos considerar como as dinâmicas internas dos processos de acumulação ativam formas específicas de mobilidade do trabalho.

Para Saskia Sassen (1997), a imigração é um dos processos constitutivos da globalização hoje. O capital global e a nova força de trabalho representada pelos imigrantes encontram nas grandes cidades um local estratégico para suas operações políticas e econômicas. Segundo a autora, nos EUA uma reestruturação econômica interna teria contribuído para a concentração de novos imigrantes nas grandes cidades em razão da rápida expansão no suprimento de empregos de baixo salário e o mercado de trabalho informal associado, principalmente, a setores da indústria de transformação. Em um estudo sobre as inserções da informalidade na economia de Nova York, Sassen (1989) demonstra como as atividades ligadas à indústria de confecções tendem a se concentrar em áreas densamente povoadas por imigrantes, sobretudo em lugares que envolvem arranjos domésticos de chineses e coreanos trabalhando em bairros residenciais da cidade. Desta forma, ela argumenta que estas comunidades imigrantes concentram recursos que facilitam a distribuição e a produção informal com um suprimento de trabalho flexível e barato e um empreendedorismo na forma de indivíduos dispostos a passar longas horas trabalhando por baixas remunerações.

Em um outro estudo sobre a indústria de confecções nos EUA, temos argumentos parecidos desta vez em Los Angeles. Edna Bonnachi (1991) descreve a mobilização de imigrantes asiáticos, particularmente coreanos e latino-americanos, predominantemente mexicanos, nas funções que desempenhariam ao longo da cadeia produtiva deste setor da indústria, respectivamente, como empresários, donos de pequenas confecções que prestam serviços subcontratados e como trabalhadores destas confecções. Ambos seriam explorados por varejistas e fabricantes que controlariam a distribuição final dos produtos e desta forma dominariam a cadeia produtiva. Estes últimos externalizam os aspectos ruins da indústria e se desconectam deles, de modo que os latinos sejam os principais explorados e os asiáticos apareçam como seus exploradores imediatos. A autora levanta a hipótese de como, neste caso, o

antagonismo entre capital e trabalho vai ganhando dimensões étnicas e como a indústria de confecções é largamente baseada na corrupção e no trabalho ilegal, no segundo maior centro produtor de vestuário dos EUA.

Ao pesquisar as práticas econômicas criminais, Vincenzo Rugierro (2001) trata de imigrações que florescem em mercados onde as passagens entre formal e informal, legal e ilegal, se apresentam como estratégia cada vez mais presente de reprodução do capital, e discute o crescimento mundial do tráfico de pessoas e do trabalho escravo. De modo que esta não seria uma particularidade dos países em desenvolvimento como sua forma de competir em um mundo globalizado. Segundo Rugierro, em muitos países europeus oficinas de trabalho irregulares são autuadas e muitos imigrantes sem permissão para permanecer ou trabalhar nestes países são presos sem que, no entanto, os maiores beneficiados com o contrabando ou tráfico de pessoas sejam responsabilizados pelo serviço que lhes é oferecido pelos aliciadores de mão-de-obra. O autor cita exemplos como Milão na Itália, onde uma larga comunidade de chineses se estabeleceu graças a serviços de tráfico de pessoas e

“(...) dúzias de imigrantes são acomodados em porões e subsolos úmidos onde trabalham, comem e dormem. Bolsas, cintos e roupas produzidas por eles em condições de escravidão, são compradas e revendidas por companhias operando no circuito internacional da moda italiana” (p. 95, tradução minha).

Alejandro Portes (1997) trata do tema menos centrado apenas nos países que recebem os imigrantes e procura enfatizar que, com a globalização, há um processo de imigração forjado e mantido pelo multi-ancoramento de relações sociais que ligam os países de origem e destino e criam comunidades que parecem transpor as fronteiras políticas das nações. A mobilização de redes sociais que conectam países e que permitem a circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro apresenta-se como uma característica marcante tanto para o processo imigratório como para o desenvolvimento das atividades econômicas dos imigrantes. Devido às restrições que os mercado dos países que recebem os imigrantes lhes impõem, eles mobilizam como estratégia de atuação as suas redes sociais e relacionamentos entre parentes e amigos. Para Portes, as

atividades econômicas que mantêm estas comunidades crescem precisamente das vantagens diferenciais das fronteiras nacionais sendo freqüentemente desenvolvidas em mercados informais. As redes sociais que dariam viabilidade a estas iniciativas populares.

No Brasil o tema das imigrações clandestinas é novo e ainda pouco discutido, até porque o país ainda envia mais imigrantes do que recebe (Patarra, 2005). A relação com o mercado de trabalho informal só foi pensada do ponto de vista das migrações internas e a formação de um excedente de mão-de-obra nacional nos processos de urbanização. Mas em grandes cidades como São Paulo a imigração e a inserção destes grupos em mercados informais começa a ganhar importância, mesmo em um contexto onde existe um amplo excedente de mão-de-obra nacional. O fato é que muitas das questões apresentadas acima começam a assumir dimensões urbanas relevantes para a cidade, como no caso dos imigrantes bolivianos. Trata-se de algo bem diferente dos fluxos migratórios de estrangeiros para o Brasil na primeira metade do século XX. Se até então eram imigrantes, em sua maioria europeus, que vieram para o país em momento de formação do mercado de trabalho interno e até mesmo com incentivos governamentais, agora vemos crescer as imigrações de vizinhos latino-americanos em sua maioria, mas também de africanos e asiáticos. Neste contexto de transformações do mercado de trabalho e da dinâmica econômica que entram no país de forma irregular. Sidney Silva (1997), que realizou um estudo sobre a reconstrução de identidade dos bolivianos em São Paulo, enfatiza como este processo atual de imigração coloca novas questões, diferentes das imigrações anteriores para o Brasil. Segundo Sidney,

“(...) se no século passado e início deste migrar era deslocar-se de um espaço a outro, a lugares múltiplos e difusos, hoje temos a simultaneidade do espaço com a construção de lugares mundiais, não difusos, marcados pela clandestinidade e pela informalidade” (p. 59).

Desde meados dos anos 80 se intensificou o fluxo de imigrantes bolivianos para a cidade de São Paulo. Rapidamente eles se tornaram o maior grupo de imigrantes latinos na cidade. Estas migrações não podem ser explicadas apenas pelo

argumento das diferenças econômicas entre Brasil e Bolívia, isto não explica o porquê de certos destinos peculiares e nem a ligação com atividades específicas. No caso dos bolivianos, podemos notar que este processo de imigração mais recente está estritamente vinculado ao circuito das confecções. A hipótese é que foram as mudanças no setor de confecções que deram o impulso para que este fluxo imigratório assumisse o peso que tem hoje. Há uma relação entre as mediações em torno das quais a migração ocorre e a sua posterior atuação na cidade no setor de confecções. Não são imigrantes que uma vez estando aqui, por coincidência, vão ser empregados nas confecções. Eles já vêm da Bolívia com um destino certo de trabalho. Os próprios donos de oficinas de costura tratam de encaminhar as suas viagens, ou então eles vêm atrás de familiares que já se encontram aqui trabalhando com costura. Pode se dizer que a intensificação desse fluxo imigratório está associada às mudanças no setor das confecções na cidade e acompanha o seu desenvolvimento recente, ou seja, é pelas vias desse circuito e pelas redes que se estruturam a partir dele que em parte se faz a mediação pela qual se dá sua grande afluência para São Paulo.

3.1 *Agenciamentos dos fluxos migratórios*

Rosa, 40 anos, é boliviana e chegou ao Brasil no final da década de oitenta. Estabeleceu-se no Brás nos primórdios desta grande afluência de imigrantes bolivianos para o trabalho nas confecções. O irmão dela já estava aqui, foi o primeiro da família a vir para a cidade de São Paulo. Ele chegou alguns meses antes, atraído por um anúncio de emprego em uma fábrica de chinelos que viu ainda quando estava na Bolívia. Ao comprar a viagem irregular e pagar para os atravessadores o emprego estaria em tese garantido. Já na capital paulista, depois que procurou pelo endereço que lhe haviam indicado descobriu que o anúncio era falso, não havia emprego em nenhuma fábrica de chinelos, tratava-se um golpe. Desempregado, sem dinheiro para voltar e sem qualquer referência para se orientar em uma cidade desconhecida, ele teve que morar por algum tempo nas ruas da região central. A saída dessa situação surgiu através daquele que depois viria a ser o marido de Rosa, um compatriota a quem conheceu na rua

e que o convidou para tentar um emprego em uma oficina de costura de coreanos onde trabalhava no Brás.

Nascida na região de Cochabamba, Rosa trabalhava no campo com seus pais antes de mudar-se para a cidade na Bolívia. Com o irmão no Brasil, ela viu a possibilidade de migrar e, aqui, conseguir conciliar o estudo com o trabalho em confecções. O modo como chegou ao país foi bem diferente de seu irmão. Foi uma migração agenciada pelos coreanos para quem trabalharia ao chegar na cidade. Rosa teve sua viagem financiada pelos seus futuros empregadores. Primeiro ela partiu para a cidade de Santa Cruz, de onde pegou um trem até Puerto Suarez, lá atravessou a fronteira com o Brasil e em Corumbá pegou um ônibus até São Paulo, em uma jornada que levou 15 dias para se completar. Nos primeiros meses ela trabalharia apenas para pagar a viagem. Neste período também aprenderia a trabalhar com costura, já que não tinha experiência com este ofício. Segundo ela relata, a intermediação dos coreanos não teria o Brasil como único destino, a migração clandestina de bolivianos também tem se dirigido para a Argentina e até mesmo para a Europa.

Chegando em São Paulo, Rosa nunca conseguiu realizar seu objetivo de estudar e completar sua formação básica. Estabeleceu-se no Brás junto com o irmão, trabalhavam e moravam no mesmo lugar e pagando aluguel para os coreanos. As jornadas que duravam de 12 a 15 horas por dia, às vezes mais quando necessário. Na oficina em que trabalhava, Rosa conheceu seu marido. O casal lançou-se então em um empreendimento familiar e montou sua própria oficina de confecção. Depois de pagarem aluguel na região do Brás, juntamente com a família do irmão, compraram um terreno no distante distrito de Guaianazes, longe, porém barato e ainda dentro do perímetro de circulação das encomendas de costura. O pai de Rosa, pedreiro, veio da Bolívia para construir as casas. No fundo do terreno, foi construído um cômodo para o funcionamento da oficina de costura. Investiram na compra de máquinas de costura, mas também contaram com máquinas emprestadas pelos próprios coreanos. No final da década de noventa mudaram-se do Brás para Guaianazes.

No cômodo da oficina trabalham outros bolivianos, além de parentes de Rosa. Foram trazidos diretamente da Bolívia para o trabalho ali. Quando visitamos a oficina em 2004, eram oito pessoas. Jovens entre vinte e trinta anos, de ambos os sexos, todos morando na própria oficina, variando entre quatro meses e dois anos o período de chegada no país. Poucos sabiam falar algumas palavras em português. Entre estes Renato, que já havia vindo para São Paulo em outra ocasião, disse que, na Bolívia, chegou a trabalhar nos mais diferentes tipos de emprego: pedreiro, mecânico, eletricista, etc. Porém, desde que chegou no Brasil, nunca conseguiu empregar-se fora do setor das confecções. Seus planos eram de permanecer mais alguns meses para juntar dinheiro e voltar para a Bolívia. Um outro, Ronaldo, trabalhava em uma máquina de costura, pregando os bolsos de calças. Dizia estar aprendendo, ainda não sabia trabalhar na máquina de overloque, onde o preço pago por peça costurada era maior, estava no país há apenas quatro meses e não tinha experiência anterior com este tipo de trabalho na Bolívia.

Estes caminhos e seus agenciamentos estão presentes em muitas trajetórias de imigrantes bolivianos que vivem em São Paulo. Os casos de Rosa e das pessoas que ela trouxe para trabalhar em sua oficina como Renato e Ronaldo, mostram um mecanismo que confere toda uma particularidade a este processo migratório onde se associam a viagem, o trabalho e a moradia.

As estimativas sobre a presença de imigrantes bolivianos na cidade variam muito e são bastante imprecisas. Enquanto a Pastoral do Imigrante e o Centro de Apoio ao Migrante estimam algo entre 60 e 80 mil imigrantes bolivianos, os jornais chegam a cogitar o número de 150 mil pessoas. As informações oficiais desagregadas para o município datam ainda do censo demográfico de 2000, seriam apenas 7722 pessoas³⁵. Mesmo para este período as estimativas oficiais seriam muito modestas e parecem subestimar bastante o total da população boliviana na cidade, o que aponta para as dificuldades para mensurar o fenômeno da imigração irregular. Assim como o trabalho informal, a imigração irregular não parece ser enquadrada facilmente pelas categorias estatísticas. O fato é que este fluxo imigratório já ganhou dimensões urbanas relevantes, no ponto em que as

³⁵

Fonte: Censo 2000, FIBGE.

grandes quantidades chamam a atenção para as qualidades desta dinâmica e é justamente este elemento que tem colocado o problema da mensuração.

Os bolivianos já vinham para a cidade de São Paulo desde os anos 50, mas neste tempo as características da imigração de então eram bem diferentes. Os primeiros eram estudantes que vieram completar seus estudos e acabavam permanecendo na cidade atuando como profissionais liberais. Muitas deles vieram por motivos políticos devido às sucessivas crises governamentais e intervenções militares que o país passou nas décadas de 60 e 70. De forma que o perfil destes primeiros imigrantes é diferente do perfil dos imigrantes mais recentes, além de uma quantidade bem menos expressiva. Em sua maioria eram imigrantes de classe média, em grande parte com formação em ensino superior, muitos deles tendo se destacado aqui como médicos, dentistas, contadores, advogados. A própria possibilidade de inserção no mercado de trabalho nacional brasileiro também era outra, quando o país passava por um momento de crescimento industrial vigoroso durante o período do milagre econômico. A partir de meados dos anos 80, este perfil de imigrantes bolivianos se alterou profundamente passando a um padrão de mão-de-obra pouco qualificada em busca de trabalho, em uma quantidade bem mais expressiva e uma forma de ingresso no país caracterizada pela clandestinidade.

As transformações econômicas da Bolívia na década de 80 ajudam a entender a mudança no perfil destes imigrantes. Segundo Sidney Silva (1997) haveria dois fatores que teriam colaborado para intensificar as emigrações no país. Primeiro a crise no setor mineiro, principal atividade econômica do país que acabou gerando uma certa desproletarização do mercado de trabalho. Depois uma reforma agrária que teve como efeito a evasão do campo e o inchaço das cidades em um processo de urbanização, que não foi acompanhado de industrialização e a formação de um mercado de trabalho estável. Foi neste período que a população urbana ultrapassou a população rural, mas as cidades não ofereciam muitas perspectivas; com os altos índices de desemprego e a instabilidade da economia, muitos bolivianos começaram a emigrar do país. De fato a Bolívia se tornou um país fornecedor de migrantes. A emigração ganhou tamanho peso no país que hoje se estima que 20% da população viva no exterior e, de acordo com

informações do ministério das relações exteriores da Bolívia, seriam 8 milhões habitantes e 2 milhões de migrantes espalhados pelo mundo³⁶. A Argentina seria o principal destino com 950 mil bolivianos, o Brasil apareceria com 280 mil (sendo que apenas 40 mil estariam em situação regularizada), Espanha e EUA também apareceriam como os principais destinos dos imigrantes bolivianos³⁷.

No entanto, estas mudanças internas na Bolívia não são condições suficientes para explicar o processo migratório, não se trata apenas das diferenças econômicas da Bolívia com os demais países que recebem seus migrantes. No caso de São Paulo, não explicaria as particularidades da migração atual e a vinculação dos bolivianos a um setor específico de mercado e até mesmo o padrão de dispersão destes bolivianos pela cidade. É importante levar em conta as condições em São Paulo que criaram canais específicos para a atuação destes imigrantes na cidade. Neste sentido, os caminhos cruzados entre a imigração boliviana e a imigração coreana parecem ter desempenhado um papel importante.

Segundo a historiadora Keun Choe (1991) os primeiros coreanos vieram para o Brasil em 1962 depois de um acordo entre os governos dos dois países. A princípio, viriam para trabalhar no campo, mas logo muitas deles mudaram-se para a São Paulo. Na cidade primeiramente eles passaram a atuar no comércio varejista. A medida em que crescia este fluxo migratório, muitos deles passaram a atuar no setor de confecções, produzindo artigos populares de vestuário. Alguns já trabalhavam com este setor

“(...) quando os imigrantes da década de setenta chegaram, trouxeram consigo capital. Dentre eles, os que trouxeram uma quantidade maior de capital, alguns se estabeleceram

³⁶ O discurso de Evo Morales na edição comemorativa dos 50 anos da imigração boliviana para São Paulo da revista do Centro Pastoral do Migrante é bem significativo em relação ao peso que a emigração tem para o país: *“Mas de la mitad de los bolivianos tenemos algún familiar que vive en el extranjero, sabemos que ustedes son reconocidos por su honestidad u por su trabajo por eso quiero expresar mi máximo reconocimiento y mi admiración por el trabajo de ustedes, gracias bolivianas y bolivianos compatriotas por llegar con orgullo, con valentía, con dignidade el nombre de nuestra querida tierra, no duden de nuestro esfuerzo, desde Bolivia seguiremos trabajando, luchando para que sus derechos se reconozcan en todo el mundo queridos hermanas y hermanos”* (grifo meu).

³⁷ Informações apresentadas por Hernán Gonzales, representante do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia, no colóquio “Fluxo migratórios de bolivianos para o Brasil e exploração do trabalho”, promovido pela Associação Humanista da Noruega em São Paulo entre 04/12/07 e 05/12/07.

desde logo no ramo de confecções, dando continuidade aqui ao que faziam na Coréia” (op. cit, p. 98).

O sucesso do grupo no setor foi bem expressivo, pois contavam um sistema próprio de financiamento³⁸ e de relações privilegiadas com empresários da Coréia do Sul no setor têxtil, atuando mais tarde também como importadores de tecidos sintéticos (Kontic, 2001). Além disto, eles se utilizavam de mão-de-obra irregular, empregando os próprios compatriotas que chegavam na cidade. A Argentina também foi outro destino dos imigrantes coreanos e lá também muitos se estabeleceram na produção de artigos de vestuário. O governo brasileiro chegou a impor restrições à migração coreana na década de 70 e muitos deles passaram então a vir para o Brasil entrando clandestinamente pela Bolívia. Passavam algum tempo no país andino, sendo que alguns também se estabeleceram por lá no setor de confecções, até viajarem clandestinamente para o Brasil. Segundo Choe existiria até agenciadores coreanos, os chamados *brokers*, que tratavam de garantir as condições de viagem e, sobretudo, a passagem através da fronteira Bolívia-Brasil (1991, p. 111). O Brasil por sua vez também serviu de escala para muitos coreanos que tinham como destino final os EUA. Como vemos, não é por acaso que os coreanos se encontram atuando nos principais centros confeccionistas do mundo. Apesar de terem saído do seu país eles mantêm vínculos se valendo do desenvolvimento da indústria têxtil e da indústria de máquinas de confecção coreanas, e também desta forma de financiamento baseado no sistema Kye para se estabelecerem nos principais centros de produção de vestuário do mundo.

O fato é que estes dois fluxos de imigrantes que em momentos distintos se direcionam para a cidade de São Paulo se cruzam e se articulam em torno do desenvolvimento do setor de confecções. O circuito que a princípio serviu para a migração dos coreanos passou a ser acionado também para a migração dos próprios bolivianos, cada qual ocupando lugares distintos nesta cadeia produtiva. Vemos a formação de agenciamentos que cruzam fronteiras e se concentram na cidade e colocam em movimento dinâmicas que se articulam em torno da

³⁸ “Na base das atividades dos coreanos no Brasil existe o Kye, que é uma forma de assistência mútua, um tipo de consórcio financeiro, transplantado da Coréia para o Brasil. O Kye sempre foi considerado como parte integrante da vida do povo coreano. É uma formação cooperativa tão impregnada na cultura coreana que existe onde quer que haja uma colônia coreana” (Choe, 1991 p. 151)

produção do setor. Os coreanos se destacaram principalmente na década de noventa, apontados como atores fundamentais na reestruturação do setor que já vinha em processo de mudança devido à estagnação econômica dos anos 80, a maior competição resultante da abertura econômica e a um começo de década ruim para a economia brasileira durante o governo Collor (Kontic, 2001; Moreira e Garcia 2004). Depois deste período a indústria de vestuário se reergueu e assumiu papel de destaque na participação econômica da cidade que não tinha antes, sendo atualmente um dos setores que mais agrega valor na indústria de transformação da cidade (Kontic, 2007). Do mesmo modo foi justamente neste período de recuperação do setor que houve um grande salto na vinda de bolivianos para a cidade, em um fluxo que acompanha as oscilações deste mercado.

Hoje a imigração de bolivianos ganhou densidade e uma dinâmica própria, mas ainda muito vinculada às confecções. Os coreanos não são os únicos a se valerem do trabalho das oficinas de costura dos bolivianos. Eles prestam serviços de costura terceirizada à praticamente todos os segmentos de produtos da indústria de confecções e aos outros grupos que atuam como produtores neste mercado como judeus, libaneses, brasileiros e os próprios bolivianos também. Aqueles que já estão na cidade servem de referência e ponto de apoio para que outros bolivianos venham. Ao conseguirem montar sua própria oficina mobilizam suas redes de proximidade para trazerem parentes, amigos e conhecidos para trabalharem com costura, como vimos acima na trajetória de Rosa. Em alguns casos, os donos de oficina aproveitam o período de baixa temporada nas encomendas de costura durante o primeiro trimestre do ano para visitarem a terra natal e voltam com mais pessoas quando existe a necessidade de expandir a capacidade de produção de suas oficinas.

Existem aqueles imigrantes que já estiveram em São Paulo em outros momentos trabalhando nas confecções, e que, portanto, já tem contatos estabelecidos aqui, e voltam outras vezes em um movimento pendular que procura aproveitar os momentos de alta no setor para acumular recursos e aplicá-los na Bolívia. Um contingente populacional que não tem como objetivo permanecer na cidade e que por isto mesmo procura trabalhar o máximo possível enquanto estão aqui. Bueno

Aires, na Argentina, também seria um dos destinos deste movimento pendular, sendo que existem imigrantes que circulam entre os três países. Há casos inclusive de imigrantes bolivianos já estabelecidos em São Paulo que foram para a Argentina nos primeiros anos da década de 90. Quando o setor de confecções passou por um momento ruim devido à crise econômica gerada pelo governo Collor, a rota das imigrações se direcionou para Buenos Aires e muitos bolivianos que estavam aqui também foram para lá neste período. Como no caso de Alonso, 44 anos, boliviano que reside com sua família no bairro do Brás desde 1984. Como muitos outros ele começou como costureiro junto com sua mulher em uma oficina de um coreano. No início dos anos 90 ele já era dono de uma oficina. Nos conta que muitos coreanos e bolivianos saíram do país naquele período. No ano de 1992 as suas encomendas de costura diminuíram drasticamente, ele não tinha muitas encomendas de serviço e teve até que vender parte das suas máquinas. Ele perdeu muito dos bens que tinha conseguido acumular até então. Deixou a esposa e os filhos na cidade e decidiu ir para Buenos Aires para trabalhar como costureiro em uma oficina de um coreano. Já conhecia alguns bolivianos que trabalhavam nesta cidade, que passava por um momento muito próspero no setor de confecções. Permaneceu por lá durante um ano e enviava de duzentos a trezentos dólares por mês para sua esposa, as diferenças de câmbio aumentavam ainda mais as suas perspectivas de ganhos. Com o dinheiro que acumulou, retomou as atividades de sua oficina quando voltou a São Paulo.

Uma outra referência para que a imigração possa ocorrer são os aliciadores de mão-de-obra (agências e coíotes) que tratam de facilitar a viagem e encaminhar as ofertas de trabalho. Os empregos em São Paulo chegam a ser anunciados em rádios e jornais da Bolívia, muitos destes anúncios são falsos com promessas de salários e de condições de trabalho que não se concretizam. Em La Paz, na Bolívia, existe um instituto para a formação de costureiros para as empresas confeccionistas do próprio local, mas ocorre que depois de qualificados alguns acabam partindo, tendo em vista os empregos no setor em São Paulo e em Buenos Aires, na Argentina.

Assim, a viagem costuma ser mediada de alguma forma. É difícil alguém que venha sem nenhuma referência dos lugares que deve procurar e os contatos que

precisam estabelecer. Os imigrantes entram irregularmente pela fronteira, ou com documentos falsos, ou com vistos temporários de turistas, e no geral já vem com as indicações sobre o local de trabalho. A clandestinidade é uma característica marcante deste processo migratório. Há todo um mercado ilícito que se forma pelas oportunidades geradas em torno da facilitação da imigração irregular, seja na falsificação de documentos, na compra de vistos, ou na corrupção de agentes fiscais da fronteira. É um mercado ilícito criado justamente em função das dificuldades em fazer a imigração de forma regular e que se torna um nicho de exploração econômica. De modo que além dos custos com as passagens, cruzar a fronteira e fazer a viagem até a cidade de São Paulo exige recursos e investimentos por parte do imigrante. Ao que parece, grande parte dos casos são financiados pelos futuros empregadores em troca dos primeiros meses de trabalho.

A legislação vigente que regulamenta a entrada de estrangeiros no Brasil (lei 6964/81) é bem restritiva em relação à entrada de imigrantes que chegam como trabalhadores pouco qualificados e sem recursos financeiros, impondo barreiras econômicas que dificultam sua entrada de forma regular. A repressão da fiscalização na fronteira varia sua intensidade, aumentando em períodos que a imigração dos bolivianos ganha muita visibilidade pública através da mídia ou quando são realizadas operações policiais de repressão à imigração irregular. Como descreve Silva (1997, p. 87), os critérios para a entrada na fronteira do país não são sempre os mesmos, às vezes são alterados de acordo com a intensidade do fluxo imigratório para tentar barrar a entrada dos bolivianos no país. O que implica em ajustes nas estratégias utilizadas para burlá-los. As rotas utilizadas para a imigração são alteradas de acordo com esta pressão da fiscalização. As viagens costumam ser via terrestre, o caminho mais comum é a entrada através da fronteira em Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, em seguida vem a entrada através do Paraguai e da cidade de Foz de Iguaçu, e por fim, a viagem através de Guajará-Mirim no Estado de Rondônia.

Estes agenciamentos que vemos em torno da imigração dos bolivianos articulam lugares distintos através de fronteiras políticas, contornam as regulamentações de Estado e criam canais para a circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro. Tais

agenciamentos têm na cidade de São Paulo um ponto de ancoramento fundamental que se desenvolve em torno da indústria de confecções. Podemos dizer que são formas particulares de circulação que se conectam com formas específicas de produção, uma mobilidade que é acionada pela demanda por este tipo de trabalho subcontratado característico deste setor da indústria paulistana. Por um lado, estes agenciamentos facilitam o processo de imigração ao estabelecer mediações para que ela ocorra. No entanto, por outro lado, envolvem riscos que se distribuem desigualmente para os imigrantes não documentados que vivem sob a constante incerteza gerada pela imigração irregular em si, que os deixa em situação fragilizada, sem muitas possibilidades de defesa contra a extrema exploração do seu trabalho, sujeitos a multas e sob a constante ameaça de deportação; e os riscos para os seus empregadores diretos nas oficinas, que podem ter que pagar multas ou até ser presos pelas condições que mantém seus empregados e por serem responsabilizados pela promoção da imigração irregular.

Este processo cria a figura do imigrante clandestino que irá afetar profundamente as formas de inserção dos bolivianos na cidade. Em alguns casos estas formas de imigração podem ser enquadradas juridicamente como práticas ilegais tais quais o “contrabando de pessoas” ou o “tráfico de pessoas”. De acordo com o “Protocolo de Palermo” (Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional) ratificada pelo Brasil, o ‘contrabando de pessoas’ se definiria como a exploração da facilitação da entrada de imigrantes de forma irregular em um país; e o ‘tráfico de pessoas’, por sua vez definido como

“(...) o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas recorrendo à ameaça ou o uso de força ou outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega e aceitação de pagamentos ou benefícios para a obtenção de consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração” (Ministério da Justiça, 2007 p. 64).

São questões com implicações policiais, de repressão e punição, e que interferem na maneira como as relações são construídas. Estes mercados ilícitos articulados com a imigração se fundamentam em uma certa economia da palavra baseada na

confiança e, por isto mesmo, cheio de riscos. As conseqüências da quebra no empenho da palavra podem ser graves para os atores envolvidos. Neste sentido, a ativação das redes sociais de proximidade é uma estratégia utilizada para tentar transpassar a incerteza generalizada destas transações e se torna uma característica marcante das imigrações atuais, como argumenta Portes (1997). Estes elementos são definidores das condições de trabalho que serão desenvolvidas nas oficinas de costura, como veremos a seguir.

3.2 Trabalho nas oficinas de costura

Como já foi discutido anteriormente, a indústria de confecções passou por um processo de reestruturação onde as empresas diminuíram o tamanho de suas plantas e concentraram-se nos processos de criação, modelagem, corte de tecidos e comercialização dos produtos finais. As empresas formalmente constituídas passaram a subcontratar o serviço de oficinas de costura externas às fábricas na parte mais intensiva em mão-de-obra da produção. A terceirização foi uma estratégia de gestão de mão-de-obra para lidar com uma produção diversificada, de pequenas escalas e que muda constantemente de acordo com as variações nas tendências da moda. A inserção dos imigrantes bolivianos neste setor da indústria paulistana parece ter ocorrido justamente através destas oficinas de costura e, na medida em que se expande, este serviço é terceirizado.

Um dos fatores que ilustram esta relação entre a inserção dos imigrantes bolivianos em São Paulo e as mudanças no setor de confecções, se expressa na coincidência dos lugares onde eles se concentram na cidade e nas redes por onde passa este circuito. A região do Brás e do Bom Retiro, onde está localizada a maior parte das empresas que produzem roupas na cidade, também apresenta a maior densidade deste grupo de imigrantes. Suas oficinas de costura não ficam exatamente no mesmo lugar em que estão as empresas, mas sim nas áreas próximas e nos bairros adjacentes como Belenzinho, Cambuci, Pari, Canindé onde o aluguel é mais barato, e em áreas de cortiços e nas ocupações de prédios na região central da cidade. Também estão presentes na periferia, em bairros

distantes do centro, em áreas que tem uma relação histórica com estes primeiros pólos industriais da cidade e que concentram as ex-costureiras das fábricas. Destaca-se, em especial, a zona leste por onde circulam as encomendas de costura entre as oficinas dos bolivianos e das ex-operárias das fábricas, nos distritos da Penha, Itaquera, Guaianazes, Lajeado, Cidade Tiradentes. Além disso, estão presentes na zona norte, em bairros da Casa Verde, Vila Maria e Vila Guilherme³⁹. Durante esta pesquisa foram citadas várias referências de lugares em que existiriam grandes concentrações de bolivianos na cidade, todos com alguma ligação com o circuito têxtil. Na região de Guaianazes, por exemplo, mais especificamente no distrito de Lajeado, esta presença de imigrantes bolivianos é significativa a ponto de um dos seus bairros ficar conhecido como o bairro dos bolivianos. Vemos ainda isto ocorrer em outros municípios da região metropolitana como Guarulhos e Santa Isabel, e mesmo no interior do Estado em municípios como Bauru e Americana, acompanhando a dispersão da indústria de confecções. São redes que além de mediar a imigração, também articulam trabalho e moradia.

Em termos da dinâmica das encomendas e do ritmo de trabalho as oficinas de costura dos bolivianos não diferem muito das outras oficinas de costura. Do mesmo modo que nas outras, eles recebem as peças de tecido cortadas e tem um tempo determinado para confeccioná-las. São remunerados de acordo com a produtividade e o volume das encomendas é flutuante. Talvez seja plausível que as oficinas de bolivianos trabalhem por preços melhores e aceitem prazos mais curtos, mas não foi possível averiguar isto nesta pesquisa. Mas não parece possível associar o trabalho das oficinas dos bolivianos apenas a um tipo de produção específica de roupas populares de menor qualidade e valor, distribuídas no comércio ambulante. A maioria das oficinas de costura e das empresas confeccionistas em geral trabalha com artigos populares, mas peças de maior valor ligadas à produção de moda também circulam em ambos os tipos de oficinas. Isto pode ser aferido pelas oficinas de bolivianos que prestam serviços às empresas confeccionistas da rua Aimoré, no Bom Retiro, e da rua Xavantes,

³⁹ O trabalho de Baeninger R., Souchaud S. (2007), de geo-referenciamento da distribuição dos bolivianos na cidade de São Paulo, em larga medida, coincide com as informações obtidas nesta pesquisa, ainda que os dados do Censo de 2000 reconhecidamente subestimem a concentração de bolivianos na cidade. (Ver o mapa desta distribuição em anexo V e o mapa da distribuição dos bolivianos que trabalham com a costura em anexo VI).

no Brás, de onde sai boa parte dos artigos de vestuário voltados para o consumo da classe média e classe média alta nos shoppings espalhados pela cidade, boutiques de grifes e lojas da rua Oscar Freire, em São Paulo e também fora da cidade.

O que podemos notar em relação às oficinas dos bolivianos é que, diferentemente das outras, a questão do gênero não se coloca da mesma forma, não há uma predominância de mulheres, os homens também estão presentes neste tipo de atividade e em alguns casos parecem ser maioria. Entre estas oficinas o gênero não parece fazer muita diferença em termo do trabalho com a costura. Uma outra grande diferença está nas formas de permanência dos trabalhadores nas oficinas e as poucas alternativas dos imigrantes ao trabalho com costura.

Um segundo episódio da trajetória de Alonso pode ajudar a esclarecer estas diferenças entre as oficinas, na maneira como elas lidam com a pressão pelas encomendas. Depois que ele voltou da Argentina e retomou as atividades de sua oficina com sua família seus negócios iam bem. Mesmo que por vezes levasse alguns calotes de empresas que não pagavam devidamente pelo serviço, o que o deixava em uma situação difícil com os seus costureiros. Os calotes são bem comuns neste circuito e acabam gerando um efeito em cascata, afetando também os costureiros. Mas desta vez Alonso enfrentou um outro problema. Em 1998, ele recebeu a proposta de uma grande encomenda:

“(...) aí chegou um coreano que falou ‘Alonso, você tem gente?’. ‘Eu tenho gente, tenho costureiros’. ‘Alonso, eu fiz o negócio da minha vida’, era meu amigo esse coreano. ‘O que você fez?’. ‘Olha, eu tenho que entregar essas 5 mil bermudas’, eram 5 mil bermudas, porque ele vendeu uma bermuda, uma unidade, ele vendeu e aí fizeram um pedido de 5 mil. Ele falou ‘vão te pagar as bermudas, eu gostei porque vão ser importadas para a Europa, e eu preciso delas em uma semana’. Eu falei ‘pôxa vida, eu não tenho condições de fazer 5 mil bermudas em uma semana’. ‘Alonso, faz 4 mil’. ‘4 mil eu posso, eu posso fazer 4 mil, tenho 10 costureiros’. ‘Ta bom, então você vai fazer 4 mil bermudas e mil eu mando costurar em outro lugar’. ‘Olha, hoje eu te pago uma bermuda a 1 real, mas eu vendi a bermuda para aquele cara no dobro do preço, e eu não vou ganhar sozinho, se eu te pagava 1 real antigamente, hoje eu

vou te pagar 2 pela mesma bermuda”. “Poxa, pra mim, ótimo, poxa 2 reais, vamos, então eu faço as 4 mil bermudas, eu faço meus costureiros trabalhar mais”. “Toma, Alonso, eu vou te dar um adianto”, ele me deu um bom dinheiro de adianto”.

Os costureiros também receberiam dobrado, ficando com R\$ 0,80 por cada peça, mas teriam que trabalhar mais do que o habitual para dar conta da encomenda. Houve um primeiro momento de euforia em que Alonso levou todos para comemorarem juntos pelo bom negócio. Mas passados dois dias os costureiros anunciaram que não trabalhariam mais na oficina, que não haviam se acostumado com o serviço e que só esperariam encontrar outro serviço para sair da casa. Depois de discutir com os costureiros, Alonso acertou o que devia para seus funcionários e os expulsou de casa. Ele não conseguiu entregar as encomendas e acabou se endividando com seus fornecedores. Teve que vender suas máquinas e decidiu abandonar o trabalho com costuras. Agora dedica-se ao restaurante de comidas típicas bolivianas que montou com sua esposa e faz carretos entregando serviços entre as oficinas, também tem uma barraca de alimentos na feira da praça Kantuta.

O funcionamento das oficinas depende basicamente de sua capacidade de manter os trabalhadores. As formas desta manutenção acabam criando uma grande abrangência no controle das condições de vida dos empregados por parte dos empregadores. Isto é o que diferencia as oficinas de costura dos bolivianos das oficinas das ex-operárias das fábricas. A maneira como os trabalhadores são recrutados via migração e esta abrangência sobre suas condições são as características distintivas das suas oficinas de costura. É um circuito de dominação e exploração econômica que se baseia na relação ampliada entre imigração irregular, moradia e trabalho. A começar pelo endividamento com o custeio da viagem que garante a permanência do imigrante na oficina enquanto a dívida não for quitada. Silva (1997, pp. 121-4) argumenta que este financiamento pauta uma relação de dependência entre empregador e empregado do qual se exige fidelidade e quem abandona o patrão que o trouxe é considerado traidor e ingrato. Ainda segundo o autor, este financiamento da viagem criaria um comprometimento com a permanência na oficina a tal ponto dos empregadores

preferirem buscar seus trabalhadores diretamente da Bolívia a contratarem os bolivianos que já estariam disponíveis na cidade.

A condição de imigrante irregular também é um elemento importante nesta relação. Ela dificulta e restringe bastante a mobilidade para outros segmentos do mercado de trabalho, de modo que não restam muitas opções além das confecções ou de outros trabalhos informais, como vendedor ambulante que já parece a segunda maior ocupação dos imigrantes bolivianos na cidade. Provoca também uma insegurança constante para o imigrante transitar pela cidade quanto à possibilidade de ser pego pela polícia, ter que pagar multas ou mesmo ser deportado. Além de outros empecilhos no cotidiano como a dificuldade para alugar um imóvel, a impossibilidade de abrir uma conta em banco e os problemas para ter acesso aos serviços públicos da cidade, como saúde e educação. Dentro das oficinas isto é usado para exercer pressão para que o trabalhador não mude de emprego sob a ameaça de ser denunciado à polícia. Por fim, a situação de clandestinidade fornece um diferencial para as relações de trabalho pela impossibilidade de mobilização de um agente público para intervir nos litígios trabalhistas. A mobilização da justiça poderia afetar o próprio denunciante. Deste modo, os litígios trabalhistas tomam a forma de um conflito pessoal entre empregador e empregado. A dependência dos imigrantes em relação ao seu patrão acaba aumentando por causa da situação irregular, é como se eles ficassem sob a tutela de quem os trouxe para a cidade.

Por fim, o fato de morarem e trabalharem no mesmo lugar, às vezes dividindo o mesmo espaço com as máquinas de costura, é um dos fatores mais problemáticos desta relação. Os patrões oferecem hospedagem, o que, por um lado, facilita bastante a acolhida na cidade, afinal como não documentados não conseguem alugar um imóvel, mas, por outro lado, amplia as relações de exploração. Há situações em que até a alimentação fica a cargo do dono da oficina. Isto pode gerar descontos na hora dos pagamentos ou conta como parte da remuneração e das 'vantagens' propagadas na Bolívia sobre o trabalho em São Paulo. Mesmo quando a moradia não é cobrada o fato de morarem no próprio local de trabalho não é indiferente. Os limites do tempo de trabalho ficam menos nítidos na confusão entre trabalho e vida doméstica. Às vezes, o tempo de

trabalho passa a ser dado pela resistência física das pessoas quando as encomendas são urgentes. Além disto os ganhos de cada um dependem diretamente de seu desempenho produtivo. A falta de encomendas afeta os rendimentos dos trabalhadores, assim como ter uma baixa produtividade por conta da falta de experiência com a costura ou por ficar impossibilitado de produzir por motivos de saúde. Estas dificuldades podem significar o endividamento. Mesmo quando a moradia não é cobrada espera-se uma certa produtividade que compense a hospedagem. É uma relação de trabalho individualizada que leva em conta o desempenho produtivo de cada um no processo. Portanto, esta abrangência sobre as condições de vida reflete diretamente nas formas de controle sobre o trabalho.

As dificuldades que a boliviana Dolores, 38 anos, enfrentou no trabalho nas oficinas refletem estas questões. Ela esta na cidade desde 2003, havia se separado do seu marido na Bolívia e veio junto com seus quatro filhos, que naquela época tinham entre 12 e 2 anos. Além disto, estava grávida do quinto filho. Foi sua tia, dona de uma oficina de costura em Guaianazes, quem a trouxe. Dolores contraiu uma dívida de R\$ 1.500,00 com os custeios da viagem. A princípio, ela morava em um dos cômodos da casa da tia e 9 pessoas trabalhavam junta a ela na oficina. Ela já tinha experiência com este tipo de trabalho em La Paz, tinha feito inclusive um curso técnico de costura onde aprendeu a lidar com máquinas industriais de diversos tipos. No entanto, Dolores não conseguia apresentar boa produtividade com a costura. Dolores ganhava entre R\$ 130,00 e R\$ 150,00, enquanto os outros ganhavam bem mais do que ela, ela não conseguia conciliar o trabalho e o cuidado com os filhos. Sentia-se pressionada pelos colegas e pela própria tia que a acusava de preguiçosa. Deixaram de fornecer comida para ela e seus filhos e Dolores teve que adquirir um fogão e cozinhar por sua conta. Quando quitou sua dívida, resolveu sair da casa da tia depois de um ano e meio trabalhando por lá. Uma outra tia lhe ofereceu uma casa de dois cômodos inacabados para que ela morasse de favor.

Dolores juntamente com os filhos teve que recolher material reciclável em meio ao lixo logo que saiu da oficina, foi a única forma de sustento que encontrou. Ela até conseguiu trabalho em outras oficinas de costura na vizinhança, inclusive com

brasileiros, mas não podia dedicar-se à costura o quanto lhe era exigido. Foi então que sua filha mais velha passou a trabalhar nas oficinas de costura, na época com apenas 13 anos. A filha era quem garantia a maior parte do sustento de casa e, inclusive, ganhou uma máquina de costura usada como forma de pagamento em uma das oficinas em que trabalhou. Hoje, a filha com 16 anos continua trabalhando com costura, um outro filho de 13 anos toma conta de carros por alguns trocados e é responsável por levar e trazer os irmãos à escola, Dolores compra retalhos e produz bolsas no tempo livre que tem em casa e sai todos os dias às três horas da manhã para revendê-las na feira da madrugada no Brás, voltando para a casa pela manhã. No final da tarde também vende doces como ambulante na estação de trem. Cestas básicas e a ajuda dos vizinhos ajudam a garantir o sustento todos os meses.

Como vemos, nas oficinas de costura há uma grande abrangência no controle das condições de vida dos trabalhadores e uma grande pressão pelo rendimento produtivo de cada um. Mas sair das oficinas também não é uma alternativa simples. Nem todos moram no mesmo local de trabalho, mas esta associação é muito expressiva e é isto o que leva às situações extremas de exploração, como tem sido noticiado pela imprensa e pelo Ministério Público do Trabalho, nos casos de trabalho forçado e situações análogas à escravidão, motivadas por dívidas contraídas no próprio exercício do trabalho.

A fiscalização tem sido algo presente, mas só tem efeito sobre os donos de oficinas e seus trabalhadores. No começo as oficinas eram predominantemente de coreanos. Mas agora parece que elas são predominantemente dos próprios bolivianos. Apesar de continuarem prestando serviço para os coreanos e não só para eles. As oficinas de bolivianos são daqueles que já estão há mais tempo na cidade. Depois de trabalharem para os coreanos e acumularem experiência no trabalho com costura abrem suas próprias oficinas para prestarem serviços por encomenda. Podem contar com o empréstimo de máquinas pelos antigos empregadores. Esta transferência de propriedade não é indiferente. Com o aumento da fiscalização, ser o dono da oficina pode ser desvantajoso. O fato dos bolivianos montarem suas próprias oficinas evita uma série de possíveis problemas jurídicos para os contratantes. Em termos gerais, porque eles passam

a ter uma relação de prestação de serviços com as oficinas e não mais uma relação de trabalho com os empregados. Eles tentam assim descaracterizar uma relação de subordinação e evitar os direitos trabalhistas. A subcontratação descaracteriza a relação de trabalho de modo que não há responsabilização⁴⁰ pelas condições dos trabalhadores por parte de quem contrata o serviço. Decorre que a fiscalização da delegacia regional do trabalho não chega até as empresas contratantes. A autuação legal é por unidade produtiva, e na maioria dos casos não pega o encadeamento, mesmo quando identificam a ligação entre as empresas e as oficinas, é preciso comprovar a relação dependência da oficina com a empresa contratante para caracterizar a relação de trabalho. As diligências em oficinas irregulares acabam autuando, aplicando multas e em alguns casos até mesmo prendendo apenas os donos de oficinas, também eles bolivianos. Os trabalhadores também podem ser multados por sua situação irregular, são intimados e tem um tempo determinado para regularizarem sua situação ou devem deixar o país. Os riscos de serem penalizados judicialmente acabam recaindo apenas sobre os próprios bolivianos.

Este é um dos fatores principais para o desenvolvimento destas formas de trabalho: a não responsabilização jurídica das empresas que contratam os serviços. As oficinas e seus trabalhadores são dependentes das empresas e as condições de trabalho que são desenvolvidas por elas refletem as exigências de produtividade impostas em torno das encomendas. Estas práticas não se restringem apenas à produção de artigos populares, mesmo empresas que produzem para marcas e grifes famosas ligadas ao circuito da moda e grandes redes varejistas também se valem destes expedientes de trabalho. O maior efeito que estas diligências podem ter sobre estas empresas que se beneficiam indiretamente do trabalho das oficinas não é propriamente jurídico, mas sim a maneira como estas denúncias de envolvimento com formas de trabalho degradante podem afetar a imagem das empresas e de suas marcas⁴¹.

⁴⁰ Esta questão tem levado a discussões conjuntas entre o Ministério Público do Trabalho e a Delegacia Regional do trabalho sobre as implicações da subcontratação para a caracterização legal da relação de trabalho. Neste caso, cogitam o princípio do responsável subsidiário em que na falta do empregador direto a empresa que se beneficia da prestação de serviço deveria cumprir as exigências trabalhistas. Um outro ponto também discutido por ambos é o caráter irregular destas subcontratações, pois terceirizar as atividades fim que constam na razão social de uma empresa é ilegal.

⁴¹ De acordo com o Ministério Público do Trabalho uma medida que vem sendo adotada quando as diligências apontam estas ligações seria o "Termo de Ajuste de Condutas", onde as empresas se comprometeriam a não mais contratar prestadores de serviço que se utilizam de mão-de-obra irregular sob

Ao contrário das marcas das roupas que atuam com a questão da visibilidade, para o trabalho nas oficinas quanto menor a visibilidade melhor. Ao montarem suas oficinas alguns procuram lugares mais distantes do centro da cidade, em parte para se livrarem do aluguel mais caro, ou para conseguirem imóveis sem a necessidade de documentação comprando suas casas em loteamentos clandestinos na periferia da cidade ou nas favelas. Mas além disto, a grande visibilidade que as denúncias veiculadas na imprensa sobre trabalho escravo deu ao caso, provocou um aumento da pressão da fiscalização e parece ter contribuído para a dispersão das oficinas. Denúncias anônimas e denúncias encaminhadas por associações e sindicatos também têm contribuído para a maior fiscalização. Muitas destas denúncias sobre as oficinas dos bolivianos foram encaminhadas pelo Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco. O sindicato parece ter uma relação tensa com os bolivianos, pois identificam neles uma ameaça para a categoria com um possível rebaixamento da profissão que os bolivianos representariam. Esta associação é mais forte no sindicato do que entre as próprias costureiras. O fato é que o aumento da pressão da fiscalização, fez com que muitos deles passassem a evitar as regiões mais visadas do Brás e do Bom Retiro, e se voltassem para lugares mais distantes na periferia da cidade onde esta fiscalização é muito menor.

A imigração clandestina de bolivianos e a exploração ao qual estão sujeitos no circuito das confecções ganharam tamanha notoriedade nos últimos anos, que o caso foi objeto de um acordo bilateral entre Brasil e Bolívia, com a participação do Ministério do Trabalho brasileiro para tentar combater estas práticas. Procuraram regulamentar a situação dos bolivianos⁴² que já estavam aqui para que eles não ficassem tão desprotegidos pela legislação, e assim tentar coibir a exploração abusiva destes trabalhadores. Os brasileiros irregulares na Bolívia também foram beneficiados pelo mesmo acordo. No período inicial, de setembro de 2005 e fevereiro de 2006, depois prorrogado até setembro de 2007, todos aqueles que conseguissem comprovar que estavam no país antes da data em que foi firmado

pena multas em caso de reincidência.

⁴² Em 1988 e 1998 ocorreram anistias para os imigrantes ilegais em que muitos bolivianos regularizaram sua situação no país. Outra forma de regularização possível é casar com um(a) brasileiro(a) ou ter um filho nascido em território nacional.

o acordo, e apresentassem um atestado de antecedentes criminais da Bolívia sem nenhuma pendência, teriam sua situação regularizada provisoriamente por dois anos. No final deste período poderiam ter a regulamentação definitiva. Mas para conseguirem a permissão temporária deveriam primeiro pagar a multa por terem entrado clandestinamente no país, que chegava a um valor de até R\$ 800,00 por pessoa, para quem já estava no país a mais de 100 dias. Uma quantia relativamente alta para quem tem rendimento entre R\$ 200,00 e R\$ 500,00, dependendo de para quem trabalham e das variações da demanda. Mais de 20 mil pedidos de regularização foram registrados no Núcleo de Cadastro da Delegacia de Imigração da Polícia Federal. Embora tenha sido grande a procura, de acordo com a Pastoral do Migrante, muitos não conseguiram seja pelo alto valor da multa, seja por não conseguirem o atestado de antecedentes criminais que deveria vir da Bolívia, ou ainda por não conseguirem nenhuma forma de comprovar que estavam aqui antes da data do acordo. A regularização da situação legal no país é um aspecto muito influente para os imigrantes, com um efeito direto de maior possibilidade de mobilidade de trabalho. Frequentemente depois da regularização, os bolivianos mudam de trabalho para outras atividades fora da costura e do setor de confecções, ou então eles montam a suas próprias oficinas. Em alguns casos os imigrantes regulares chegam a ter maiores dificuldades para conseguirem se empregar nas oficinas de costura.

Outras medidas foram tomadas no sentido de coibir práticas abusivas de exploração de trabalho dos imigrantes bolivianos. A Câmara Municipal de São Paulo instaurou em março de 2005 uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias de trabalho análogo à escravidão na indústria de confecções em São Paulo. De acordo com o relatório final desta CPI⁴³, os trabalhos da comissão duraram 180 dias, neste período foram ouvidos procuradores do Ministério Público do Trabalho, a presidente do sindicato das costureiras, membros de associações dos bolivianos, representantes da Pastoral dos Migrantes, além de lojistas, fabricantes e representantes das grandes magazines da cidade. A investigação constatou em diligências em oficinas irregulares, ligações com as principais magazines como: Renner, Marisa, Riachuelo e C&A. Os representantes das magazines alegaram que é impossível ter controle das

⁴³

Câmara Municipal de São Paulo, 2006.

condições de trabalho em uma rede de centenas de fornecedores. Uma empresa como esta chega a ter mais de 400 fornecedores apenas no setor de confecções. Ainda segundo o relatório, os donos das oficinas receberiam um valor que varia de R\$ 1,50 a R\$ 3,00 por peça, e pagariam R\$ 0,50, R\$ 0,30 ou até R\$, 010 por peça para os costureiros. As principais ações encaminhadas pela comissão foram: um projeto de lei municipal que obriga a certificação das empresas de que não há trabalho irregular em nenhuma etapa da produção das mercadorias vendidas por ela, como forma de ampliar a responsabilidade social da empresa, sob pena de cassação do alvará de funcionamento ou não renovação de licença quando irregularidades forem comprovadas; e a criação de uma campanha “Selo de Procedência Garantida”, para os produtos das empresas que comprovarem não ter trabalho irregular na sua cadeia produtiva. Além disto, a câmara municipal apresentou sugestões de alteração no anteprojeto da Nova Lei dos Estrangeiros do Ministério da Justiça para tentar promover a imigração legal⁴⁴.

O assunto dos casos extremos de exploração e das situações análogas ao trabalho escravo certamente é um tema importante sobre a imigração dos bolivianos, mas a ênfase exclusiva neste ponto não permite entender o vigor deste fluxo migratório. Trata-se de uma configuração de relações que no limite pode acabar em situações extremas de exploração do trabalho como efetivamente ocorre neste circuito. No entanto não é possível atribuir o cerceamento de liberdade como uma característica das formas de inserção deste grupo de migrantes na cidade. Também não entenderíamos a grande rotatividade que existe entre as oficinas e nem as constantes idas e vindas da Bolívia se nos determos apenas neste ponto. O assunto escravidão já aparece para a comunidade boliviana em São Paulo como um estigma com todas as conseqüências discriminatórias que isto acarreta. É uma imagem da qual eles tentam se desvencilhar. Certa vez, em uma conversa com um boliviano no trabalho de campo, fui indagado:

“(...) você quer fazer um trabalho sobre a Bolívia, sobre a cultura boliviana ou sobre a nossa comunidade? Se você quer falar sobre escravidão não tenho nada a dizer. Nós não temos bolas de ferro amarradas em nossos pés”.

⁴⁴

Não foi possível averiguar se estas medidas foram aprovadas e entraram em vigor.

Sobre este ponto a Pastoral do Imigrante, juntamente com algumas associações de bolivianos, preferem falar em trabalho indigno. Os bolivianos não negam a exploração que sofrem na cidade. Pelo contrário, fazem questão de enfatizá-la, mas não nos termos de escravidão.

3.3 *Inserções dos imigrantes bolivianos na cidade*

A afinidade entre trabalho informal e imigração clandestina deriva das configurações do capitalismo contemporâneo. As estratégias atuais de reprodução do capital estabelecem formas específicas de mobilidade do trabalho. Vemos que a imigração dos bolivianos para São Paulo, mais do que uma questão de pobreza na Bolívia, está ligada também a uma forma de desenvolvimento econômico de uma divisão da indústria paulistana. A reestruturação produtiva no setor das confecções deu um grande impulso para que a este fluxo migratório assumisse as dimensões que tem hoje, tanto ao criar mediações para o ato da imigração em si como para a posterior inserção dos bolivianos na cidade. Toda uma série de agenciamentos se forma em torno da imigração, articulando lugares distintos através de fronteiras políticas e contornando as regulamentações do Estado para que esta circulação de pessoas ocorra. A própria mobilidade dos imigrantes se transforma em um nicho de exploração econômica pautada em mercados ilícitos para a facilitação da imigração irregular.

Uma vez em São Paulo, a dominação e a exploração econômica nas oficinas de costura estão baseadas na relação ampliada entre imigração irregular, trabalho e moradia. Os mesmos fatores que facilitam a vinda para a cidade como o financiamento da viagem e hospedagem, combinados com a situação irregular e as exigências de produtividade, geram uma dependência entre empregados e empregadores caracterizada pela forte abrangência no controle das condições de vida dos imigrantes por seus patrões. Estes elementos, que no limite, podem levar a situações extremas de exploração do trabalho. Mas as empresas que se

beneficiam deste serviço terceirizado e que pautam o seu ritmo de trabalho não são responsabilizadas juridicamente pelas condições das atividades nas oficinas.

Isto não quer dizer que a inserção dos bolivianos na cidade esteja restrita a estas formas de trabalho. Até porque, devido a grande afluência de bolivianos para São Paulo em função da densidade que esta corrente imigratória atingiu, outras possibilidades de trabalho aparecem, muitas delas também desenvolvidas informalmente. São possibilidades de trabalho vinculadas à própria comunidade de bolivianos na cidade, como o fornecimento de produtos vindos do seu país e outros elementos ligados a esta dinâmica migratória. Serviços diversos que permitem a manutenção de uma relação estreita com a Bolívia, e caracterizam um processo de imigração baseado no multi-ancoramento de comunidades que atravessam fronteiras nacionais e redes sociais que conectam e permitem a circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro. São traços peculiares das migrações contemporâneas (Portes, 1997) e elementos que permitem entendermos os sentidos destas experiências migratórias.

A feira da praça Kantura é uma das principais referências para a comunidade boliviana na cidade e atrai centenas de pessoas. A feira acontece todos os domingos há pelo menos cinco anos, em um praça localizada próximo à avenida Cruzeiro do Sul, no Pari. Antes ela já era realizada em frente à igreja do Pari. No centro da praça encontra-se uma quadra de futebol de salão e um pequeno palco para shows e apresentações. No entorno, muitas barracas vendem artigos variados e produtos bolivianos, principalmente alimentos típicos, desde salgados, lanches e refeições até cereais diversos, biscoitos, bebidas e refrescos. Também são encontrados artigos de artesanato, CDs e DVDs de grupos musicais bolivianos e hispano-americanos.

Na feira também são vendidos cartões telefônicos especiais a preços populares que dão crédito para ligações internacionais. Com estes cartões os imigrantes bolivianos podem manter contato com os seus familiares de uma maneira bem mais fácil. Trata-se de um serviço regular, em setembro de 2007 um vendedor afirmou que pelo preço de dez reais seria possível fazer uma ligação de 21 minutos para La Paz na Bolívia. Explicou que estes cartões possibilitam ligações

para qualquer país. Basta ligar de um telefone fixo ou mesmo de um orelhão para o número fornecido pelo cartão ao preço de uma ligação local. Nas primeiras visitas realizadas a feira nesta pesquisa, dois anos antes, o serviço funcionava de uma maneira bem diferente, formava-se uma fila diante de uma pessoa com um telefone via satélite que fazia as ligações e cobrava por minuto, os chamados 'telefones *trunchos*'. Existem estabelecimentos no Brás e Bom Retiro que trabalham especificamente com pontos telefônicos para atender a comunidade boliviana.

Nos jornais direcionados para a comunidade e distribuídos nos locais de grande concentração de imigrantes e nas rádios comunitárias de bolivianos que podem ser sintonizadas nos bairros do Brás e do Bom Retiro e também em alguns lugares da zona leste e norte da cidade, é anunciado um outro tipo de serviço importante para a comunidade boliviana, as empresas que fazem remessas de dinheiro para a Bolívia. São empresas irregulares que realizam o serviço clandestinamente. Por uma parcela de 6 a 10 % do valor da remessa, são realizadas transferências monetárias de um país ao outro, que graças aos contatos mútuos de ambos os lados, podem dispensar operações bancárias e driblar os controles fiscais. Mesmo sem garantias formais da entrega do dinheiro o negócio funciona pela expectativa destas empresas na continuidade da utilização de seus serviços. Uma outra forma de enviar recursos ao país de origem é através das constantes viagens de ida e volta dos conhecidos e parentes a Bolívia. Com 20% da população vivendo fora do seu país e mais da metade da população interna com algum parente ou conhecido no exterior, as remessas devem representar um volume considerável de recursos financeiros que ingressam na Bolívia.

Existem muitas outras referências urbanas para a comunidade boliviana na cidade, como a feira da rua Coimbra no Brás, que ocorre aos sábados, entre outros lugares e ruas que concentram muitos destes imigrantes. Além da disposição de serviços, estes lugares também são pontos para a troca de informações sobre encomendas de costura, oportunidades de trabalho, transferência entre oficinas, a situação da fiscalização na fronteira, possibilidade de viagens entre os países, etc. De modo que estes locais contribuem para que

haja alguma mobilidade dos costureiros entre as oficinas. Na praça Kantuta, no princípio, existiam quadros de anúncios de vagas em oficinas de costura e era possível presenciar o recrutamento de mão-de-obra no próprio local, com a presença de donos de oficinas bolivianos e coreanos e dos trabalhadores. Devido à fiscalização da prefeitura e a ameaça de interdição da feira, tais recrutamentos não acontecem mais da mesma forma.

Por fim, um outro tipo de referência para os imigrantes bolivianos na cidade seria o Centro Pastoral do Migrante e o Centro de Apoio do Migrante, ambos ligados à igreja católica. O primeiro integra a Congregação Internacional Scalabriniana. A segunda foi criada pelo Serviço Pastoral do Migrante ligado à CNBB. Estas entidades prestam assistência social e jurídica, tais como orientações para regularização e documentação, e são os locais que os próprios imigrantes utilizam para fazer as denúncias de abusos no trabalho, seja diretamente pelas próprias vítimas ou por denúncias anônimas de pessoas que presenciam estas situações, por sua vez, elas encaminham as denúncias a Delegacia Regional do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho ou à Polícia Federal. Elas acabam exercendo um papel de mediação entre a comunidade boliviana e as autoridades públicas na cidade, pois como imigrantes irregulares a relação direta com as entidades do Estado fica prejudicada.

Estes vários locais são referências urbanas fundamentais para a comunidade boliviana em São Paulo. Além de dispor destes serviços que permitem a manutenção de uma relação estreita com a Bolívia, são os locais aonde se informam e fazem contatos sobre outras possibilidades de emprego e de transferências entre as oficinas, e por fim, tem acesso a assistência sócio-jurídica. Mas também são nestes locais que se desenvolvem os contrapontos do trabalho, como o lazer. Como podemos ver com as 18 ligas de futebol de salão e mais de 700 equipes cadastradas da cidade e pelo grande movimento de pessoas nestes locais nos dias de folga do trabalho. O que expressa a importância destes eventos públicos para a comunidade, já que a casa e o trabalho estão estritamente associados, são os lugares públicos longe do ambiente doméstico que permitem algum tipo de distanciamento em relação ao trabalho.

4. O comércio informal dos vendedores ambulantes

No comércio ambulante de São Paulo o circuito do trabalho informal das confecções se cruza com diversos outros circuitos. São vários tipos de produtos de procedências as mais variadas possíveis que têm nos muitos vendedores de rua da cidade a sua estratégia de circulação comercial. Mesmo que o comércio ambulante seja um elemento secular na história da cidade as mudanças na dinâmica econômica também têm reflexos sobre ele. Em torno deste assunto velhas questões se atualizam e ganham novos significados em tempos de economia globalizada. Se hoje há uma grande permeabilidade entre mercados formais e informais no sentido de que formas ilícitas de conduzir a economia são crescentemente requisitadas para trazer frutos à economia oficial (Ruggiero, 2001), o comércio informal passa a ter presença ainda mais marcante nas estratégias de reprodução do capital. Ainda que a simbiose entre o formal e informal não seja uma novidade, os tipos de conexões e as mediações em torno do comércio informal se reconfiguram e ganham novas dimensões.

Podemos dizer que o comércio informal é ponto de ligação para a circulação e distribuição de mercadorias em escala global. Nas calçadas, diversos circuitos de produção se cruzam e encontram nos ambulantes a sua estratégia de circulação comercial, desde pequenos produtores de fundo de quintal, passando por grandes empresas nacionais até empresários do setor de importações que atuam com o contrabando. Os tradicionais centros de consumo popular da cidade, como o Brás, constituem portas de acesso para um imenso mercado popular que extrapola as barreiras nacionais estabelecendo conexões de extensão variadas. O comércio informal dos ambulantes é como uma espécie de serviço de distribuição para produtores e importadores que permite a circulação de mercadorias de procedências diversas, e representa um elemento constitutivo da chamada 'globalização por baixo' (Portes, 1997) da cidade de São Paulo.

No compasso do crescimento da importância dos vendedores ambulantes para o escoamento de mercadorias voltadas ao mercado popular, há um outro elemento em questão. Embora os vendedores ambulantes sejam sujeitos constitutivos da

permeabilidade que se estabelece nas passagens entre mercados formais e informais, isto não quer dizer que haja uma indistinção entre ambos. Ao contrário dos argumentos liberais associados à informalidade, de que a ausência de regulamentações estatais geraria relações econômicas puramente concorrentes pautadas apenas em regras mercantis, uma série de agenciamentos urbanos se desenvolvem em torno destes mercados informais no controle dos pontos de rua e acabam por regular a ocupação destes espaços. A atuação do Estado tem papel importante na constituição destes agenciamentos, a repressão policial ao mesmo tempo em que cercea, também compõe e dá forma a estes mercados. Há uma série de implicações para uma atividade que se desenvolva no mercado informal, dependendo do peso das sanções que operam contra esta atividade. As sucessivas tentativas e fracassos da regulamentação pública dos pontos ocupados nas ruas e o jogo complicado de tolerância e repressão despertam uma série de conflitos envolvendo os próprios ambulantes, lojistas, políticos, fiscais da prefeitura, associações, sindicatos e até grupos criminosos. Em torno deste ponto desenvolve-se um mercado de compra e venda de proteção (Misse, 2005, 2007) sem o qual dificilmente se trabalha como camelô na cidade.

4.1 *Circulação e distribuição de mercadorias*

O ponto de partida para a inclusão do comércio ambulante nesta pesquisa foi a constatação inicial de sua importância para a circulação de muitas mercadorias produzidas informalmente por pequenos fabricantes. Parece ser muito recorrente nas oficinas de costura uma mobilidade lateral que associa o trabalho nas confecções e o comércio ambulante. Entre os ambulantes da passarela de Guaianazes se comercializava muito da produção própria que algumas oficinas de costura da região fazem em épocas de poucas encomendas por trabalho terceirizado. Não só das oficinas de costura, mas também outras mercadorias produzidas na região como bijuterias e bolsas que também se baseiam em encomendas de empresas e no trabalho domiciliar. Como vimos em alguns casos, temos a associação entre o trabalho das mulheres na produção e dos maridos que distribuem ou comercializam os produtos feitos pelas esposas entre os

ambulantes. Algumas mulheres tanto produzem como comercializam, em uma dupla rotina de trabalho. Isto também vale para as oficinas dos bolivianos, muitos deles também conciliam a atividade produtiva para terceiros e um ponto de comércio direto na rua. É muito comum nas oficinas utilizar-se das peças de tecido das encomendas como modelos, comprar tecido semelhante e produzir mais peças para serem comercializadas pelos ambulantes, de modo a tentar aumentar o rendimento do trabalho de poucos centavos pagos pelas empresas para alguns reais no comércio direto. Apesar disto o rendimento com as encomendas costuma ser maior, pois esta produção envolve investimentos em outros tipos de gastos como a compra do tecido e o corte, além do que as oficinas não dispõem de uma marca para agregar valor ao seu produto.

Como as marcas representam um diferencial para as estratégias comerciais ao agregar maior valor aos produtos, assim o recurso a falsificação é um elemento muito presente na indústria de confecções. Ainda que os produtos não apresentem a mesma qualidade e seus consumidores saibam reconhecer a falsificação, as marcas garantem uma maior fluidez na sua distribuição. Se por um lado, as encomendas de costura de produtos de marcas famosas circulam sem os aviamentos e etiquetas que carregam o nome da marca para não serem desviadas, por outro existe o comércio paralelo destas etiquetas e aviamentos falsificados e a produção de estampas das marcas de maior aceitação no mercado. O comércio informal é a maneira comumente utilizada para escoar esta produção.

A maior parte dos ambulantes, entretanto, é de revendedores e não produtores diretos. Muitas lojas-fábrica do Brás e do Bom Retiro têm os ambulantes como seus principais clientes atacadistas. Algumas empresas que produzem roupas de marcas também mantêm linhas de produtos populares distribuídos por vendedores de rua. Fabricantes e distribuidores chegam a controlar pontos de comércio de rua, contratando ambulantes como 'funcionários' para revender seus produtos. Muitas empresas produtoras conciliam duas estratégias comerciais, de modo que seus produtos são vendidos tanto nas suas lojas-fábrica como nos pontos nas calçadas. Como a distribuição é um elemento determinante para este setor da indústria, algumas empresas confeccionistas procuram controlar o

comércio ambulante como estratégia alternativa de concorrência no mercado. De forma que nem sempre existe uma oposição entre lojistas e ambulantes, este tipo de antagonismo é mais comum com o comércio varejista. Luciana Itikawa (2004) em sua pesquisa sobre ambulantes no centro de São Paulo indica que não se desenvolvem apenas formas de concorrências entre o comércio formal e informal, mas também relações complementaridade e dependência.

Isto pode ser ilustrado pelo fato de que os lugares e as ruas de comércio especializado costumam apresentar a mesma especialização dos seus ambulantes, não só pela demanda comum dos clientes e a disputa pelos mesmos consumidores, mas também pela atuação dos fornecedores. Em alguns lugares da cidade, ao se ocupar um ponto de comércio na rua, os fornecedores trazem as mercadorias diretamente na banca e ainda oferecem condições facilitadas para o pagamento. Isto pode ser notado nas ruas do centro expandido de São Paulo. Na rua 24 de Maio, cujo comércio é direcionado para o público jovem, os ambulantes vendem roupas esportivas masculinas e tênis de marca contrabandeados. Na rua Santa Efigênia enquanto as lojas vendem artigos eletro-eletrônicos e equipamentos de informática (hardware), nas calçadas são vendidos controles remotos, jogos e programas piratas (software). Na rua Florêncio de Abreu lojistas e ambulantes vendem ferramentas de construção e equipamentos de eletricitas, sendo que os ambulantes se dedicam às peças menores e mais leves. Já na rua 25 de Março, caracterizada pelo comércio de variedades, os ambulantes vendem brinquedos, bolsas, bijuterias, utensílios domésticos, etc. Este lugar também concentra os armazéns de artigos diversos e galerias de produtos importados que abastecem boa parte dos camelôs da cidade. Na rua José Paulino, especializada em roupa para moda feminina, os ambulantes vendem roupas e também acessórios. O comércio informal do Brás, que concentra o maior número de vendedores ambulantes da cidade, é largamente especializado na venda de roupas. Às vezes os ambulantes estão localizados a poucos metros de seus fornecedores.

Mercedes, 49 anos, 4 filhos, é uma das ambulantes mais experientes do Brás. As mudanças sucessivas dos produtos com que ela trabalha vão mostrando as diferentes conexões do comércio informal ao longo dos anos. Ela começou em

1979 vendendo cintos e carteiras de couro que produzia junto com o seu marido, que também é ambulante e tem seu próprio ponto, trabalhavam durante o dia na rua e produziam suas mercadorias em casa durante a noite. Mantiveram esta rotina durante dez anos, mas na virada para a década de 90 seus rendimentos caíram bastante, os custos de produção eram altos e havia muita concorrência. Sacoleiros vindos do Paraguai abasteciam as outras bancas com produtos chineses. Mercedes decidiu trabalhar com bolsas e mochilas importadas, comprava de cinco a seis modelos e revendia. Durante a segunda metade da década de noventa, com a recuperação da indústria de confecções, muitos pequenos produtores passaram a procurar os ambulantes. Mercedes mudou para a venda de roupas populares.

“Na própria banca entregavam. A gente acaba ficando conhecido, chega na fábrica trabalha com este tipo de mercadoria, você fica muito conhecido. Ai fica mais fácil. Eles que vem me procurar na própria banca, com meu ponto fixo começa a ter mais credibilidade, começa a ter crédito”

Atualmente ela é especializada na venda de roupas populares para mulheres. Lida com no mínimo três tipos de fornecedores destes artigos de acordo com a variedade de produtos que eles oferecem e as tendências de mercado apontadas pelo comércio de rua: importadores que atuam nas lojas de galerias, pequenos fabricantes da periferia da cidade, os bolivianos donos de oficinas no Brás.

As maiores dificuldades de Mercedes são relativas à manutenção do ponto. Ela tem um Termo de Permissão de Uso (TPU) fornecido pela subprefeitura para trabalho. Este termo deve ser renovado a cada ano e pode ser cassado ou realocado pela prefeitura de acordo com seus critérios. Depois de 29 anos trabalhando no mesmo lugar ela foi transferida do Largo da Concórdia para a rua Oriente, isto desestabilizou as referências que ela tinha tanto com clientes como com fornecedores e afetaram bastante suas vendas. Nos últimos dois anos Mercedes passou a atuar também na ‘feira da madrugada’ da rua Oriente, conciliando o trabalho em dois pontos diferentes. Atualmente ela começa sua jornada às quatro horas da manhã na feira. Às oito horas quando se desfaz a feira e mudam os ambulantes, ela permanece no mesmo ponto. A diferença entre um e

outro é que na madrugada se vende mais no atacado. Às quatro horas da tarde, quando os fiscais da prefeitura vão embora, Mercedes volta ao seu antigo ponto e só desmonta sua banca por volta das 7 horas da noite.

O desenvolvimento recente das 'feiras da madrugada' é um elemento que merece destaque. Tornaram-se referências importantes para os próprios ambulantes, para as oficinas de costura, para empresas de fundo de quintal e até empresas de outros estados que encontram ali a sua estratégia de distribuição comercial. Há pelo menos três grandes feiras de ambulantes ocorrendo todos os dias durante a madrugada na cidade, uma na rua 25 de Março e outras duas no Brás. São ambulantes que vendem principalmente no atacado, é um comércio direcionado às milhares de pessoas vindas de outras regiões do estado, do país, e até de países vizinhos, que compram para revender em seus lugares de origem. No princípio a feira destinava-se ao abastecimento dos próprios ambulantes espalhados pela cidade e o seu horário de funcionamento se deve a acordos com os lojistas.

A maior destas feiras está localizada no Brás, próximo à rua Oriente e funciona em um amplo espaço junto à linha de trem da CPTM. Começa a funcionar às 3 horas da manhã e impressiona pelo número de pessoas circulando naquele horário e os vários ônibus de excursão chegando a todo instante. Segundo a administração do espaço seria uma média entre 15 e 20 mil pessoas e 200 ônibus diariamente. Os ônibus vêm do interior de São Paulo e de outros estados como Paraná, Santa Catarina, muitos vindos de Minas Gerais, alguns do nordeste, e até de países vizinhos como a Argentina. A vastíssima concentração de barracas é um outro elemento que chama muito a atenção. As informações variam, enquanto a administração estima algo entre 4500 e 5 mil barracas, entre os ambulantes se fala em 7 mil barracas. Juntas elas formam um grande labirinto de corredores estreitos cercados de alto a baixo por mercadorias as mais variadas possíveis. Muitas pessoas circulam com dificuldade por estes corredores com suas sacolas abarrotadas de compras. Embora a feira também venda no varejo o comércio de atacado é o que predomina, voltado para os revendedores que vem se abastecer ali. Entre eles os ambulantes da própria cidade que vão distribuir as mercadorias nas outras regiões.

A feira da madrugada é uma das atrações de uma espécie de turismo de sacoleiros voltado para comerciantes atraídos pelos produtos populares do Brás. Estes revendedores trazem dinheiro para fazer suas compras à vista na feira da madrugada e de manhã vão para as lojas do Brás e fazem as compras a prazo no cartão ou no cheque. Na feira os negócios são feitos predominantemente com o pagamento à vista, a não ser quando já existe uma relação antiga e de confiança entre vendedor e comprador. Também são realizadas encomendas de grandes lotes de mercadorias quando estes revendedores identificam algum produto que possa ter uma boa saída comercial.

As mercadorias predominantes na feira são as roupas, em geral voltadas para o comércio popular. Existem tanto as roupas produzidas aqui mesmo na própria cidade quanto aquelas de origem asiática vendidas por chineses. Em geral, estas são as duas procedências predominantes entre as mercadorias. Além dos brasileiros e dos chineses também existem os coreanos e os bolivianos. Mas eles trabalham com mercadorias produzidas aqui mesmo. Encontramos também representantes de produtores de calças jeans do estado de Pernambuco. Como já havíamos visto em outros lugares aqui também existe a associação de grupos com determinados tipos de mercadorias. A feira da madrugada se constitui como um centro de distribuição importante para muitos pequenos produtores. Sem condições de melhores investimentos para escoar sua produção, eles encontram na feira uma oportunidade para entrar em contato com revendedores de vários lugares. São as fábricas de fundo de quintal que produzem roupas, brincos, bolsas, enfeites, material escolar, agendas. Toda uma vasta gama de produtos é possível encontrar na feira. Há também os grandes produtores que não deixam de colocar seus pontos de venda, mas destaca-se o papel que a feira tem para este outro circuito de produtores, às vezes como a principal via de escoamento de suas mercadorias.

No comércio ambulante da cidade cada tipo de produto pode significar a ligação com um circuito de produção, que pode ser estritamente legal, ser apenas produzido informalmente, ou ainda ser fruto de contrabando ou de pirataria, e por isto mesmo a fiscalização é diferenciada segundo a procedência das mercadorias

e a pressão da indústria sobre o governo. As roupas, por exemplo, são na maioria produzidas na própria cidade, compradas entre os fabricantes do Brás e Bom Retiro ou das pequenas oficinas na periferia de cidade. Calças jeans costumam vir de fabricantes instalados no nordeste do país. Sapatos e tênis quando não são de marcas famosas vêm do interior de São Paulo. E quando se trata de roupas de tecido sintético e tênis de marca, geralmente são produtos importados via contrabando. Além disto, cds, brinquedos e artigos eletro-eletrônicos costumam ser de origem asiática, sobretudo da China.

Juntamente com as mercadorias chinesas nestes centros atacadistas também vemos a presença de vendedores chineses. Assim como no caso dos bolivianos e dos coreanos, parece haver uma forte vinculação destes imigrantes a um nicho específico do mercado informal. Sua presença é expressiva nas regiões centrais de São Paulo. Eles controlam os shoppings e galerias de distribuição de artigos importados no centro da cidade e trabalham nos boxes como vendedores. De acordo com o relatório da 'CPI da Pirataria'⁴⁵, o dono da maioria destes shoppings, Law Kin Chong, preso por corrupção ativa durante os trabalhos da CPI, é tido como o maior contrabandista do país. Em seu depoimento à CPI ele alega ser apenas um empresário do setor imobiliário que aluga espaços para lojistas, e que não teria ligação nenhuma com o que é comercializado por seus locatários, cuja maioria é composta por chineses. As lojas de galeria do centro de São Paulo são pontos importantes para a distribuição destes artigos importados. Para que os produtos contrabandeados sejam comercializados mundo afora não basta apenas que eles sejam mais baratos, toda uma série de mediações é construída para que estas mercadorias circulem no mundo.

O fato é que hoje a região central de São Paulo, juntamente com o Brás e o Bom Retiro se tornou um grande centro atacadista de produtos nacionais e importados, que atraem milhares de revendedores de outros lugares e da própria cidade, entre eles os ambulantes. É um pólo de atração para consumidores da região metropolitana, mas também para revendedores de outros estados, principalmente do sudeste e do sul, e até de outros países como a Argentina e Angola também podem ser encontrados nestas regiões. Por atrair tantos revendedores estas

⁴⁵ Câmara Federal, 2004.

regiões vêm se constituindo como a porta de entrada para um imenso mercado popular brasileiro e internacional, atraindo assim a atuação de investidores estrangeiros. Este caráter da região se tornou mais evidente após a abertura dos mercados pelo governo Collor em 1992. A partir de então, muitos empresários do setor de importações, com destaque para os chineses e libaneses, que antes estavam estabelecidos no Paraguai, mudaram-se para a cidade de São Paulo.

A trajetória de Paulo, 53 anos, 'ex-sacoleiro' mostra como mudaram as mediações em torno das quais o contrabando se realiza. Ele foi micro empresário do setor gráfico até meados dos anos 80. Depois que teve que vender sua empresa, ele fez uma sociedade com um amigo que tinha um espaço e trabalhava na Galeria Pajé, a mais antiga galeria de São Paulo. Trata-se de um prédio de oito andares na região da rua 25 de Março que foi inaugurado em 1963 e dispõe de várias lojas. O acordo para que Paulo entrasse no negócio consistia em que ele deveria vender produtos nacionais, isto ajudaria a 'limpar' a loja, que poderia apresentar notas fiscais. Ele decidiu trabalhar vendendo artigos folhados a ouro e prata. Uma vez dentro da galeria, outras oportunidades de trabalho apareciam, como buscar mercadorias no Paraguai para abastecer os demais lojistas. Eram comerciantes chineses que forneciam os contatos de outros chineses estabelecidos no país vizinho:

“(...) naquela época, todo mundo que quisesse buscar mercadorias tinha emprego, tinha trabalho, né. Pagava-se... Por exemplo, pagava-se meio dólar por peça de relógio que você trazia. E 20, 25%, 30%, de acordo com a mercadoria que você trouxesse”.

Sua esposa se encarregava da loja enquanto ele chegava a fazer 2 viagens por semana e até 8 viagens por mês. Além de abastecer os lojistas da galeria, ele também atuava no contrabando de relógios, logo esta se tornou sua principal atividade. Comprava no Paraguai e fornecia para os ambulantes indo de banca em banca em vários lugares de São Paulo e também do interior. Os negócios sempre eram informais, sem nenhuma garantia contratual, dependendo apenas do empenho da palavra dada. Mas Paulo se tornou experiente, conhecia os riscos de se faltar com a palavra e também os riscos de ser pego pela fiscalização, e

quais os meios para evitá-la com o uso das cotas de importação e dos 'laranjas'. Ele permaneceu no negócio até o ano de 1994, os rendimentos haviam caído bastante por causa da abertura econômica. A abertura representou uma verdadeira desvalorização para os sacoleiros. Os chineses de quem ele comprava no Paraguai se instalaram nas galerias do centro de São Paulo, sendo que os produtos contrabandeados passaram a vir diretamente para a cidade sem a necessidade da intermediação dos sacoleiros.

Como vemos nesta passagem, ao contrário dos argumentos econômicos liberais, a abertura dos mercados não diminuiu o contrabando, pelo contrário ele aumentou. Mudaram as mediações do contrabando e as vias pelas quais estas mercadorias chegam na cidade, das margens estreitas da Ponte da Amizade aos contêineres dos navios do Porto de Santos. Através das importações legais abriram-se novos caminhos para as importações ilegais. Mas os produtos chineses não são os únicos elementos desta dinâmica. A CPI da pirataria mostra que vários setores desenvolvem estratégias de distribuição ilícitas para competirem no mercado. De acordo com o Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, isto também estaria presente no setor de confecções, onde empresas confeccionistas e grandes redes varejistas importam artigos de vestuário via contrabando e as etiquetam como se fossem produtos nacionais.

O comércio ambulante é ponto de encontro de vários circuitos de produção e parte importante para a circulação de algumas destas mercadorias, entre muitas outras de procedência legal. As passagens entre os mercados formais e informais são elementos constitutivos desta dinâmica que articula processos distintos de produção em uma mesma estratégia de distribuição. O comércio informal se tornou uma expressão da economia globalizada da cidade de São Paulo. Expressão que Alejandro Portes (1997) caracterizou como 'globalização por baixo', que se faz contornando as regulamentações estatais e tendo em vista um imenso mercado popular que se articula a partir destes espaços tomados por ambulantes.

4.2 Disputas pelos pontos de comércio e mercado de proteção

O segundo ponto a se discutir com relação ao comércio ambulante diz respeito ao controle dos pontos de venda nas ruas da cidade. Se os ambulantes têm uma importância crescente para a distribuição de mercadorias, as disputas pelos lugares estratégicos para este comércio é um aspecto fundamental, onde se desenvolve um jogo complicado de tolerância e repressão por parte do poder público de acordo com conveniências políticas e alianças com outros agentes que controlam os principais lugares de concentração do comércio ambulante. A fiscalização da prefeitura não é constante, varia de acordo com a pressão dos lojistas e das associações dos ambulantes, além de outros problemas associados com o controle destes pontos nas ruas.

Em torno deste aspecto se desenvolve um mercado de proteção baseado na compra e venda de garantias mínimas para alguma regularidade dos negócios na rua. Este mercado de proteção se desenvolve com base em acordos que são muito variados. Dependem das configurações das alianças que são desenvolvidas em cada localidade e da valorização comercial do lugar. Eles determinam o quanto é necessário investir para trabalhar no ponto, a segurança para o desenvolvimento da atividade e o jogo de tolerância e repressão nas intervenções da fiscalização. O mercado de proteção é constituído basicamente por 'mercadorias políticas', na expressão de Michel Misse (2007), que se definem como mercadorias que combinam custos e recursos políticos para a produção de um valor de troca econômico, seja na forma de um poder expropriado da autoridade pública ou do controle de um grupo sob determinado local mediante extorsão. De acordo com Misse, estas mercadorias são frutos da corrupção ou da extorsão e resultam em um valor de troca como "(...) uma fração privatizada e mercantilizada da soberania do Estado."(p.142)

Cada local pode apresentar uma configuração muito peculiar deste mercado. Na feira da madrugada da rua Oriente os acordos são instáveis e os ambulantes estão sujeitos a uma grande pressão da fiscalização da prefeitura. Segundo informações da subprefeitura da Mooca, o número de ambulantes naquela rua e

suas imediações durante as madrugadas seria algo entre 3 e 4 mil pessoas. A feira começa a funcionar às três horas da manhã com as barracas iluminadas por ligações clandestinas. No princípio o controle da feira está sobre o comando de um dos sindicatos de ambulantes da cidade, Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo (Sindcisp). Era cobrado um valor semanal dos ambulantes de 10 a 30 reais e quem quisesse montar um ponto na rua deveria negociar com a direção do sindicato. A feira foi montada ainda na gestão anterior do governo municipal (2001-2004) mediante um acordo com a prefeitura sobre a dinâmica de funcionamento da feira. O sindicato organizava a ocupação dos espaços, horários de montagem e desmontagem da feira, manutenção da limpeza e segurança do local para evitar os roubos de mercadorias. Quando a gestão do governo mudou as configurações de alianças que permitiam seu funcionamento foram desfeitas, de modo que a feira está sujeita a operações policiais que periodicamente tentam inviabilizá-la. Mas logo que o policiamento ostensivo se dissolve e a fiscalização volta ao padrão normal, a feira se refaz.

A boliviana Dolores trabalha nesta feira vendendo as bolsas artesanais que produz com seus filhos em Guaianazes. Todos os dias às três horas da manhã ela pega o primeiro trem e vai para o Brás para trabalhar na feira da madrugada da rua Oriente. Ali ela tenta distribuir as bolsas que produz vendendo cada uma a um preço de dez reais. Ela calcula que cada bolsa tenha um custo de produção de 5 reais. Na feira, se ela vende uma consegue pagar a condução do dia, e se vende duas já consegue um ganho de cinco reais e assim por diante para cada peça que ela consegue vender. Dolores não fica exatamente na rua Oriente, ela não tem condições de pagar o valor que é exigido pelo sindicato e quanto maior a proximidade com a rua Oriente maior a pressão para que se pague pelo uso do espaço. Ela fica em uma esquina na rua Barão do Ladário em que predomina os ambulantes bolivianos, esta rua liga a estação de trem do Brás à rua Oriente. Ali ela tenta aproveitar o movimento de clientes da feira, mas não monta uma barraca, fica apenas com um carrinho para transportar as mercadorias e uma arara que usa para expor as bolsas. Ela está sujeita a uma dupla pressão, dos fiscais da prefeitura e dos representantes do sindicato responsáveis pela cobrança, e procura a melhor forma de conseguir vender suas bolsas sem ter que pagar e evitando a ação da fiscalização. Apesar dos cuidados de Dolores suas

mercadorias já foram apreendidas algumas vezes pela Guarda Civil Metropolitana. Da última vez teriam levado todas as 20 bolsas que ela havia produzido, a sua arara e o carrinho. Só com as bolsas foram duzentos reais de prejuízo, todo o dinheiro que ela havia investido na compra de retalhos e linhas e as horas e horas de trabalho e dedicação perdidas em uma operação policial. Em meio às inúmeras barracas os guardas exigiram justamente a nota fiscal das mercadorias de Dolores, algo improvável já que suas bolsas ela mesma quem produz e não tem nenhuma firma reconhecida para emitir nota fiscal.

A outra feira da madrugada que funciona junto à linha de trem da CPTM é um lugar altamente valorizado pelo tipo de agenciamento existente ali, que permite o seu funcionamento sem grandes interferências do poder público municipal. Desde a gestão Celso Pitta (1997-2000) existiu a proposta de um bolsão de ambulantes naquele mesmo espaço, mas que funcionaria de madrugada para não concorrer com os lojistas. A proposta teria sido amplamente rechaçada pelos ambulantes que não ocuparam o espaço. Depois a idéia foi retomada a cerca de três anos atrás por uma iniciativa privada que conseguiu a locação do espaço junto ao Governo Federal, por se tratar de um terreno da União⁴⁶. No início a feira contava com pouco interesse dos ambulantes e o número de barracas era pequeno. Cobrava-se uma luva de R\$ 500,00 para usar o espaço por um ano e pagava-se mais R\$ 75,00 por mês. A conciliação do turismo de sacoleiros, estacionamento para ônibus de viagem e a venda direta dos produtores, principalmente de roupas, despertaram um grande fluxo de pessoas para a feira que valorizaram bastante o espaço. Hoje para se obter um ponto de comércio no lugar tem que estar disposto a investir altos valores. Segundo informações obtidas junto aos ambulantes desta feira, uma banca pode chegar a até 60 mil reais negociados diretamente com o dono do ponto. Valores altos que são justificados pelo rendimento muito alto que alguns conseguem atingir. Assim como o fluxo de pessoas e mercadorias, o volume de dinheiro que passa por ali todos os dias é bem expressivo. Além disso, para quem quiser ter um ponto haveria ainda um valor de até R\$ 600,00 por mês e um valor anual pagos à administração do lugar pela renovação da posse dos pontos, de acordo com os ambulantes da feira. Levando em conta este valor mensal e o número de bancas (de 4500 a 7000), o faturamento pode chegar a

⁴⁶

O espaço fazia parte da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (R.F.F.S.A.).

algo em torno R\$ 2.700.000,00 e R\$ 4.200.000,00 arrecadados mensalmente. Apesar de ser uma iniciativa privada, a feira funciona em um terreno de propriedade pública com uma concessão para a exploração temporária que deve ser renovada periodicamente. Trata-se de uma iniciativa que passa por relações com o Estado, na negociação com agentes do governo federal. Neste caso, como não se ocupa um espaço em via pública a prefeitura municipal não intervém. Apesar disto, a locação dos pontos de comércio não é formalizada, a formalização implicaria um outro tipo de compromisso entre os agentes e outras mediações nas relações. Esta feira da madrugada concentra um volume grande de comércio informal, mas se articula também por dentro do Estado e depende de acordos com seus agentes.

Mesmo em lugares que não são grandes centros comerciais o controle destes lugares que concentram muitos ambulantes é bem disputado. Na passarela da antiga estação de trens de Guaianazes ocorreram várias tentativas de remoção dos ambulantes. No ano de 2004, por iniciativa conjunta da coordenadoria de planejamento da Subprefeitura e de um grupo de ambulantes, foi construído um Shopping Popular. A iniciativa em si mesma não constitui uma novidade. Desde a gestão Erundina (1989-1992), já há uma legislação estabelecida para regulamentar o comércio ambulante na cidade que previa esta alternativa. Em outros lugares, a proposta de transferir o comércio ambulante para um Shopping Popular já havia sido implementada, porém sem muito sucesso, como no caso do Shopping Popular do Brás⁴⁷. Em Guaianazes, um grande salão, próximo à passarela, foi locado pelos próprios camelôs que formaram uma associação para responder pelo aluguel e, como representante legal, tomar um empréstimo junto ao programa 'São Paulo Confia' do governo municipal (gestão Marta Suplicy, 2001-2004). Esse empréstimo foi aplicado na reforma do galpão e montagem dos boxes. Mediante acordo com o proprietário do local, fixaram o valor do aluguel em 3 mil reais.

Porém, a adesão à proposta do Shopping Popular não abrangeu a maioria dos ambulantes. Na época, a subprefeitura estimava em aproximadamente 600 pontos estabelecidos na passarela e suas imediações, e apenas 112 pontos

⁴⁷

Sobre o caso do shopping popular do Brás: Guerreiro (2000).

foram transferidos. Rapidamente os antigos pontos foram reocupados por outros camelôs. Além da pouca adesão, o shopping foi motivo de protestos por parte de outros ambulantes e recebeu viva oposição de um dos sindicatos dos camelôs atuantes na cidade. No dia da inauguração do Shopping Popular de Guaianazes (20/05/04), a então prefeita Marta Suplicy compareceu ao evento e foi vaiada, teve ovos atirados em sua direção, fato amplamente veiculado pela imprensa em época de plena campanha para as eleições municipais. A oposição ao shopping e as manifestações no dia de sua inauguração refletiam claramente as cisões entre os grupos que controlam os ambulantes e as alianças políticas constituídas.

Como ocorre em todos os lugares, a disputa pelos pontos era motivo de conflitos freqüentes entre os próprios camelôs. Havia um verdadeiro comércio de pontos na rua, como no Shopping Popular há também um comércio de boxes. O aluguel de pontos era prática corrente. Segundo relatos dos ambulantes da região, a maioria das pessoas que trabalhavam na passarela não eram donas dos pontos. Existia também um sistema de segurança próprio. As barracas não eram desmontadas a cada dia e remontadas no dia seguinte. Eram deixadas no próprio local e, em troca de um pagamento de dois reais por barraca, o segurança garantia que as barracas não fossem roubadas, com o seguro de reembolso do prejuízo no caso eventual de um roubo. O comércio dos pontos, os aluguéis e outros acordos eram regulados entre os próprios ambulantes.

Nascimento, 40 anos, durante muito tempo foi um dos responsáveis pela segurança na passarela. Sempre trabalhou na informalidade, está entre os ambulantes de Guaianazes a pelo menos 20 anos. No começo, ele vendia miudezas que comprava na rua 25 de Março, produtos vindos do Paraguai como pilhas, brinquedos, isqueiros, etc. Também fazia outros trabalhos, como o de segurança particular para empresários de famílias influentes na região. E foi trabalhando como segurança que se destacou na passarela. Tornou-se representante dos ambulantes de Guaianazes e nas ocasiões de conflito com a prefeitura ele sempre participava das negociações. Este serviço de segurança era dividido em dois grupos, cada qual tomando conta de um lado da passarela. Nenhum deles interferia no trabalho e na área comandada pelo outro. Mas existiam outros grupos e agentes que visavam este controle e os conflitos em

torno da segurança da passarela eram intensos, não raro resultando em violência. Em uma época chegou circular uma lista de pessoas marcadas para morrer, entre seguranças e ambulantes. Nascimento fazia parte desta lista. Este foi um dos motivos que fez com que ele procurasse sair da passarela. Ele foi um dos principais articuladores da proposta para a construção do Shopping Popular.

No shopping os ambulantes, agora lojistas, fazem parte da associação e pagam mensalmente um valor referente às despesas com o aluguel e manutenção do prédio. Uma das grandes reclamações é o pouco movimento no seu interior, o que o tornaria menos atrativo para as vendas do que a passarela, por onde passa um fluxo constante de pessoas que atravessam as linhas do trem da CPTM. No projeto inicial do shopping eram previstas algumas medidas da prefeitura para tornar o lugar mais movimentado e atrativo para os comerciantes, como uma reforma que foi realizada no fundo do galpão para abrir uma passagem e fazer a ligação entre duas ruas através do shopping, tentando induzir os pedestres a utilizar este caminho. Porém nem todas as promessas foram concretizadas depois que mudou a gestão do governo. Daqueles que entraram desde o começo no shopping, alguns já revenderam seus boxes e voltaram para a passarela. Em outros casos mantém-se tanto o espaço na passarela como no shopping, pagando alguém para tomar conta do segundo ponto. No shopping também existem aqueles que nunca foram ambulantes antes, mas que viram no shopping uma possibilidade de trabalho menos instável do que o comércio de rua. Na passarela as disputas pelo controle dos ambulantes eram fortes, onde associações locais e sindicatos e outros agentes cuja atuação abrange a cidade inteira concorriam por este mercado de proteção. Apenas em 2008 a prefeitura conseguiu desocupar o espaço.

As disputas em torno do controle dos principais pontos de concentração de ambulantes está presente na cidade inteira. Se compra proteção para poder se instalar como ambulante e se paga regularmente para garantir alguma normalidade e a permanência nos negócios. É um mercado de proteção que se baseia em práticas de extorsão e também na corrupção de agentes do Estado. O caso da CPI da Máfia das Propinas, por exemplo, mostrou as articulações de agentes como associações, sindicatos, fiscais e políticos na constituição deste

mercado. Instaurada em março de 1999 na Câmara Municipal de São Paulo, investigou as denúncias de cobrança de propinas em benefício de vereadores e políticos que dominavam as antigas administrações regionais⁴⁸ da cidade, responsáveis por alvarás de funcionamento para empreendimentos comerciais e imobiliários, pela fiscalização do uso e ocupação do solo, pelo departamento de controle urbano (popularmente conhecido como rapa), etc. A princípio as denúncias eram apenas contra fiscais que atuavam no combate ao comércio ambulante, mas depois elas se estenderam para várias áreas de atuação das administrações regionais.

Quando surgiram as denúncias da máfia das propinas durante o governo Pitta em 1998, o caso teve ampla repercussão na imprensa e resultou na cassação e prisão de alguns vereadores da situação na época. Conforme descreve em seu livro, José Eduardo Cardoso (2000), então vereador do PT que presidiu a CPI da máfia dos fiscais, este foi um caso que teve grande importância na história política recente da cidade. Segundo Cardoso, a partir desta CPI que se desarticulou uma base tradicional de políticos da cidade, a oposição ganhou força e acabou conseguindo eleger como prefeita Marta Suplicy.

As denúncias iniciais que levaram a toda uma série de acontecimentos posteriores partiram do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal – SINTEIN – ligado a CUT. Um dos dirigentes do sindicato fez as denúncias publicamente na imprensa e no ministério público e foi vítima de uma tentativa de homicídio. Além dele, outros diretores do sindicato serviram como testemunhas chave no processo, e seus depoimentos foram a base para a prisão de fiscais, funcionários públicos e vereadores de então.

A motivação para as denúncias na época vinha do fato de que a prefeitura havia intensificado a repressão ao comércio ambulante na cidade. Segundo Miguel, que trabalhava com uma banca de livros na Avenida Paulista, a prefeitura pretendia tirar todo mundo daquela região. Os ambulantes da avenida organizaram atos de resistências e foram 3 meses de manifestações. Diante da ação dos fiscais e da

⁴⁸ Durante a gestão Marta Suplicy (2001-2004) as administrações regionais se tornaram subprefeituras.

polícia na repressão ao comércio ambulante que ele se aproximou do SINTEIN e se sindicalizou. A repressão ao comércio ambulante não era só ali. Em São Miguel a prefeitura também teria impedido que os ambulantes trabalhassem. No Brás a GCM em conjunto com a Polícia Militar teria colocado um grande efetivo de policiais para atuar contra os 4 mil ambulantes. Em Guaianazes os ambulantes também ficaram impedidos de trabalhar. Pernambuco, vendedor de cds, participou intensamente dos protestos contra a prefeitura. Segundo nos conta instaurou-se uma guerra em Guaianazes. Foram 80 dias sem que ninguém pudesse montar suas barracas. Os 'marreteiros' promoveram um verdadeiro quebra-quebra e entraram em confronto aberto com os policiais para poderem trabalhar.

Mas a repressão não era generalizada. No viaduto Santa Efigênia, por exemplo, não existia nenhuma tentativa de retirada dos ambulantes. Ali existia um esquema de arrecadação de propinas que beneficiava um dos vereadores da base aliada do governo na Câmara Municipal. A repressão era especificamente naqueles lugares que não estavam sob o controle dos vereadores ou onde eles enfrentavam maiores resistências. A repressão dependia das alianças com as associações e sindicatos que representavam os ambulantes. Em cada região um vereador era beneficiado com a arrecadação das propinas. Isto envolvia boa parte da base do governo na câmara municipal.

Quando o caso perdeu a repercussão na mídia a reação contra o SINTEIN foi violentíssima. A sede foi invadida e completamente destruída e teve que mudar de lugar. Em função das prisões que resultaram das denúncias e os testemunhos na CPI, sete membros do sindicato foram assassinados. Outros tiveram que entrar no serviço de proteção a testemunha do Estado de São Paulo. O sindicato quase fechou as portas. Existia um grande medo em prosseguir com suas atividades. Em meio a estas turbulências Dorival participou da reativação do sindicato. Mesmo depois de 5 anos do fim da CPI ainda continuavam as perseguições. Dorival falou que a última vítima chegou a trabalhar com ele, teria sido uma secretária que prestou depoimento e tempos depois foi assassinada. O sindicato segue suas atividades com diretores espalhados em vários distritos da cidade.

Esta CPI não acabou com o mercado de proteção que se desenvolve em torno do comércio ambulante de São Paulo. Mudaram as articulações, alteraram-se alguns agentes, outros permaneceram. Há uma forte divisão na cidade relativa a atuação dos sindicatos e associações que reivindicam a representação dos vendedores ambulantes. Segundo informações dos próprios ambulantes, seriam 4 sindicatos apenas em São Paulo que tem diferentes áreas de predominância na cidade, e mais de 160 associações de ambulantes. Cada qual com um maneira específica de atuação e suas próprias alianças e bases de apoio. Estes sindicatos e associações negociam diretamente com a prefeitura nas situações de conflito, organizando manifestações nos casos de confrontos. Eles acabam atuando na gestão dos espaços urbanos que concentram muitos ambulantes, quando não controlam diretamente a ocupação dos pontos. Negociam também os limites tolerados deste mercado de proteção ao promover denúncias contra agentes da autoridade pública quando a extorsão atinge patamares muito elevados. Como disse um dirigente de um destes sindicatos: *“A corrupção sempre existiu e não vai acabar nunca. Agora, tem que ter um controle”*. Vemos ainda um papel expressivo destes sindicatos e associações no campo da reprodução do sistema político. A troca de apoio político mútuo também é um ativo muito importante neste jogo entre a tolerância e repressão em torno da ocupação dos espaços. Estas ligações do comércio informal não refletem nem a ausência e nem o excesso da ação estatal, mas uma configuração da relação do Estado com o desenvolvimento econômico que tem a ver com a forma de reprodução do sistema político. A relação clientelista de sindicatos e associações de ambulantes com políticos e agentes do poder público compõe a gestão das ilegalidades presentes nestas dinâmicas urbanas. E é nestes lineares que as disputas em torno da apropriação dos excedentes gerados pelo comércio informal dos ambulantes nas ruas ocorre.

Pelo que vemos a fragilidade dada pela condição de informalidade, na falta de proteção e garantias publicamente reguladas para o desenvolvimento dos negócios submetem os ambulantes constantemente a práticas de corrupção e extorsão. Uma pluralidade de agentes concorrem pelos termos em que estes mercados irão se estabelecer e assim o regulam. De modo que estes mercados

informais do comércio ambulantes não podem ser considerados sinônimos de desregulação, e mesmo na falta de regulamentação estatal eles não correspondem à idéia de um mercado puramente regulado por relações mercantis, como pressupunha a imagem de um mercado livre. Como argumenta Bruno Lautier: “(...) *a economia informal não está ‘fora’ da regulação estatal, negocia-se tanto a não observância do direito, quanto o seu respeito*” (1997, p. 80). Vemos assim que se desenvolvem códigos privados e outros agentes acabam por regular o mercado nos interstícios da atuação estatal. Vemos também que o mercado informal dos ambulantes pela sua condição irregular gera um excedente econômico para este mercado ilícito de proteção e é esta sobreposição de mercados (Misse, 2007) que permite o seu funcionamento apesar das restrições do Estado.

Conclusão

Ao analisarmos o crescimento da informalidade no mercado de trabalho procuramos demonstrar que uma série de aspectos coloca novas questões sobre como este tema foi problematizado. O ponto central discutido aqui foi que diante das transformações da organização produtiva e das novas configurações do capitalismo contemporâneo a produção e a circulação de riquezas e, portanto, reprodução das desigualdades, depende da interação entre empresas com características muito distintas e da permeabilidade e das diversas formas de passagens entre mercados formais e informais. De modo que o trabalho informal passou a estar mais diretamente implicado nas atividades produtivas e é crescentemente mobilizado nas estratégias de distribuição.

Ao nosso ver isto coloca em discussão as disputas em torno das regulações de mercado. Não no sentido de contrapor regulação e mercado, e derivar a informalidade como um efeito do excesso ou da falta de intervenção estatal. Mas para entender como as transformações nas formas de dominação e exploração do trabalho afetam as regulações constitutivas das relações de oferta e demanda por mão-de-obra. Nestes mercados informais vemos um tipo de trabalhador que não vende diretamente a sua força de trabalho como assalariado, mas que se engaja em uma série de atividades subordinadas a processos mais amplos de produção e circulação de riqueza, gerando excedentes para quem controla os momentos estratégicos destes processos. Estes trabalhadores assumem os maiores riscos nos mercados em que atuam, tem que mobilizar as suas próprias 'redes sociais' para desempenhar bem suas atividades e não dispõem de mediações coletivas e publicamente reguladas como garantias. Estas formas de trabalho constantemente escapam as categorias estatísticas e as tipificações jurídicas. Diante deste contexto a informalidade que antes era vista como parte do que estava aquém das regulações do mercado de trabalho assalariado, agora pode ser pensado como algo além destas regulações por acompanhar as reconfigurações dos regimes de acumulação.

Estas questões foram trabalhadas nesta pesquisa de acordo com uma perspectiva situada, partindo da análise do circuito das confecções em uma região periférica da cidade de São Paulo. Não tomamos como referência as empresas e as suas cadeias ou redes de subsidiárias. Embora o encadeamento dos diferentes atores e suas posições seja fundamental para entender o tema em questão, optamos por tratar das dinâmicas deste circuito que se estabelecem na composição entre diferentes espaços da cidade. Para além de uma contextualização da indústria de confecções no espaço urbano, vemos que se trata de uma produção que não só se encontra inserida em uma dinâmica urbana como também depende dela. Quando seguimos os fluxos e analisamos os agenciamentos necessários para fazer circular as encomendas costura, para a mobilização de pessoas para o trabalho ou para distribuir as mercadorias no comércio há toda uma diversidade de mercados que estão envolvidos nas estratégias concorrências do setor e que são constitutivas deste campo.

Vimos que em duas décadas os empregos formais da indústria de confecções diminuíram em mais da metade, passando de 180 mil em 1981 para apenas 80 mil em 2000. A queda dos empregos formais no setor não pode ser atribuída apenas a uma suposta saída em massa das empresas da região metropolitana ou a nenhum incremento tecnológico de grande impacto sobre o processo produtivo. A principal mudança foi na gestão de mão-de-obra. O trabalho não desapareceu junto com os empregos das fábricas. Ele deslocou-se do centro para a periferia da cidade, saiu do domínio das carreiras lineares nas fábricas para as oportunidades incertas que aparecem ou não nas oficinas de costura.

Branislav Kontic (2007) indica que a produção de diversidade representou a grande virada da indústria de confecções para a sua recuperação na década de 90 e para que este setor apresentasse o desempenho que tem hoje dentro da economia do município. As séries diferenciadas e de pequenas escalas se tornaram o padrão de mercado e houve uma especialização das empresas em momentos específicos do desenvolvimento das mercadorias. Mas esta especialização resulta em segmentações e novas clivagens do mercado de trabalho com uma crescente polarização entre poucos empregos bem pagos e mais valorizados e uma massa de empregos que operam abaixo das restrições

trabalhistas. Também implicou por um lado em bloqueios das mobilidades verticais, pois nestas estruturas descentralizadas as possibilidades de ascensão são muito menores e a própria idéia de carreira fica comprometida, e por outro lado no aumento das mobilidades laterais, pela instabilidade das ocupações e a necessidade de engajamento em atividades diversas de acordo com a sazonalidade dos mercados.

As costureiras nas suas tentativas de superação do desemprego acabam fornecendo uma alternativa ao trabalho assalariado. Ao montarem as oficinas de costura elas assumem parte dos riscos e dos custos da manufatura das peças que antes ficavam com as empresas que demandam os serviços. Elas também garantem a flexibilidade da produção frente às oscilações da demanda ao acionarem e desmobilizarem outras pessoas, como parentes e vizinhos, para cumprir os prazos e os volumes variados de serviços. Por fim, elas definem um perímetro por onde circulam as encomendas de costura ao difundirem as competências ligadas a produção. Por isto vemos fortes inserções destas dinâmicas em alguns bairros específicos da cidade.

Vemos uma série de agenciamentos que se formam em torno das redes de subcontratação e do trabalho informal para a circulação das encomendas de costura, mobilidade de pessoas e distribuição das mercadorias. Uma das questões novas que estas dinâmicas relacionadas ao trabalho informal coloca refere-se aos imigrantes bolivianos. Na cidade a imigração irregular ainda não havia tomado dimensões urbanas muito relevantes. Como podemos entender a presença marcante de um grande contingente de imigrantes irregulares para trabalhar em uma cidade que apresenta um grande excedente de mão-de-obra nacional? As diferenças econômicas em relação aos seus lugares de origem podem ser uma indicação, mas não são condições suficientes para induzir a migração. Os valores mais baixos pagos a eles e os prazos aos quais se submetem também parecem elementos indicativos, mas não explicam o porque de sua vinculação com um setor específico. Quando reconstituímos os agenciamentos que permitem esta circulação vemos uma diversidade de elementos que atuam no sentido de promover a migração e como estes se ligam ao circuito das confecções. Em primeiro lugar a maneira como dois fluxos

migratórios, de coreanos e de bolivianos, em momentos distintos se direcionaram para a cidade e como eles se articulam em torno do setor de confecções. Depois vemos que a migração em si, o próprio deslocamento geográfico, gera um excedente econômico pelo financiamento da viagem pelos futuros empregadores e comprometimentos com o trabalho na oficina. São formas particulares de circulação que se ligam a modos específicos de produção. De modo que hoje as imigrações irregulares crescem em parte por função de um excedente gerado pelas vantagens comparativas entre as fronteiras nas passagens de pessoas, mercadorias e dinheiro.

O fato de serem imigrantes irregulares na cidade diz muito sobre as condições de trabalho que são desenvolvidas nas suas oficinas, sem “o direito a ter direitos”, os riscos para eles assumem outras conotações em funções dos maiores receios em recorrer à justiça. A princípio isto serviu para impulsionar esta dinâmica e se mostrava em um “atrativo” a mais para o emprego de imigrantes bolivianos. O crescimento do fluxo de imigrantes bolivianos para a cidade é uma dinâmica que se estabelece na articulação de três elementos: a imigração irregular, o trabalho e a moradia. De modo que as relações de trabalho devem ser pensadas dentro da consideração mais ampla entre estes aspectos. As transformações da indústria de confecções deram o impulso para este movimento, tanto ao criar canais para a circulação entre as fronteiras como ao estabelecer as mediações para a inserção posterior dos imigrantes na cidade.

Discutimos aqui o significado do crescimento do trabalho informal para a indústria de confecções. Pode se dizer que o peso da informalidade no setor derive das suas características específicas. Mas nem todos os elementos que discutimos são peculiaridades das confecções. No comércio ambulante, vários circuitos de produção se cruzam em uma mesma estratégia de distribuição. Talvez este seja um caminho para a discussão deste tema em outros setores da produção. O que dizer da indústria de eletro-eletrônicos e de informática sem estes mercados informais que fazem chegar mesmo aos mais pobres as suas mercadorias? São outras escalas de produção e circulação de riquezas, mas que também dependem de configurações territorializadas que permitam a distribuição de suas mercadorias. Lugares como a rua Santa Efigênia e a rua 25 de março são pontos

de intersecção destes circuitos, com seus agenciamentos particulares que remetem a outras escalas da circulação das riquezas e seu modo peculiar de interação entre mercados formais e informais.

Procuramos discutir estas configurações territorializadas que permitem o funcionamento mercados informais e que tendem a canalizar estes fluxos de mercadorias, pessoas e dinheiro por espaços determinados da cidade. Tais agenciamentos regulam estas dinâmicas. Esta regulação também está sujeita a desfeches violentos para situações de conflitos. Quando nos referimos a uma certa economia da palavra que opera em mercados informais, dizíamos que na falta de garantias contratuais é o empenho da palavra que garante as transações. O fiel da palavra é a própria integridade de quem a empenhou, faltar com ela pode implicar simplesmente a expulsão do circuito ou levar a desfeches violentos. Quanto maiores as sanções contra estes mercados com a menor ou maior criminalização para cada um deles, assim como os volumes financeiros que estão envolvidos, maiores os riscos de desfeches violentos. Buscamos mostrar assim que na falta de regulamentações institucionalizadas, as disputas em torno dos termos de troca regulam os mercados a partir de outros agentes. São gerados códigos privados e outros agentes acabam por controlar estas regulações, em composição com as restrições colocadas pelo Estado. Isto não tem um significado homogêneo e varia de acordo com os diferentes mercados irregulares e contextos urbanos que eles mobilizam.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.
- ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. In: **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993.
- AMORIM, Elaine. **No limite da precarização?** Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- ARAUJO, Ângela; AMORIM, Elaine A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas, **Cadernos Pagu: Desafios da equidade**. Campinas nº. 17/18, pp. 267-310, 2001/2002.
- BAENINGER R., SOUCHAUD S., "*Características Sócio-demográficas e Distribuição Espacial dos Imigrantes Bolivianos em São Paulo*". In **Práticas e políticas para imigrantes internacionais**, Seminário internacional, Insituto Pólis, São Paulo, 2007.
- BESSIN, Marc, *Les temps, une question de pouvoir*. **Mouvements**. nº 2, jan-fev, pp.47-54, 1999.
- BONNACHI, Edna. *Asian and Latino Immigrants in the Los Angeles Garment Industry: An Exploration of the Relationship Between Capitalism and Racial Oppression*. **Working Papers in the Social Sciences** Los Angeles, ISSR. vol. 5, Number 13, 1989-90.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria-Rosa Lombardi. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro, um retrato dos anos noventa. In: Maruani, M.

- et al. (éd.). **As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho.** São Paulo: Editora Senac, 2003.
- CABANES, Robert. Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações. In: TELLES, Vera da Silva, CABANES, Robert (orgs). **Nas tramas da cidade.** São Paulo: Editora Humanitas/IRD, 2006.
- CACCIAMALLI, Maria Cristina. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil. **Estudos Econômicos.** São Paulo, v. 19, 1989, número especial.
- CACCIAMALLI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. In: **Economia e Sociedade.** Campinas, (14):153-74, junho, 2000.
- CARDOSO, F. H. *Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade.* In: **Estudos Cebrap.** São Paulo (1): 99-130, 1971.
- CARDOZO, José Eduardo. **A máfia das propinas: investigando a corrupção em São Paulo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHOE, Keum Joa. **Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil.** Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.
- COMIN, Álvaro. **Mudanças na estrutura ocupacional do mercado de trabalho em São Paulo.** Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- DE SOTO, Hernando. **El Otro Sendero: La Revolución Informal.** Instituto Libertad y Democracia, 1987.
- DEDECCA, Cláudio S. Desregulação e desemprego no capitalismo avançado. In: **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, 10 (1): 13-20, 1996.

- DELEUZE, Gilles. *Pós-scripton* da sociedade de controle. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- ENGELS, F. **Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1988.
- FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- GARCIA, Renato; MOREIRA, Juan Cruz: O Complexo têxtil-vestuário: um cluster resistente. In: Comin, Álvaro (org.). **Caminhos para o Centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central. São Paulo: CEBRAP/EMURB/CEM, 2004.
- GEORGES, Isabel; SILVA, Carlos Freire da. A naturalização da precariedade: trabalho informal, autônomo e cooperativado entre costureiras em São Paulo. In: LIMA, Jacob Carlos (org.). **Ligações perigosas**: trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: Editora Annablume, 2007.
- GUERREIRO, A. A. D: **Pop Center Brás – de comerciantes nas ruas a estabelecidos no comércio popular**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1993.
- ITIKAWA, Luciana. Geometria da clandestinidade: o trabalho informal no centro de São Paulo. In: Comin, Álvaro (org.). **Caminhos para o Centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central. São Paulo: CEBRAP/EMURB/CEM, 2004.
- KONTIC, Branislav. **Aprendizado e MetrÓpole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

- KONTIC, Branislav. **Inovação e Redes Sociais: a indústria da moda em São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- LATIEUR, Bruno. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. In: **Contemporaneidade e Educação**. Rio de Janeiro: IEC, anoll, nº 01 - 1997.
- LEITE, Márcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. vol. 2, nº. 1, mar, 2004.
- LIMA, Jacob Carlos. **As Artimanhas da Flexibilização, o Trabalho Terceirizado em Cooperativas de Produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- LIMA, Jacob. A subcontratação em cooperativas de trabalho no Nordeste: descentralização produtiva e flexibilidade das relações de trabalho. In: ABREU, Abreu (org.). **Produção Flexível e Novas Institucionalidades na América Latina**. Rio de Janeiro,: Editora UFRJ, pp. 255-272, 2000.
- MACHADO da SILVA, Luis Antônio. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. In: **Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA**. Salvador, n. 37, p.81-109, jul/dez, 2002.
- MACHADO da SILVA, Luis Antônio. Velhas e novas questões sobre a informalidade do trabalho no Brasil atual. In: **Contemporaneidade e Educação**. Rio de Janeiro: IEC, anoll, nº 01, 1997.
- MALAGUTI, M. **Crítica à Razão Informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, v. I t. 2, 1988.
- MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal, ilegal, narcotráfico e violência no Rio. In: **Crime e violência no Brasil contemporaneo**. Estudos

- de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.21, nº.61, set/dez, 2007
- NEVES, M. A.; PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 22, nº. 1, p. 11-34, jan./abr, 2007.
- NORONHA, E. G. 'Informais', ilegais, injustos: percepções de mercado informal no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 18(53), 111-179, 2003.
- NUN, José. *Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal*, in: **Revista Latinoamericana de Sociología**. v. 5, nº. 2, jul, 1969.
- NUN, José. *O futuro do emprego e a tese da massa marginal*. In: **Novos Estudos**. São Paulo, CEBRAP 56: 43-62, mar, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebap 2**. São Paulo, pp.3-82, out, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco. O Ornitorrinco. In: **Crítica a razão dualista – O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Employment, income and inequality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genebra, 1972.
- PASTORE, José. **Flexibilização dos Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva**. São Paulo: LTr, 1994.
- PATARRA, Neide. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. v. 19, nº. 3, p. 23-33, jul/set, 2005.

- PIRES, ES. **Metamorfoses e regulação: o mercado de trabalho no Brasil dos anos 80**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.
- POCHMANN, Marcio (org). **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social**, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- PORTES, A; CASTELLS, M. *World Underneath: the origins, dynamics, and effects of the informal economy*. In: PORTES, A; CASTELLS, M; BENTON, L. A. (orgs). **Informal Economy – studies in advanced and less developed countries**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.
- PORTES, Alexandre. *Globalization from below*. In W.P. Smith; KORCZENWICZ, R.P. **Latin America in the World Economy**. Westport, CN: Greenwood Press, 1997.
- REIS, Bruno P. W. O mercado e a norma: o Estado moderno e a intervenção pública na economia. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 52, 2003 .
- RUGGIERO, V. **Crime and markets. Essays in anti-criminology**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- SASSEN, Saskia. Globalização da Economia e as Cidades. In: SCHIFFER, Sueli (org). **Globalização e estrutura urbana**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.
- SASSEN, Saskia. **Globalization and its discontents: essays on the new mobility of people and money**. New York: The New Press, 1998.
- SASSEN, Saskia. *New York city's informal economy*. In: PORTES, A; CASTELLS, M; BENTON, L. A.(orgs). **Informal Economy – studies in advanced and less developed countries**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

- SILVA, Sidney Antônio da. **Costurando sonhos**: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.
- SUPIOT, A. (ed.). **Beyond employment: changes of work and the future of labour law in Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- TELLES, Vera da Silva. Debates: a cidade como questão. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (orgs). **Nas tramas da cidade**. São Paulo: Editora Humanitas/IRD, 2006.
- TELLES, Vera da Silva. Linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- TELLES, Vera da Silva; Hirata, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.21, nº.61, set/dez, 2007
- THOMPSON, E. P.. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. v.II, 1987.
- TILLY, Charles. *War Making and State Making as Organized Crime*. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (orgs). **Bringing the State Back**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- VILAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp: Lincoln Institute, 2001.
- ZARIFIAN, Philippe. Engajamento, disciplina e controle. **Novos Estudos**. São Paulo. 64: 23-33, nov, 2000.

Documentos

CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES DE SÃO PAULO. **Relatório final da comissão parlamentar de inquérito para apurar a exploração de trabalho análogo ao de escravo.** São Paulo, 2006. Disponível em: www.camara.sp.gov.br/cpi_TrabalhoEscravo/001

CÂMARA FEDERAL: **Relatório final da comissão parlamentar de inquérito sobre a pirataria.** Brasília, 2004

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.** Brasília, Governo Federal, fevereiro de 2007. Disponível em: www.mte.gov.br

Anexos

Anexo I

Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação no Trabalho Principal
Região Metropolitana de São Paulo
1985-2005

Em porcentagem

Ocupados	Total	Assalariados (1)					Autônomos			Empregador	Empregado Doméstico			Trabalhador Familiar	Outras
		Total	Setor Privado		Setor Público	Total	Para o Público	Para Empresa	Total		Mensalista	Diarista			
			Total	Com Carteira Assinada									Sem Carteira Assinada		
1985	100,0	70,3	60,1	51,9	8,2	9,9	15,1	8,6	6,5	4,2	8,2	6,0	2,1	1,6	0,7
1986	100,0	70,9	61,1	52,7	8,4	9,7	15,2	8,8	6,3	4,3	7,7	5,6	2,0	1,4	0,5
1987	100,0	70,7	61,3	53,2	8,1	9,3	15,7	9,8	5,9	4,5	6,9	4,8	2,1	1,6	0,6
1988	100,0	71,7	61,6	53,0	8,5	9,9	15,1	9,6	5,5	4,2	6,9	4,8	2,1	1,5	0,6
1989	100,0	72,1	62,1	53,0	9,1	9,8	15,6	10,1	5,5	4,1	6,1	4,2	1,8	1,5	0,5
1990	100,0	71,6	61,3	53,0	8,3	10,2	16,1	10,7	5,3	4,3	6,0	4,1	1,9	1,5	0,6
1991	100,0	67,4	57,4	48,2	9,2	9,9	18,1	12,2	6,0	5,0	6,9	4,7	2,2	1,6	0,9
1992	100,0	66,6	55,8	46,7	9,1	10,7	18,6	12,1	6,4	4,8	7,3	5,2	2,1	1,9	0,9
1993	100,0	65,8	54,4	44,9	9,5	11,3	18,6	11,9	6,7	5,1	7,1	5,1	2,1	2,3	1,0
1994	100,0	65,8	55,7	45,3	10,4	10,0	18,6	11,7	6,9	5,4	7,2	5,1	2,1	2,0	1,0
1995	100,0	65,1	55,4	44,5	11,0	9,6	18,7	12,0	6,7	5,5	7,6	5,6	2,0	2,0	1,0
1996	100,0	63,0	53,9	42,5	11,4	9,1	19,8	12,5	7,4	5,8	8,1	6,1	2,0	2,1	1,2
1997	100,0	61,6	53,2	41,3	11,9	8,3	20,5	12,9	7,5	6,0	8,4	6,5	1,9	2,2	1,4
1998	100,0	62,2	53,5	41,5	12,0	8,6	20,6	12,9	7,7	5,5	8,4	6,6	1,8	2,0	1,3
1999	100,0	61,4	52,8	40,4	12,5	8,5	21,0	12,9	8,1	5,4	8,9	7,0	1,8	1,9	1,5
2000	100,0	62,0	53,6	39,7	13,9	8,4	21,2	13,0	8,2	5,1	8,6	6,9	1,7	1,7	1,4
2001	100,0	63,0	55,0	40,8	14,2	8,0	21,1	12,8	8,3	4,7	8,4	6,7	1,7	1,6	1,1
2002	100,0	62,4	54,1	40,2	14,0	8,2	21,6	12,9	8,7	4,7	8,6	6,7	1,9	1,6	1,2
2003	100,0	62,1	53,8	40,3	13,4	8,3	21,6	12,6	9,0	4,6	8,8	6,7	2,1	1,5	1,4
2004	100,0	62,5	54,0	40,2	13,9	8,5	21,5	12,8	8,8	4,5	8,7	6,8	1,9	1,3	1,4
2005	100,0	63,4	55,3	41,6	13,8	8,0	21,0	12,2	8,8	4,5	8,6	6,5	2,1	1,1	1,3

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclusive os que não informaram o segmento em que trabalham.

Anexo II

Distribuição dos Ocupados, segundo Ramos de Atividade Econômica do Trabalho Principal
Região Metropolitana de São Paulo
1988-2005

Ocupados	Total	Em porcentagem										
		Indústria							Construção Civil	Comércio	Serviços Domésticos	Outros
		Total	Metal-Mecânica	Química e Borracha	Vestuário e Têxtil	Alimentação	Gráfica e Papel	Outras				
1988 (Fev a Dez)	100,0	32,1	14,1	3,8	5,6	1,8	2,2	4,6	4,3	14,2	6,9	0,9
1989	100,0	33,0	14,2	3,9	5,9	1,8	2,3	4,8	3,9	14,8	6,1	0,9
1990	100,0	31,2	13,6	3,9	5,4	1,8	2,3	4,2	3,4	16,0	6,0	0,9
1991	100,0	28,3	11,5	3,7	5,1	1,7	2,3	3,9	2,9	16,3	6,9	0,7
1992	100,0	26,4	10,5	3,3	4,6	1,6	2,0	4,4	3,3	16,3	7,3	0,7
1993	100,0	25,2	9,7	3,1	4,6	1,6	2,0	4,3	2,9	16,3	7,1	0,8
1994	100,0	25,3	10,1	2,8	4,6	1,6	1,9	4,3	3,0	16,9	7,2	0,7
1995	100,0	24,7	10,0	2,8	4,3	1,5	2,0	4,1	2,6	17,0	7,6	0,5
1996	100,0	22,6	8,9	2,4	4,1	1,5	2,0	3,7	3,0	17,2	8,1	0,5
1997	100,0	21,0	8,3	2,3	3,5	1,4	1,9	3,6	2,7	17,0	8,4	0,6
1998	100,0	19,8	7,9	2,4	3,0	1,4	1,8	3,3	2,6	16,7	8,4	0,7
1999	100,0	19,6	7,3	2,2	3,2	1,3	2,0	3,5	2,3	16,1	8,9	0,4
2000	100,0	19,9	7,3	2,4	3,3	1,3	2,1	3,5	2,2	15,7	8,6	0,6
2001	100,0	19,9	7,4	2,4	3,5	1,3	2,1	3,4	2,6	16,2	8,4	0,6
2002	100,0	20,0	7,2	2,3	3,6	1,3	2,0	3,5	2,7	16,1	8,6	0,6
2003	100,0	19,2	7,0	2,3	3,2	1,2	2,0	3,5	2,7	16,2	8,8	0,6
2004	100,0	19,1	7,0	2,4	3,2	1,2	1,9	3,5	2,3	16,2	8,7	0,7
2005	100,0	19,1	7,1	2,5	3,4	1,3	1,8	3,4	2,3	16,1	8,6	0,5

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Nota: Esta desagregação de Ramo de Atividade Econômica só é possível a partir de fevereiro de 1988.

Anexo III

Distribuição dos Assalariados do Setor Privado Com e Sem Carteira de Trabalho Assinada pelo Atual Empregador e dos Autônomos, segundo Setor de Atividade.

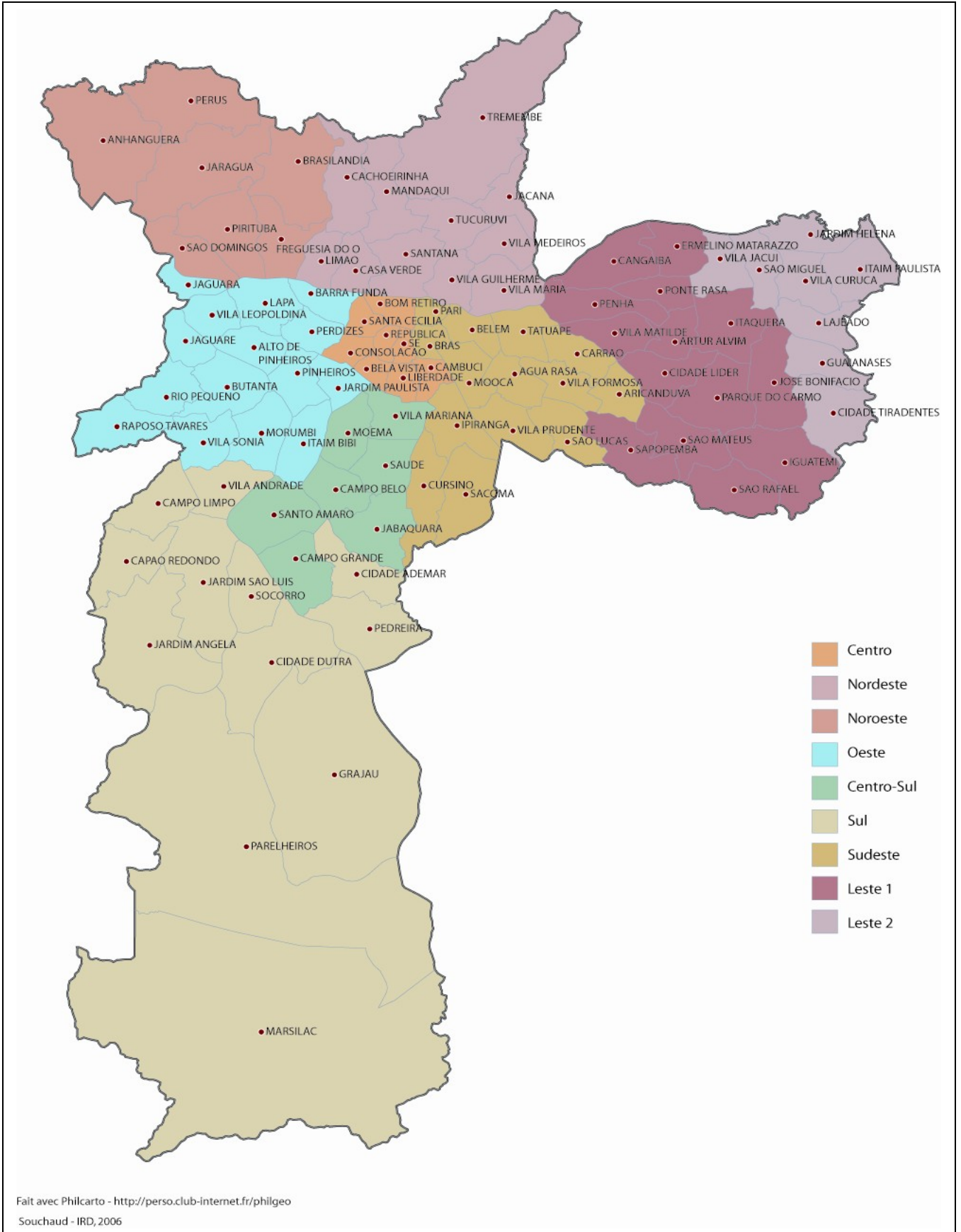
Região Metropolitana de São Paulo. 1985-2005

Em porcentagem

Assalariados do Setor Privado	Assalariado com Carteira					Assalariado sem Carteira					Autônomos				
	Total	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Total	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Total	Indústria	Comércio	Serviços	Outros
1985	100,0	52,1	11,9	31,7	4,3	100,0	30,1	21,1	40,0	8,8	100,0	13,1	27,8	54,1	5,1
1986	100,0	53,8	11,8	30,3	4,1	100,0	32,7	19,3	40,3	7,6	100,0	14,4	28,2	51,2	6,3
1987	100,0	52,8	11,7	30,3	5,1	100,0	27,5	20,5	42,4	9,5	100,0	13,2	29,4	52,0	5,4
1988	100,0	50,0	12,7	31,7	5,7	100,0	27,2	19,9	43,8	9,1	100,0	13,8	24,9	55,3	5,9
1989	100,0	50,7	12,8	31,5	5,0	100,0	26,8	20,7	42,8	9,7	100,0	14,6	26,9	52,7	5,8
1990	100,0	48,7	13,9	32,9	4,5	100,0	25,7	22,1	44,5	7,8	100,0	13,1	29,3	51,9	5,7
1991	100,0	46,6	14,0	35,3	4,0	100,0	24,7	24,0	44,7	6,6	100,0	12,4	27,9	55,9	3,8
1992	100,0	44,2	14,1	37,3	4,5	100,0	24,5	22,8	45,4	7,4	100,0	12,3	28,2	54,5	5,0
1993	100,0	42,8	14,2	38,8	4,2	100,0	24,9	24,0	44,4	6,7	100,0	12,4	26,7	56,9	4,0
1994	100,0	42,4	14,7	38,7	4,2	100,0	24,7	23,3	45,8	6,1	100,0	11,7	28,1	56,0	4,2
1995	100,0	41,6	15,1	39,9	3,4	100,0	25,2	22,5	47,1	5,1	100,0	11,2	27,7	56,7	4,4
1996	100,0	38,4	15,0	42,6	4,0	100,0	24,0	22,8	46,8	6,5	100,0	11,2	26,9	57,8	4,2
1997	100,0	35,6	15,2	45,3	3,9	100,0	23,1	21,4	49,9	5,6	100,0	10,8	25,6	60,0	3,6
1998	100,0	33,4	15,7	47,0	3,9	100,0	22,3	20,4	51,2	6,0	100,0	10,2	25,6	61,4	2,8
1999	100,0	32,0	15,5	48,8	3,7	100,0	23,1	19,2	52,4	5,2	100,0	11,9	24,0	62,1	2,0
2000	100,0	32,9	15,1	48,6	3,5	100,0	22,9	20,0	51,6	5,5	100,0	11,7	22,7	63,1	2,5
2001	100,0	32,3	15,9	48,3	3,4	100,0	23,0	19,4	52,4	5,1	100,0	11,7	23,4	61,0	3,8
2002	100,0	32,4	16,0	48,2	3,4	100,0	23,0	19,4	52,2	5,4	100,0	12,5	23,5	59,7	4,3
2003	100,0	30,9	16,1	49,3	3,7	100,0	21,6	19,5	54,2	4,7	100,0	12,9	23,8	59,4	4,0
2004	100,0	31,0	16,7	49,2	3,1	100,0	21,3	19,5	54,1	5,2	100,0	12,6	23,3	60,5	3,7
2005	100,0	31,2	16,3	49,5	3,0	100,0	20,2	20,2	55,2	4,5	100,0	13,2	22,7	60,6	3,4

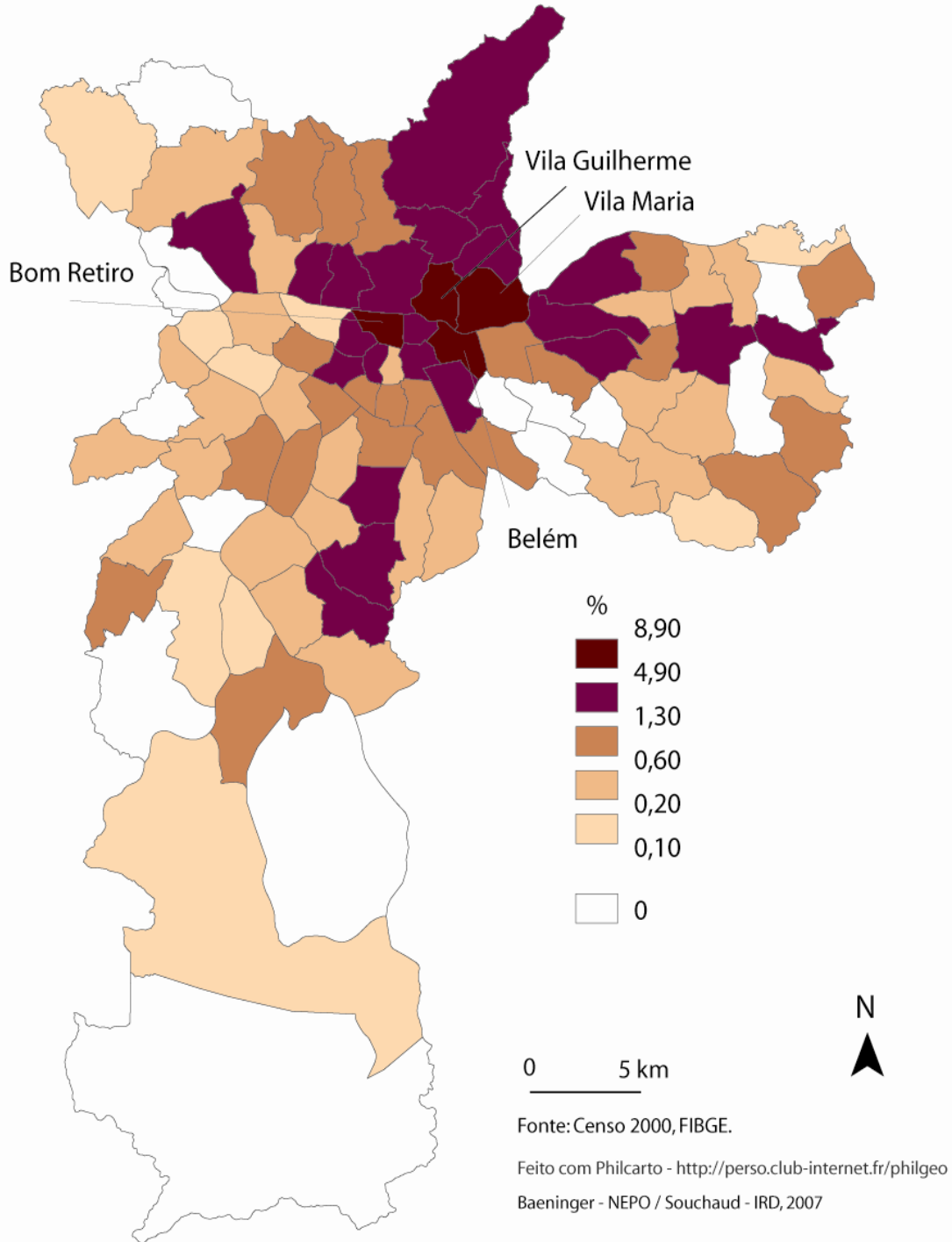
Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Anexo IV



Anexo V

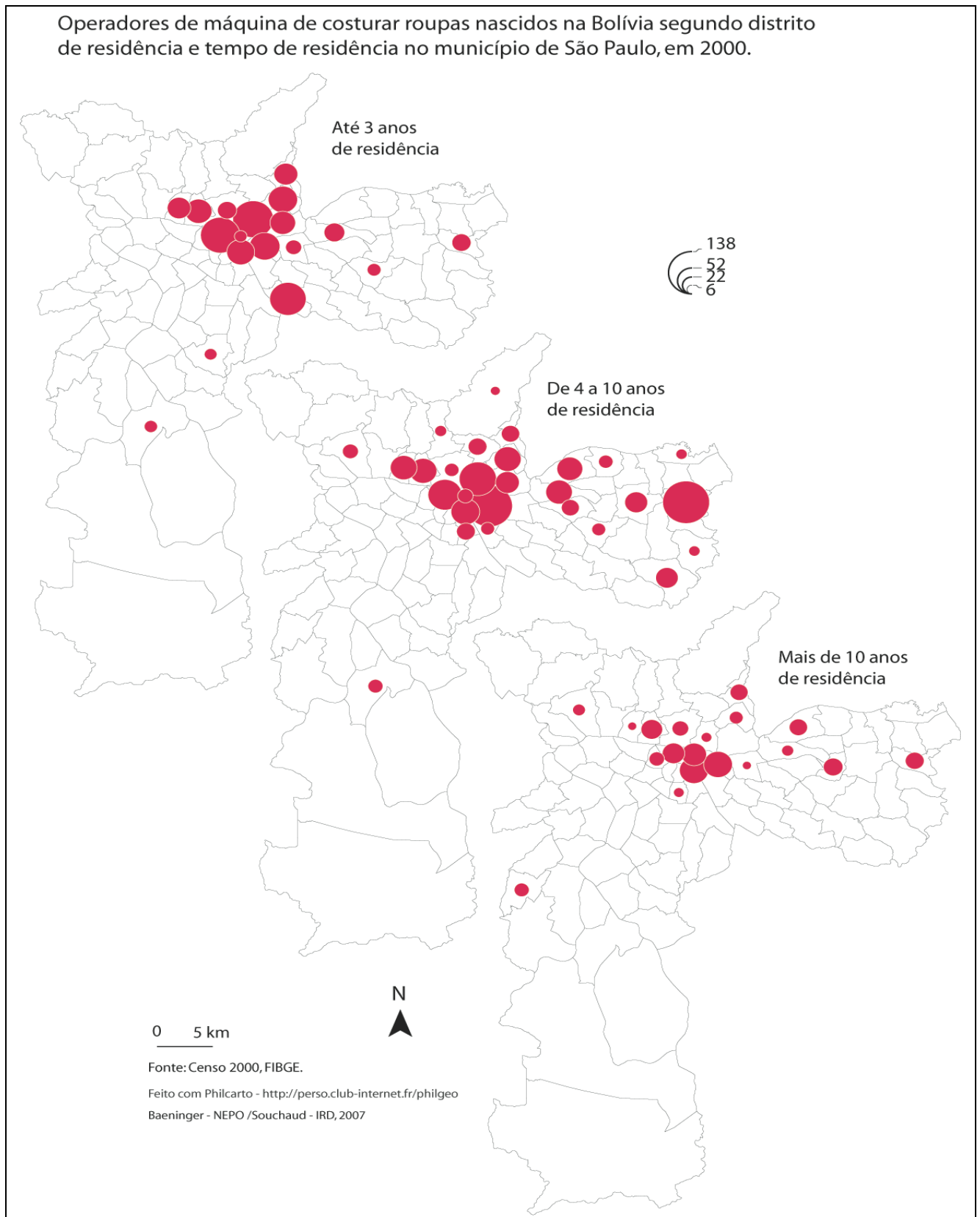
Distribuição da população nascida na Bolívia por distritos, de acordo com a população total de nascidos na Bolívia e residente no Município de São Paulo, em 2000.



Baeninger R., Souchaud S. (2007), "Características Sócio-demográficas e Distribuição Espacial dos Imigrantes Bolivianos em São Paulo". In Práticas e políticas para imigrantes internacionais, Seminário internacional, Insituto Pólis, São Paulo.

Anexo VI

Operadores de máquina de costurar roupas nascidos na Bolívia segundo distrito de residência e tempo de residência no município de São Paulo, em 2000.



Idem.